

PLANO ESTRATÉGICO DE REVITALIZAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO CACHÃO

ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UM QUADRO DE OPORTUNIDADES DE REVITALIZAÇÃO
FÍSICA, ECONÓMICA, FUNCIONAL E ORGANIZATIVA

RELATÓRIO FINAL

30 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO FINAL

Dezembro de 2019

INDICE

1. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO	7
2. CONDICIONANTES E PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS	9
3. A ABORDAGEM PROPOSTA	11
4. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CAICA	13
4.1. Contexto	13
4.2. Génese e Evolução do Complexo Agroindustrial do Cachão	13
4.3. Situação Atual (apontamentos parcelares)	15
4.4. Enquadramento no sistema de acessibilidades regional	19
5. ECONOMIA ENVOLVENTE	21
5.1. Produção Animal e Produção Vegetal na Subregião	21
5.1.1. Produção Vegetal	21
5.1.2. Produção animal	37
6. TERRITÓRIO DE INSERÇÃO	49
7. ENQUADRAMENTO DO CAICA NAS INFRAESTRUTURAS DE ACOLHIMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	92
7.1. Relevância e Interesse Económico das Infraestruturas de Acolhimento e Dinamização de Atividades Empresariais (IAD)	92
7.2. Tipologias de Infraestruturas de Acolhimento e Dinamização de Atividades Empresariais	95
7.3. Valências Infraestruturais e de Serviços	98
8. AVALIAÇÃO DO CAICA ENQUANTO INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	101
8.1. Vocação Temática	101
8.2. Valências Infraestruturais Específicas	102
8.3. Atração e Disponibilização de Serviços Avançados	104
9. ANÁLISE SWOT	108
9.1. SWOT inicial	108
9.2. Análise dinâmica baseada na SWOT inicial	110
10. PROJETOS A DESENVOLVER	112
10.1. Projetos base	112
10.2. Projetos âncora	114
10.3. Outros Projetos/Famílias de projetos	116

INDICE DE QUADROS

Quadro 1: Distâncias-Tempo, por rodovia, entre Cachão e.....	20
Quadro 2: Produção das culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (Região agrária) e espécie, 2018	22
Quadro 3: Peso relativo das culturas agrícolas (t) em Portugal, 2018	22
Quadro 4: Correspondência entre as culturas vegetais mais relevantes na região agrária de Trás-os-Montes e os códigos da CAE.....	23
Quadro 5: O território em análise	24
Quadro 6: Variáveis das Empresas para o conjunto das NUT III Alto-Tâmega, Douro e Terras de Trás-os Montes, 2017.....	25
Quadro 7: Quociente de localização das culturas agrícolas, 2017	29
Quadro 8: Composição do efetivo animal em Portugal.....	37
Quadro 9: Repartição (%) do efetivo animal em cada região	38
Quadro 10: Repartição (%) do efetivo animal por regiões	38
Quadro 11: Variáveis das Empresas para o conjunto das NUT III Alto-Tâmega, Douro e Terras de Trás-os Montes, 2017.....	39
Quadro 12: Principais variáveis das empresas da indústria associada à produção animal no conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	43
Quadro 13: Quociente de localização da produção animal (primária e secundária), 2017	48
Quadro 14: Saldo Natural.....	50
Quadro 15: Saldo Migratório.....	52
Quadro 16: População residente até aos 14 anos	54
Quadro 17: População residente até aos 14 anos (%).....	56
Quadro 18: Alunos matriculados no Ensino Secundário.....	58
Quadro 19: Alunos matriculados no ensino secundário 2017/2018	59
Quadro 20: População Residente com 15 e mais anos com o Ensino Secundário e o Ensino Superior	61
Quadro 21: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional há menos de 1 ano	63
Quadro 22: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com menos de 25 anos.....	65
Quadro 23: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com o Ensino Secundário e Superior	67
Quadro 24: Empresas não financeiras.....	69
Quadro 25: Empresas não financeiras por Setor de Atividade Económica	70
Quadro 26: Densidade das empresas não financeiras.....	73
Quadro 27: Valor Acrescentado Bruto das empresas não financeiras	74

Quadro 28: Valor Acrescentado Bruto nas empresas não financeiras por setor de atividade	76
Quadro 29: Valor Acrescentado Bruto por Setor de Atividade.....	77
Quadro 30: Valor Acrescentado Bruto por Setor de Atividade.....	78
Quadro 31: Empresas não financeiras do escalão de pessoal do serviço “Menos de 10 pessoas”	79
Quadro 32: Rácio Produtividade Aparente do Trabalho - Concelho/ Produtividade Aparente do Trabalho – Região Norte	80
Quadro 33: Importações e Exportações pelas empresas	82
Quadro 34: Produto interno bruto por habitante em PPC (Base 2011 - €).....	83
Quadro 35: Poder de compra per capita	84
Quadro 36: Trabalhadores da Administração Pública Local por mil habitantes	87
Quadro 37: Execução Financeira dos programas da Política de Coesão - Dezembro 2018	89
Quadro 38: Distribuição de fundo aprovado (%) na Região do Norte por programa	89
Quadro 39: Feiras / Eventos Económicos Regionais.....	90
Quadro 40: Objetivos das Infraestruturas de Acolhimento e Dinamização de Atividades Empresariais	94
Quadro 41: Tipologia de infraestruturas de acolhimento e dinamização de atividades empresariais ..	98
Quadro 42: Parques Empresariais nos Municípios das Terras de Trás-os-Montes	102
Quadro 43: <i>Check List</i> de Valências Atuais e Futuras do CAICA.....	105

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relevância das culturas agrícolas do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes em Portugal	26
Gráfico 2: Relevância das culturas agrícolas das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes na Região Norte	26
Gráfico 3: Evolução do emprego nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes	30
Gráfico 4: Evolução da produção nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes	30
Gráfico 5: Evolução do VAB nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	31
Gráfico 6: Evolução da produtividade nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	31
Gráfico 7: Evolução da produção de azeitona	33
Gráfico 8: Produção de azeitona na NUT III Terras de Trás-os-Montes, 2018	33

Gráfico 9: Evolução da produção de azeitona	34
Gráfico 10: Evolução da produção vinícola declarada de mosto	36
Gráfico 11: Repartição da produção vinícola declarada de mosto no Douro, 2018	36
Gráfico 12: Evolução da produção vinícola declarada de mosto no Douro	37
Gráfico 13: Relevância da produção animal do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes em Portugal	40
Gráfico 14: Relevância da produção animal do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes na Região Norte.....	40
Gráfico 15: Evolução do emprego na produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes	41
Gráfico 16: Evolução do valor da produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes	42
Gráfico 17: Evolução do VAB da produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes	42
Gráfico 18: Evolução da produtividade da produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	43
Gráfico 19: Relevância da indústria associada à produção animal no conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes em Portugal.....	44
Gráfico 20: Relevância da indústria associada à produção animal do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes na Região Norte.....	44
Gráfico 21: Evolução do emprego da indústria associada à produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	45
Gráfico 22: Evolução da produção da indústria associada à produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	45
Gráfico 23: Evolução do VAB da indústria associada à produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	46
Gráfico 24: Repartição do emprego da produção animal por NUT III da região agrária de Trás-os-Montes, 2017	47
Gráfico 25: Repartição do valor da produção animal por NUT III da região agrária de Trás-os-Montes, 2017	47
Gráfico 26: Repartição do emprego da produção animal por NUT III da região agrária de Trás-os-Montes, 2017	48
Gráfico 27: Saldo Natural	51
Gráfico 28: Saldo Migratório	53
Gráfico 29: População residente até aos 14 anos.....	55
Gráfico 30: População residente até aos 14 anos (%)	57
Gráfico 31: Alunos matriculados no Ensino Secundário	59
Gráfico 32: Alunos matriculados no ensino secundário 2017/2018	60
Gráfico 33: População Residente com 15 e mais anos com o Ensino Secundário e o Ensino Superior.....	61

Gráfico 34: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional há menos de 1 ano	64
Gráfico 35: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com menos de 25 anos.....	66
Gráfico 36: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com o Ensino Secundário e Superior	68
Gráfico 37: Empresas não financeiras	70
Gráfico 38: Empresas não financeiras por Setor de Atividade Económica	71
Gráfico 39: Densidade das empresas não financeiras	74
Gráfico 40: Rácio Produtividade Aparente do Trabalho - Concelho/ Produtividade Aparente do Trabalho – Região Norte	80
Gráfico 41: Produto interno bruto por habitante em PPC (Base 2011 - €)	84
Gráfico 42: Poder de compra per capita.....	86
Gráfico 43: Trabalhadores da Administração Pública Local por mil habitantes.....	88

1. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

O presente documento configura o Relatório Final do processo de contratualização que, oportunamente, a CIM de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) celebrou com a Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento S.A. (QP), para elaborar um Plano Estratégico de suporte à procura de soluções económicas e institucionais para a revitalização do Complexo Agroindustrial do Cachão (CAICA).

O relatório agora apresentado teve em conta a apreciação realizada ao Relatório Inicial oportunamente elaborado pela equipa da QP, o qual avançava com a identificação de pistas para o estabelecimento de alternativas de revitalização do CAICA, avaliando enquadramentos e oportunidades, identificando recursos de conhecimento, de investimento, de organização, logísticos e territoriais para configurar a referida revitalização.

Com esta configuração, o presente relatório constitui um documento relevante para as entidades promotoras do estudo iniciarem um processo multifacetado de contactos e auscultações, incluindo empresários regionais, focados na criação de condições de viabilização do projeto de reabilitação do CAICA.

Uma das grandes conclusões do estudo agora apresentado é que a revitalização do CAICA não pode ser entendida como mais um projeto a contribuir para um discurso menos retórico e mais concreto sobre a dinamização económica do interior Norte, particularmente do território de Terras de Trás-os-Montes (TTM). A sua viabilidade, sobretudo do ponto de vista de contrariar o ambiente de pessimismo e de caso consumado que o atual estado de funcionamento do complexo induz, exige que a sua revitalização seja entendida como uma âncora ou projeto estruturante dessa dinamização económica. Nesse plano, as abordagens que o estudo agora apresentado permite iniciar não envolvem apenas atores regionais implantados na área de influência da revitalizada infraestrutura. É necessário que as políticas públicas tuteladas seja pelo Ministério da Agricultura, seja pelo Ministério da Economia, e a própria Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte validem a intenção de abordar a revitalização do CAICA como um projeto estruturante nos termos atrás assinalados. Esta pretensão coincide com a preparação de um novo período de programação (2021-2027), pelo que surge no momento certo.

É também muito relevante assinalar que, embora a infraestrutura atual envolva apenas as Câmaras Municipais de Mirandela e de Vila Flor, o estudo agora apresentado tem na CIM de TTM o seu espaço de articulação com a realidade regional. É um passo importante, pois a sua natureza estruturante exige a sua discussão a esse nível de integração e territorialização de políticas.

O relatório, para além desta apresentação, está organizado nos seguintes capítulos:

- O **capítulo 2** enuncia com clareza os constrangimentos e pressupostos fundamentais com que a revitalização do CAICA pode ser estrategicamente avaliada;
- O **capítulo 3** descreve a abordagem proposta no trabalho desenvolvido pela QP;
- O **capítulo 4** apresenta alguns elementos de caracterização do CAICA na sua situação atual, incluindo o enquadramento no sistema de acessibilidades regional;

- O **capítulo 5** caracteriza o enquadramento em termos de economia regional em que a revitalização do CAICA pode ser equacionada, desenvolvendo o potencial de produção animal e vegetal;
- O **capítulo 6** caracteriza o território de inserção do CAICA, concretizando não uma análise meramente monográfica, mas focando a análise em determinados vetores de caracterização territorial mais diretamente ligados às vocações funcionais e temáticas já afloradas neste relatório;
- O **capítulo 7** situa o CAICA no âmbito das tipologias de infraestruturas de acolhimento e dinamização de atividades empresariais;
- O **capítulo 8** concretiza uma primeira avaliação estratégica do CAICA no âmbito das infraestruturas de acolhimento e dinamização de atividades empresariais, avançando com a identificação de algumas alternativas de vocações temáticas e funcionais;
- O **capítulo 9** elabora um SWOT do projeto de revitalização do CAICA, apresentando-o como um elemento simultaneamente de fundamentação e suporte aos contactos a realizar com os *stakeholders* regionais visando a sua viabilização em termos de promoção do investimento público e privado necessário a essa revitalização;
- Finalmente, o **capítulo 10** identifica alguns projetos que podem integrar a revitalização económica e organizativa do CAICA. Este capítulo é desenvolvido num relatório específico, apresentado como anexo.

Este relatório foi concretizado por uma equipa de consultores assim constituída:

- António Manuel Figueiredo (QP) que coordenou o trabalho;
- Artur Costa (QP);
- Catarina Braga (QP)
- Mário Rui Silva (Sigma Consulting)
- Eduarda Ramalho (Sigma Consulting).

2. CONDICIONANTES E PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS

A revitalização do complexo agroindustrial do Cachão constitui um desafio de grandes proporções, o qual se deve à presença na equação a resolver de fortes condicionantes, dos quais se destacam os seguintes:

- O nível de atividade existente no complexo é presentemente incipiente, sobretudo quando confrontada com alguns picos de ocupação no passado. É limitada ao funcionamento do Matadouro (com estatuto de empresa autónoma no conjunto do complexo, detida tal como o complexo propriamente dito pelas Câmaras Municipais de Mirandela e de Vila Flor) e de um lagar de produção de azeite de origem privada com instalações no complexo;
- Embora o complexo não apresente na sua totalidade sinais de profunda destruição, algumas partes do edificado revelam tais sinais, podendo afirmar-se que, para assegurar condições mínimas de promoção do espaço, será necessário estimar um volume de investimento de reparação e renovação mínimo para atingir um limiar crítico de projeção comercial;
- O desafio que foi colocado às duas Câmaras Municipais para assegurar a preservação do espaço e garantir o funcionamento das suas atividades atrás referidas e sobretudo o investimento que foi necessário realizar para ultrapassar os problemas deparados ao matadouro em fins do ano de 2018 situaram o envolvimento dos dois municípios em níveis elevados para a sua capacidade de disponibilização de recursos; como principal implicação, a procura de um modelo de financiamento para o processo de revitalização e concretização da estratégica que venha a ser delineada constitui-se em variável da equação a resolver;
- Os contextos que foram progressivamente emergindo desde o pioneirismo de Camilo Mendonça até aos diferentes picos de atividade que o Complexo apresentou são substancialmente diferentes dos que se oferecem à sua eventual revitalização, impondo, por isso, soluções alternativas e de rotura face aos padrões anteriores;
- Entre os traços que marcam as diferenças de contexto mais marcantes, avulta sobretudo a significativa alteração dos padrões de mercado que enquadram as atividades e produtos e o cenário de estagnação-declínio demográfico que atravessa toda a área de influência do Complexo;
- ***Last but not the least***, o estado de conservação e de ocupação atual da infraestrutura, combinado com as incidências da sua história e diferentes ciclos de afirmação e declínio, geraram na opinião pública regional e no sistema de atores com uma potencial ligação à infraestrutura um profundo pessimismo e ceticismo quanto à viabilidade da sua revitalização, que representa um constrangimento de peso e exige propostas de revitalização suficientemente aliciantes para vencer essa barreira de pessimismo.

Face a estes condicionantes e à intensidade com que se apresentam, a avaliação estratégica de alguns cenários de revitalização possível exige a consideração à partida de um conjunto de pressupostos, sem os quais o exercício de planeamento estratégico pretendido corre o risco de transformar numa versão elaborada de “*wishful thinking*”, dos quais podem desde já ser identificados os seguintes:

1. A revitalização potencial do Complexo Agroindustrial do Cachão (CAIC) só tem sentido se for equacionada no quadro de um projeto regional, cabendo a este trabalho definir de que âmbito

“regional” podemos estar a falar (Terras de Trás-os-Montes, TTM e Douro, Norte como um todo ou outros referenciais territoriais; o que parece indiscutível é que a mobilização de vontades e recursos que o projeto implicará estará muito para além do âmbito e influência dos dois Municípios que assumem a propriedade do Complexo;

- 2. Nestes termos, a revitalização do CAIC deverá constituir uma oportunidade de, simultaneamente, mobilizar para a sua concretização projetos adormecidos na região que aguardem condições propícias à recuperação das ideias-chaves que os suportaram e projetos que envolvam alguma forma de discriminação positiva e de compromisso das políticas públicas para uma intervenção bem-sucedida nos territórios interiores do Norte;
- 3. Independentemente do perfil recomendável, todas as alternativas a considerar e a avaliar estrategicamente exigem a definição e financiamento de um programa mínimo de intervenção física sobre as infraestruturas existentes do CAIC: suprimindo edifícios em ruína não passíveis de renovação, pequenas intervenções de fachada em edifícios já implantados, arranjos mínimos de áreas comuns; o objetivo é garantir condições mínimas de divulgação do espaço, embora os cenários/perfis de ocupação a considerar exijam por sua conta intervenções infraestruturais de outro porte e natureza a definir em conjunto com os serviços e funções a desempenhar;
- 4. Também numa linha independente dos cenários/perfis de ocupação a determinar, o projeto exigirá a valorização de condições de envolvente, já existentes ou previsíveis em função de compromissos já assumidos, que possam ser apontadas como externalidades positivas associadas à localização do CAIC; entre essas condições de envolvente a considerar devem mencionar-se as seguintes: (i) valorização da linha ferroviária Cachão-Mirandela, para efeitos turísticos e de transporte quotidiano de passageiros, referenciada na concessão ganha pela empresa do empresário Mário Ferreira em concurso público; (ii) transformação da estação do Cachão em centro interpretativo do CAIC e da sua história; (iii) aproveitamento da presença a reduzida distância de fibra ótica nas imediações do CAIC, essencial para garantir ao complexo boas condições de telecomunicações; (iv) idem no que respeita ao fornecimento energético, designadamente de gás natural; (v) tratamento do potencial residencial das duas aldeias mais próximas do CAIC;
- 5. Finalmente, um projeto desta natureza atendendo à relevância que as políticas de investigação e inovação têm vindo a assumir como uma espécie de sucedâneo da abordagem em termos de política industrial para áreas territoriais inseridas no regime das regiões menos desenvolvidas (da COESÃO), o projeto de revitalização do CAIC terá de conseguir mobilizar a participação da UTAD, do IPB e eventualmente de outras instituições; além do mais, UTAD e IPB apresentam nas suas carteiras de unidades de investigação recursos relevantes (de conhecimento, de pessoas e laboratoriais) em áreas afins com o CAIC, bastando recordar os recursos agroalimentares na UTAD e o centro de investigação CIMO do IPB e o alcance futuro do Laboratório Colaborativo MORE.

3. A ABORDAGEM PROPOSTA

A elaboração do Plano Estratégico decorreu num prazo relativamente curto, tendo por isso exigido uma metodologia expedita de identificação do quadro de oportunidades que interessa avaliar estrategicamente para traçar cenários/perfis de ocupação suscetíveis de conduzir aos pretendidos objetivos de revitalização do CAIC.

A invocação de uma metodologia expedita não significa quebra de fundamentação da mesma. Significa tão só uma outra maneira de trabalhar a relação entre diagnóstico e proposta estratégica de cenários/perfis de ocupação para o CAIC. Foi, assim, utilizada uma metodologia que não desenvolveu uma progressão linear “diagnóstico – quadro estratégico”, mas antes uma relação de maior interação entre essas duas dimensões do trabalho a realizar.

A explicação é simples.

A região que corresponderá à área de influência desejada do CAIC, seja ela mais restrita ou territorialmente mais ambiciosa, tem sido fértil em geração de ideias de intervenção para o Norte interior. Os estudos têm-se sucedido na sequência dos diferentes períodos de programação, outra questão é explicar em que medida é que, apesar de tal proliferação, o desenvolvimento do chamado interior Norte continua relativamente atomizado e ainda à procura de um modelo de intervenção com maior impacto no desenvolvimento económico e competitividade. Por isso, sem grandes necessidades de diagnóstico indutor de identificação de oportunidades, é possível referenciar algumas hipóteses a que corresponda uma primeira avaliação estratégica e o aprofundamento de diagnóstico necessário, dos quais cumpre destacar as seguintes:

- Projetos adormecidos que, por razões várias, se perderam aguardando a formação de contextos mais favoráveis à sua concretização;
- Oportunidades que foram ensaiadas em escalas mais locais (designadamente no quadro das políticas de desenvolvimento rural ou de programas como o PROVERE) e que por esse motivo não lograram impor-se em escalas mais ambiciosas e com maior efeito no desenvolvimento económico e competitividade de TTM e do Douro;
- Oportunidades que resultem de dinâmicas e tendências empresariais entretanto observadas nos territórios em questão que apontem para necessidades não satisfeitas e que possam constituir inspiração e enquadramento para atração de novas funções e valências ao CAIC;
- A atividade do Matadouro constitui um recurso incontornável na identificação de oportunidades na medida em que constitui um projeto já instalado no CAIC e sobre o qual é necessário compreender as razões do seu subaproveitamento em termos de capacidade instalada, ou seja, se é fruto de insuficiências internas ou, pelo contrário, de insuficiências de procura revelada determinada pela existência de infraestruturas concorrentes;
- Oportunidades que derivem do contacto com agentes locais num universo de entrevistas compatível com a calendarização do trabalho.

Em nosso entender, todos os tipos anteriores de oportunidades a desenvolver para efeito de cenarização de perfis de ocupação exequível são suscetíveis de ser preenchidos com exemplos concretos.

Para cada uma dessas oportunidades foi realizada uma caracterização mínima relacionando-a com as funções e serviços a atrair ao CAIC, com aprofundamento de diagnóstico para avaliação estratégica da oportunidade e do grau de exequibilidade da sua mobilização para efeitos do CAIC.

Ou seja, o aprofundamento de diagnóstico é posterior à identificação da oportunidade e assumirá essencialmente um cunho de suporte à avaliação estratégica da mesma.

Como é óbvio, isso não significa que a metodologia não tenha integrado uma caracterização básica da área de influência que enquadrará o Plano Estratégico de Revitalização do CAIC, mais como um elemento de referenciação do contexto a ter em conta, do que propriamente como base de indução de identificação de oportunidades.

4. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CAICA

4.1. Contexto

O Complexo Agroindustrial do Cachão (CAICA), sito no concelho de Mirandela, na freguesia de Frechas, está territorialmente implantado na aldeia de Cachão. Trata-se de um complexo com características de condomínio fechado, relevante para a instalação de atividades económicas em espaços cobertos, com uma área aproximada de 83.000 m², ocupada por edificações datadas da época do Estado Novo, previstas para valências diversas, e com espaços adjacentes de circulação. Tem, desde a sua criação (anos 60 do século passado), uma vocação de acolhimento e apoio a atividades das fileiras agroindustriais.

Tem uma localização central na designada Terra Quente Transmontana, na confluência dos concelhos de Mirandela e de Vila Flor, na medida em que se localiza a cerca de 11 km da cidade de Mirandela e a 9 km da vila de Vila Flor. O acesso ao Complexo faz-se pela EN 213 e está próximo do IC5 e dos nós do IP2 e da A4, pelo que a sua zona de influência potencial se estende à NUT 3 Terras de Trás-os-Montes e a espaços territoriais adjacentes que integram as NUT 3 do Douro e do Alto Tâmega.

O CAICA é atualmente gerido pela Agroindustrial do Nordeste, S.A. (AIN), constituída em 1993, com a sua sede social no CAIC, competindo-lhe a gestão condominial e a dinamização do complexo, incluindo a disponibilização de um conjunto de serviços para as empresas instaladas ou a instalar no Complexo. Os acionistas da AIN são o Município de Vila Flor e o Município de Mirandela (cada um com uma participação de 49,1%), havendo ainda alguns acionistas detentores da pequena parte restante do capital. A AIN está no perímetro das Administrações Públicas (DGO, 2019), classificada no grupo dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Local.

4.2. Gênese e Evolução do Complexo Agroindustrial do Cachão

A história do CAICA começa no início dos anos 60 (1960) e desenvolve-se até à década de 90, extinguindo-se em 1992, passando o complexo, no ano seguinte, para a posse da AIN.

O CAICA nasce fruto da visão e caráter empreendedor do seu impulsionador, Eng.º Camilo Mendonça, responsável pela criação do complexo, que surge integrado na Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste, que assume a sua gestão, tendo como principal objetivo potenciar a lavoura transmontana, através da transformação e comercialização dos produtos agrícolas e pecuários, assim como através de ações de fomento e apoio à produção agrícola. Neste período iniciaram-se os estudos necessários à construção e implementação do CAICA, que praticamente concluído entre 1965 e 1968.

Com a implementação do CAICA, desenvolverem-se varias atividades de aproveitamento de culturas tradicionais, a introdução de novas culturas, mais rentáveis, e passou a haver a agroindústria, com o acompanhamento técnico, a mecanização, o fornecimento de sementes, a irrigação e a adubação. Numa época em que o país se virava para a industrialização, nascia um novo impulso económico para a região e para o país. O Complexo, para se abastecer de produtos com que as fábricas laboravam, recorria aos agricultores da região, que praticavam uma agricultura tradicional e o complexo

agroindustrial acabou por causar um impacto nas explorações agrícolas, com a seleção de produtos (sementes e plantas), a adubação e a introdução de máquinas.

O Complexo proporcionou trabalho a centenas de pessoas e foi responsável pela dinamização agroindustrial na região. Nesta fase inicial da sua atividade, e a título ilustrativo, o Complexo disponibilizava máquinas e outras alfaías agrícolas (tratores, ceifeiras debulhadoras, enfardadeiras) para utilização comunitária pelos agricultores nas aldeias, detinha uma fábrica de rações e as oficinas de apoio às fábricas instaladas no Complexo, como as carpintarias, construíam as colmeias que eram entregues aos agricultores.

Multifuncional, com grande abrangência de produtos e técnica, o Complexo diversificou as suas unidades industriais pelos seguintes ramos:

- Pecuária, com matadouro industrial, lavandaria de lãs, queijaria e fábrica de rações;
- Produtos hortícolas e frutícolas, com conservas e congelação (tomate, pimentos, pepinos, abóbora, ervilha, pequenos frutos, marmelada, amora, espargos, morango, entre outros);
- Ramo de frutos preparados, para castanha e azeitona (em conserva, descaroçada, recheada), conservas de frutos, mel e cristalizados;
- Ramo do azeite, com extração, armazenamento e embalamento;
- Ramo do álcool, com adega de vinhos e parque de armazenagem de apoio às adegas da região, destilaria de aguardentes de bagaço de figo, bagaço de uva e retificação de álcool;
- Frutos secos, com preparação, descasque e embalamento de amêndoa, noz e figo seco, simples ou recheado, e expurgo de fruta e outros produtos para exportação.

Os ramos de atividade instalados no CAICA eram apoiados por técnicos com formação superior e especializados, com conhecimentos e experiência desde a produção no campo até ao produto final no consumidor. Estimulou-se a investigação e experimentação fabril nos mais diversos domínios da tecnologia industrial alimentar, criando-se a marca chapéu “Nordeste”. Os produtos eram escoados não só para o território nacional, mas também para maiores mercados, como o Canadá, a América, França, Suíça, Áustria, Alemanha.

Após 1974, fruto da mudança de regime do país, ocorre uma alteração profunda na propriedade e gestão do CAICA, alterando a sua filosofia inicial, passando este para a Gestão do Movimento das Forças Armadas, em nome do Estado português. Em 1976 o CAICA é desanexado da Federação dos Grémios da Lavoura, até então a proprietária, e institui-se uma empresa pública autónoma com o mesmo nome, o Complexo Agroindustrial do Cachão. Já em 1977, a tutela do Complexo passa para o Ministério da Agricultura e Pescas, que em 1980 altera o estatuto de Empresa Pública para Sociedade Anónima, continuando a ser o Estado o maior detentor do capital. São redefinidos os estatutos e o CAICA passa a ter como objeto social o desenvolvimento de atividades agroindustriais e comerciais, assim como a gestão de participações financeiras.

Depois de um lento enfraquecimento económico e financeiro, o CAICA encerrou a sua atividade em 1992 e um ano depois, em Setembro de 1993, surge uma nova entidade, a AIN - Agroindustrial do Nordeste, ainda propriedade do Estado Português, que, em Dezembro desse ano, transita para as Câmaras Municipais de Mirandela e Vila Flor, integrando o processo de revitalização que passa não

pela exploração direta das atividades desenvolvidas pelo Complexo, mas pela concessão e/ou arrendamento das unidades e facilidades do Complexo. Neste seguimento, em 1993, inicia-se o concurso para a concessão das Fábricas do Cachão.

Os anos seguintes, finais do século XX e início do século XXI, serão marcados pela vontade de fazer ressurgir o Complexo enquanto pólo dinamizador das fileiras agroindustriais. Dentro da ideia-chave “Revitalizar o Complexo”, a AIN foi lançada com os seguintes objetivos:

- Proporcionar condições aliantes e suficientemente atrativas a possíveis investidores pela via da concessão ou arrendamento, para a sua fixação no Complexo, criando condições contratuais de aluguer de instalação de renda gradativa, sendo menor nos primeiros anos de instalação;
- Criar postos de trabalho, contratando-se para a AIN ex-funcionários do CAICA em situação de desemprego, critério também preponderante nos concursos de concessão das unidades;
- Reativar as atividades tradicionais do ex-CAICA, de grande importância para a atividade agrícola da região e dos concelhos limítrofes, mantendo a génese agroindustrial do Complexo;
- Diversificar a atividade, evitando a forte dependência da atividade agrícola, atraindo para o complexo outras atividades não ligadas diretamente à transformação agroalimentar, procurando a diversidade industrial compatível, fomentando a dinâmica empresarial local e atraindo novos empresários.

De então para cá, várias foram as empresas a instalarem-se no Complexo mas também foram frequentes os abandonos e incumprimentos. Embora muitas das atividades instaladas se inserissem nas fileiras agroindustriais, verificou-se uma certa descaracterização da vocação temática inicial do projeto, com a instalação de atividades estranhas ao agroindustrial. Na secção seguinte inventariamos as atividades atualmente instaladas no CAICA.

Presentemente, a ocupação do Complexo está abaixo do que seria desejável e a sua vocação funcional e temática precisa de ser redefinida, face à evolução verificada quer nos territórios que mais diretamente estarão na área de influência potencial do Complexo quer nas próprias características das fileiras da produção animal e vegetal, para além de ter que se considerar as necessidades de requalificação de toda a infraestrutura física. É esse desafio de reposicionamento estratégico e de modernização que constitui a motivação central do presente Plano Estratégico para o Complexo Agroindustrial do Cachão.

4.3. Situação Atual (apontamentos parcelares)

Tal com já referido, o CAICA, sito no concelho de Mirandela, na freguesia de Frechas, está territorialmente implantado na aldeia de Cachão. Trata-se de um complexo com características de condomínio fechado, relevante para a instalação de atividades económicas em espaços cobertos, com uma área aproximada de 83.000 m², ocupada por edificações datadas da época do Estado Novo, previstas para valências diversas, e com espaços adjacentes de circulação. Tem, desde a sua criação

(anos 60 do século passado), uma vocação de acolhimento e apoio a atividades das fileiras agroindustriais.

O CAICA é atualmente gerido pela Agroindustrial do Nordeste, S.A. (AIN), constituída em 1993, com a sua sede social no CAICA, competindo-lhe a gestão condominial e a dinamização do complexo, incluindo a disponibilização de um conjunto de serviços para as empresas instaladas ou a instalar no Complexo. Os acionistas da AIN são o Município de Vila Flor e o Município de Mirandela (cada um com uma participação de 49,1%), havendo ainda alguns acionistas detentores da pequena parte restante do capital. A AIN está no perímetro das Administrações Públicas (DGO, 2019), classificada no grupo dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Local.

O CAICA é pois, atualmente, um condomínio empresarial, sendo a AIN, enquanto proprietária dos ativos que para ela transitaram e enquanto gestora do condomínio, responsável pela cessão de exploração e arrendamento de espaços e unidades fabris, potenciando o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais.

O CAICA está atualmente constituído por 29 lotes, distribuídos por uma área aproximada de 83.000 m². Na presente data, alguns dos lotes foram já vendidos, sendo propriedade de terceiros. A instalação de empresas no Complexo Industrial do Cachão, depende da celebração de um contrato de arrendamento ou compra, de um ou mais lotes, entre a AIN e cada uma das empresas candidatas à instalação no Complexo.

Atualmente, além das acomodações administrativas da AIN, estão instaladas no Complexo Agroindustrial do Cachão as seguintes atividades: Matadouro de abastecimento público, laboratório de controlo da qualidade da água e análises (água, setor alimentar, carnes), lagar para produção de azeite e posterior embalagem, queijaria para produção de queijo de cabra transmontano, empresa de lavagem e enfardamento de lãs, empresa de preparação de castanha congelada, empresa de comercialização de bagaço seco de azeitona e embalagem de azeites.

Em termos de gestão, embora a AIN mantenha no seu objeto social atividades ligadas à produção, aquisição, transformação e comercialização de produtos agropecuários e atividades afins, a empresa tem-se limitado a arrendar edifícios e equipamentos existentes no Complexo e a ceder às indústrias tradicionais, agroindustriais, instaladas no Complexo a marca Nordeste (atualmente apenas o azeite é comercializado com esta marca).

Os edifícios localizados no CAICA são, no essencial, os construídos aquando do projeto inicial (anos 60). De uma forma geral, os edifícios possuem sistemas estruturais em betão armado, sendo também evidente em muitas construções o recurso a paredes estruturais em granito. Os alçados são materializados por panos de alvenaria de tijolo cerâmico rebocados e pintados, sendo também constatado o preenchimento de panos de parede com blocos de perpianho de granito. De construção simples, mas simultaneamente robusta, a quase totalidade dos edifícios existentes possui as coberturas revestidas com placas de fibrocimento e apresentam, de uma forma geral, caixilharias em ferro. A degradação das instalações é evidente, agravada por dois incêndios que ocorreram no Complexo, numa unidade de reciclagem. O Complexo dispõe de fornecimento de água (com recurso a uma barragem, propriedade da AIN) bem como de rede de gás natural.



No universo das unidades empresariais instaladas no CAICA, merece uma referência muito especial o Matadouro Industrial do Cachão. Este é explorado pela Matadouro Industrial do Cachão, S.A. (MIC),

constituída em 2006, com a sua sede social no Complexo Agroindustrial do Cachão, tendo como principal atividade o abate e a comercialização de carnes. O MIC é detido a 100% pela AIN.

O MIC foi adquirido à PEC Nordeste em 2005, por cerca de 450 mil euros, quando o Estado decidiu desfazer-se do negócio da carne. Entretanto, a PEC Nordeste centralizou a sua atividade no Matadouro de Penafiel e, em 2007, foi vendida pelo Estado ao grupo Agros.

As instalações do MIC são de uma construção iniciada em 1972. Embora com interrupções no decorrer da construção, o MIC começou a laborar apenas em 1985. Trata-se de um matadouro de abastecimento público, que se desenvolve ao longo de um só nível – matadouro horizontal – com separação entre os setores sujo e limpo, com instalações de limpeza e desinfeção de veículos de transporte de gado. A abegoaria tem acessos independentes e respetivos cais de descarga com cobertura superior para os três grupos de espécies que entram nas três linhas independentes para abate normal e sanitário: bovinos, pequenos ruminantes (ovinos e caprinos, linha na qual também se incluem os leitões) e suínos. Dispõe ainda de um pequeno matadouro anexo para abates de urgência/sanitário, uma sala de desmancha licenciada e dois anexos (um para a preparação das tripas e outro para as patas), além de funcionar como entreposto frigorífico, contando com várias câmaras frigoríficas, em número superior às suas necessidades.

O MIC tem sido objeto de algumas intervenções de manutenção. Recentemente, esteve encerrado entre finais de dezembro de 2018 e meados de fevereiro de 2019, a fim de nele se efetuarem obras de requalificação. Foi colocada tubagem nova, pintadas paredes, tetos e chão, pintadas as linhas de abate, substituída a ventilação, os eletrocutores e, ainda, as portas.

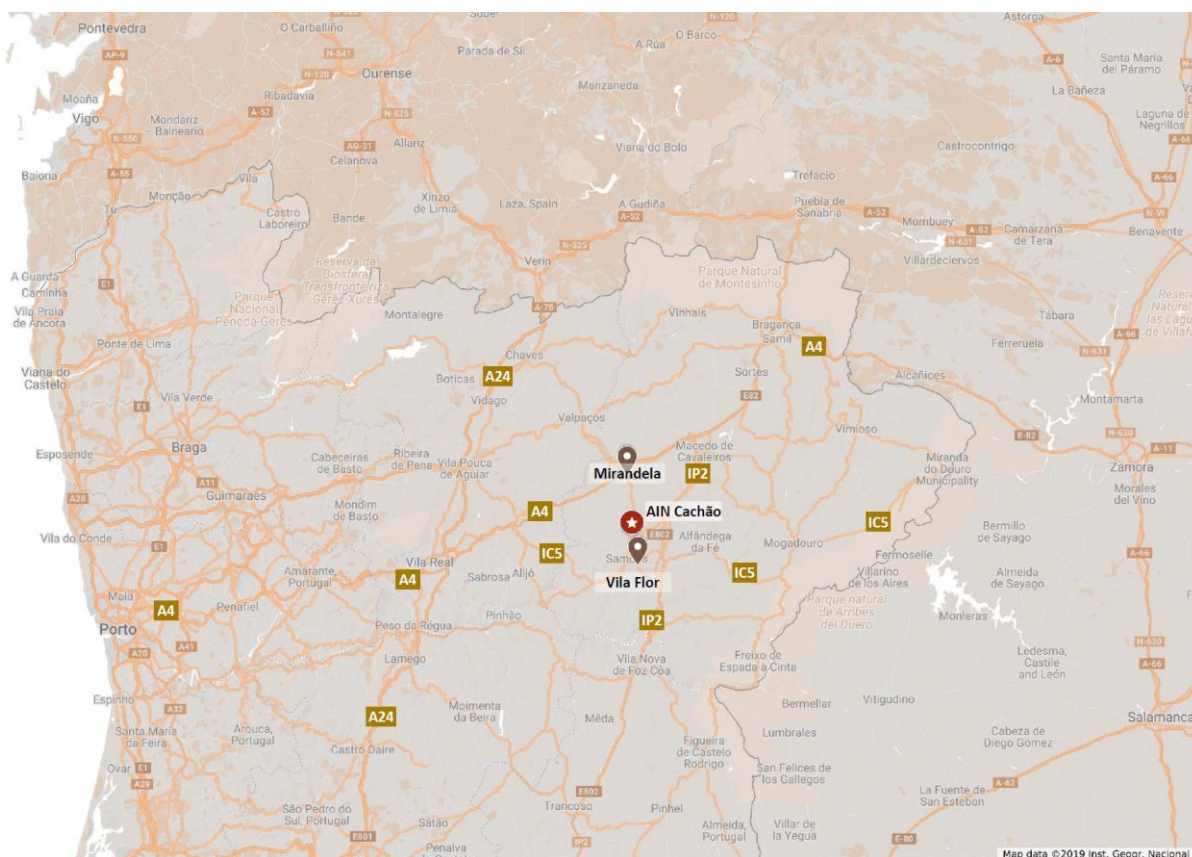
Atualmente, o MIC presta serviços de abate, distribuição e desmancha para talhantes e intermediários desses talhantes, principalmente para os distritos de Bragança e Vila Real, e alguma exportação. As capacidades de abate anual do Matadouro são elevadas (43.000 bovinos, 165.000 pequenos ruminantes e 115.000 suínos) e em número consideravelmente superior aos abates efetivamente realizados. A título de exemplo, em 2018 foram abatidos no Matadouro 6.403 bovinos, 12.834 pequenos ruminantes e 857 suínos, num total de 20.094 animais. Emprega atualmente 26 pessoas.

O MIC é uma das unidades estruturantes do CAICA, sendo que necessita de aumentar a sua atividade e, ao mesmo tempo, prosseguir com investimentos incrementais de manutenção e modernização. O contexto em que se insere é hoje mais concorrencial, tendo em conta o aumento do consumo na região de carne importada, nomeadamente de Espanha, a instalação de grandes superfícies comerciais na zona que se abastecem a partir de centrais de compras em detrimento do mercado regional, e também porque entraram em funcionamento unidades de abate em Vinhais, Bragança e Miranda do Douro.

4.4. Enquadramento no sistema de acessibilidades regional

O Complexo do Cachão tem acesso rodoviário imediato através da N2013, que o colocam a menos de 15 minutos de Mirandela ou Vila Flor. A A4 está a um tempo de deslocação de cerca de 20 minutos, dando acesso à rede viária estruturante do norte-noroeste da Península Ibérica e ao porto de Leixões. A sul, o IC5 (a menos de 15 minutos) permite a ligação ao Douro Superior e toda a parte sul das Terras de Trás os Montes.

INSERÇÃO NO SISTEMA VIÁRIO



Quadro 1: Distâncias-Tempo, por rodovia, entre Cachão e...

Pontos de referência	Km	Tempo
Mirandela	12	13m
Vila Flor	12	13m
Santa Comba da Vilarica	20	25m
Bragança	75	55m
Vila Real	75	55m
Miranda do Douro	115	1h20m
A4	16	20m
IC5	12	13m
IP2 - sul	20	17m
IP 2 - norte	10	16m
Chaves-fronteira	75	1h20m
Viseu	160	1h45m
Tua – estação ferroviária	45	48m
Pocinho – estação ferroviária	46	38m
Porto de Leixões	170	1h50m
Porto de Aveiro	238	2h25m
Porto de Vigo	275	2h55m
A52-Puebla de Sanabria	120	1h45m
A52-Benavente	210	2h30m
A66/A11-Zamora	170	2h00m

Estimativas, com base em Google Maps.

Apesar da existência de uma estação (na Linha do Tua), não existe serviço ferroviário. Desde a desativação do serviço do Metro de Mirandela, em 2017, este foi substituído por serviço rodoviário de passageiros (ligações a Mirandela e à estação ferroviária do Tua).

As estações com serviço ferroviário regular mais próximas são as do Tua (Carrazeda de Ansiães) e do Pocinho (VN Foz Coa), a cerca de 45 km. O acesso rodoviário ao Pocinho é mais rápido e funcional, mas não há ligações diretas em autocarro, ao contrário do Tua.

O novo plano de mobilidade do Vale do Tua, atualmente em fase de implementação, prevê a reativação da ferrovia entre Cachão e Mirandela. Para sul, a ligação à linha do Douro será garantida por uma combinação de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial, com uma vocação de serviço local/quotidiano e turístico, mas o modelo definitivo do serviço e sua exploração ainda não está definido.



Fonte: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua

5. ECONOMIA ENVOLVENTE

5.1. Produção Animal e Produção Vegetal na Subregião

Na região agrária de Trás-os-Montes, as produções vegetal e animal refletem, em primeira instância, as condições edafoclimáticas deste território. As atividades económicas em causa traduzem, assim, a presença de clima sub-atlântico/continental e mediterrânico, na Terra Fria de Planalto, Terra Fria de Montanha, Terra Fria de Alta Montanha, Terras de Transição e Terra Quente (zona atípica), influenciado pela atlanticidade húmida de oeste, continentalidade fria e seca de leste e quente de sul. Espelham, também, um relevo sob a forma de pene-planalto e serra cortados por vales sub-montanos de encostas abruptas, com uma exposição variada. Refletem, ainda, a existência de cursos de água, destacando-se os ribeiros e rios de pequeno e médio porte, de curso nacional exclusivo (rios Corgo, Pinhão, Tua e Sabor) e luso-espanhol (rios Tâmega, Douro e Tuela e Rabaçal, afluentes do Tua). Entre outros fatores, a prática da agricultura compagina-se com os solos dominantes, de origem granítica e afins, associados aos xistos e grauvaques.

Não obstante as alterações demográficas e sociais a que se tem assistido nas últimas décadas, a Região Agrária de Trás-os-Montes continua a ser um território de inequívoca expressão rural, combinando alguns “núcleos urbanos”, na sua grande maioria de pequena dimensão, caracterizados pela sua estreita ligação ao meio rural envolvente.

Em particular, a agricultura continua a ser central para a estruturação do território, influenciando a dinamização de atividades com esta relacionadas, a ocupação geográfica, bem como a manutenção das paisagens, dos agro-ecossistemas e do ambiente.

Em todo o caso, continua a apontar-se um certo atraso estrutural à agricultura de Trás-os-Montes, patente, nomeadamente, na expressão da pequena agricultura familiar e praticada por uma população envelhecida (apesar de algum rejuvenescimento a que se tem assistido no passado mais recente), nas fracas relações de mercado e no deficiente tecido empresarial. O atraso estrutural a que aludimos coexiste, porém, com o reconhecimento internacional da elevada qualidade de muitos dos produtos que advêm da agricultura, da pecuária ou das indústrias transformadoras associadas a estas atividades.

De seguida, apresenta-se uma análise da relevância e da evolução da agropecuária e das correspondentes indústrias transformadoras na região agrária de Trás-os-Montes, privilegiando-se a perspetiva da análise de dados estatísticos oficiais sobre a produção, aferida em termos de quantidade e, subsequentemente, em termos de valor.

5.1.1. Produção Vegetal

Considerando a produção vegetal, os dados do INE relativos à produção das principais culturas agrícolas revelam que, no caso da região agrária de Trás-os-Montes, as culturas mais significativas são: leguminosas secas, batata, forragens, frutos frescos, frutos de casca rija, vinha e olival. Os quadros 1 e 2 ilustram a expressão destas culturas.

Quadro 2: Produção das culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (Região agrícola) e espécie, 2018

	Cereais para grão	Principais leguminosas secas	Batata	Principais culturas para Indústria	Culturas hortícolas	Principais culturas forrageiras	Principais frutos frescos	Frutos pequenos de baga	Principais frutos subtropicais	Citrinos	Principais frutos de casca rija	Vinha	Olival
Portugal	1 092 570	5 039	431 686	1 243 878	896 110	3 461 525	542 203	29 994	57 259	402 924	53 285	802 278	740 152
Entre Douro e Minho	83 624	591	48 132	0	n.d.	1 397 847	6 896	n.d.	27 074	4 110	742	102 048	583
Trás-os-Montes	28 091	413	68 399	18	n.d.	295 891	118 748	n.d.	23	2 620	40 845	154 160	114 191
Beira Litoral	187 523	585	99 642	3 053	n.d.	529 463	25 248	n.d.	6 606	4 005	1 076	46 251	14 531
Beira Interior	18 057	249	28 560	56	n.d.	344 818	54 858	n.d.	13	2 258	3 066	26 809	34 544
Ribatejo e Oeste	411 306	363	134 834	1 140 623	n.d.	225 798	284 228	n.d.	150	12 968	653	306 599	26 280
Alentejo	359 181	2 765	8 562	100 044	n.d.	388 371	35 985	n.d.	0	32 162	5 199	155 896	547 981
Algarve	4 181	17	7 390	0	n.d.	38 882	13 169	n.d.	33	339 750	1 452	4 631	2 042
Açores	352	58	7 320	85	n.d.	238 136	414	n.d.	5 605	4 017	146	1 817	0
Madeira	254	0	28 848	0	n.d.	2 319	2 658	n.d.	17 755	1 035	106	4 067	0

Fonte: INE

Quadro 3: Peso relativo das culturas agrícolas (t) em Portugal, 2018

	Cereais para grão	Principais leguminosas as secas	Batata	Principais culturas para Indústria	Culturas hortícolas	Principais culturas forrageiras	Principais frutos frescos	Frutos pequenos de baga	Principais frutos subtropicais	Citrinos	Principais frutos de casca rija	Vinha	Olival
Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Entre Douro e Minho	7,7%	11,7%	11,1%	0,0%	n.d.	40,4%	1,3%	n.d.	47,3%	1,0%	1,4%	12,7%	0,1%
Trás-os-Montes	2,6%	8,2%	15,8%	0,0%	n.d.	8,5%	21,9%	n.d.	0,0%	0,7%	76,7%	19,2%	15,4%
Beira Litoral	17,2%	11,6%	23,1%	0,2%	n.d.	15,3%	4,7%	n.d.	11,5%	1,0%	2,0%	5,8%	2,0%
Beira Interior	1,7%	4,9%	6,6%	0,0%	n.d.	10,0%	10,1%	n.d.	0,0%	0,6%	5,8%	3,3%	4,7%
Ribatejo e Oeste	37,6%	7,2%	31,2%	91,7%	n.d.	6,5%	52,4%	n.d.	0,3%	3,2%	1,2%	38,2%	3,6%
Alentejo	32,9%	54,9%	2,0%	8,0%	n.d.	11,2%	6,6%	n.d.	0,0%	8,0%	9,8%	19,4%	74,0%
Algarve	0,4%	0,3%	1,7%	0,0%	n.d.	1,1%	2,4%	n.d.	0,1%	84,3%	2,7%	0,6%	0,3%
Açores	0,0%	1,2%	1,7%	0,0%	n.d.	6,9%	0,1%	n.d.	9,8%	1,0%	0,3%	0,2%	0,0%
Madeira	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%	n.d.	0,1%	0,5%	n.d.	31,0%	0,3%	0,2%	0,5%	0,0%

Fonte: Cálculos com base no INE

A partir dos dados apresentados nos dois quadros anteriores, e considerando as culturas da região agrária de Trás-os-Montes com maior relevo no cômputo nacional, é possível aprofundar a análise através de indicadores constantes do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) disponibilizados pelo INE.

A passagem para o sistema de contas integradas das empresas implica que se proceda à correspondência entre a nomenclatura das culturas agrícolas subjacente aos quadros 1 e 2 e os códigos da Classificação das Atividades Económicas (CAE), correspondência que se encontra plasmada no quadro 3.

Quadro 4: Correspondência entre as culturas vegetais mais relevantes na região agrária de Trás-os-Montes e os códigos da CAE

Culturas vegetais	Classificação das Atividades Económicas
Principais leguminosas secas	Cultura de leguminosas secas e sementes oleaginosas (CAE 01112)
Batata	Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos (CAE 01130)
Principais culturas forrageiras	Outras culturas temporárias n.e. (CAE 01192)
Principais frutos frescos	Culturas de pomóideas e prunóideas (CAE 01240)
Principais frutos de casca rija	Cultura de frutos de casca rija (CAE 001251)
Vinha	Viticultura (CAE 01210)
Olival	Olivicultura (CAE 01261)

Nota: Segundo notas explicativas da CAE, Cultura de frutos de casca rija compreende a cultura de amêndoa, castanha, avelã, noz, castanha de caju e de outros frutos de casca rija.

A análise que se segue implica, igualmente, que se proceda à identificação da melhor correspondência entre a região agrária de Trás-os-Montes e a nomenclatura das unidades territoriais (NUT 2013) contante do SCIE. No caso em apreço, tal traduz-se em considerar o cômputo das atuais NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes (a total correspondência só não é assegurada no caso do município de Ribeira da Pena, pertencente à NUT III Alto Tâmega mas não à Região Agrária de Trás-os-Montes, estando incluída antes na Região Agrária de Entre Douro e Minho; nos demais casos, a correspondência é assegurada, pelo que, por simplificação, assumimos que o conjunto das três mencionadas NUT III equivale à região agrária em análise). O quadro 4 explicita o território alvo desta análise.

Quadro 5: O território em análise

Região agrária de Trás-os-Montes		NUT III
Zonas	Municípios	
1ª Zona	Miranda do Douro	Terras de Trás-os-Montes
	Mogadouro	
	Vimioso	
2ª Zona	Bragança	
	Vinhais	
	Alfândega da Fé	
	Macedo de Cavaleiros	
	Mirandela	
3ª Zona	Boticas	
	Montalegre	
4ª Zona	Chaves	
	Valpaços	
5ª Zona	Murça	Douro
	Vila Pouca de Aguiar	Alto Tâmega
6ª Zona	Alijó	Douro
	Mesão Frio	
	Peso da Régua	
	Sabrosa	
	Santa Maria de Penaguião	
	Vila Real	
	Armamar	
	Lamego	
Tabuaço		
7ª Zona	São João da Pesqueira	Douro
	Vila Nova de Foz Côa	
8ª Zona	Carrazeda de Ansiães	Douro
	Vila Flor	Terras de Trás-os-Montes
	Torre de Moncorvo	Douro
	Freixo de Espada à Cinta	
	9ª Zona	Tarouca
Moimenta da Beira		
Sernancelhe		
Penedono		
Região Agrária de Entre Douro e Minho		
	Ribeira de Pena	Alto Tâmega

Atentando aos dados do SCIE1, verifica-se que, no território alvo deste Plano Estratégico, a cultura mais importante, segundo dados de 2017, é a viticultura, sendo responsável por 13.095 postos de trabalho, 137,3 milhões de euros de produção e 52,4 milhões de euros de valor acrescentado bruto (VAB). Como se verá mais à frente, tal deve-se sobretudo ao contributo da NUT III Douro, conhecida, principalmente, pela produção de vinho do Porto. Segue-se a cultura de pomóideas e prunóideas, que responderam por 978 postos de trabalho, 23 milhões de euros de produção e 7 milhões de euros de VAB. A cultura de frutos de casca rija (e.g, castanha e noz) surge em terceiro lugar, com 14,5 milhões

¹ Os dados aqui apresentados podem estar subestimados em virtude da eventual ausência de registo de parte dos produtores individuais e, também, em virtude da ausência de disponibilização de dados para algumas NUT III no que a algumas culturas ou produções animais diz respeito.

de euros de produção, 5,2 milhões de euros de VAB e 3.198 postos de trabalho. De referir que, para os anos mais recentes, o SCIE do INE não disponibiliza dados para as NUT III contempladas na região objeto de estudo no que concerne a olivicultura, o que levará a que a produção de azeitona seja alvo de análise autónoma.

Tendo como referência o conjunto do território nacional, constata-se que o cômputo das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes é responsável, no caso da viticultura, por 38,2% do emprego desta cultura, 31,1% do valor da produção e 33,3% do VAB. Estes valores, embora muito significativos, são ultrapassados pela cultura de frutos de casca rija, que reuniu 57,7% do emprego nacional desta cultura e gerou 51,6% do valor de produção e 62,1% do VAB. Já a cultura de pomóideas e prunóideas correspondeu a uma parcela de 21,1% do emprego, 26,2% do valor de produção e 13,6% do VAB. As outras culturas temporárias n.e. apresentam uma expressão significativa, principalmente em termos de emprego (15,7%).

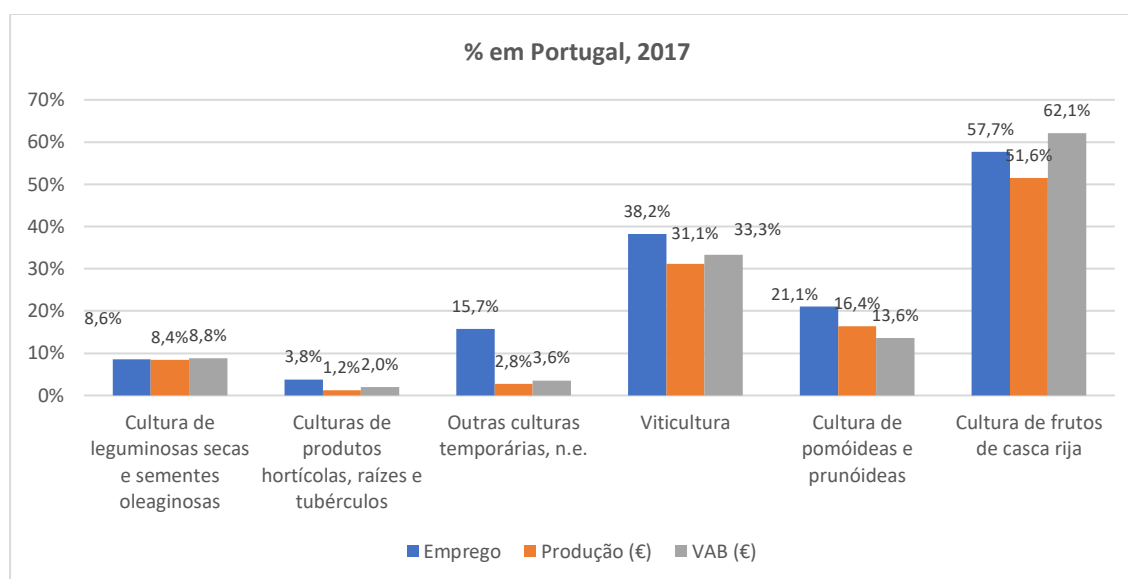
Considerando a Região Norte como território de referência, constata-se que as culturas vegetais do cômputo das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes são muito significativas em todos os casos, ultrapassando os 90% na cultura de frutos de casca rija e na cultura de pomóideas e prunóideas.

Quadro 6: Variáveis das Empresas para o conjunto das NUT III Alto-Tâmega, Douro e Terras de Trás-os Montes, 2017

Tipos de culturas	Emprego (nº)	Produção (€)	VAB (€)
Cultura de leguminosas secas e sementes oleaginosas	189	6 087 768	1 705 948
Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	591	7 425 959	3 637 603
Outras culturas temporárias, n.e.	696	4 166 204	1 692 328
Viticultura	13 095	137 317 144	52 392 976
Cultura de pomóideas e prunóideas	978	23 013 022	7 026 655
Cultura de frutos de casca rija	3 198	14 491 283	5 245 387
Olivicultura	n.d.	n.d.	n.d.

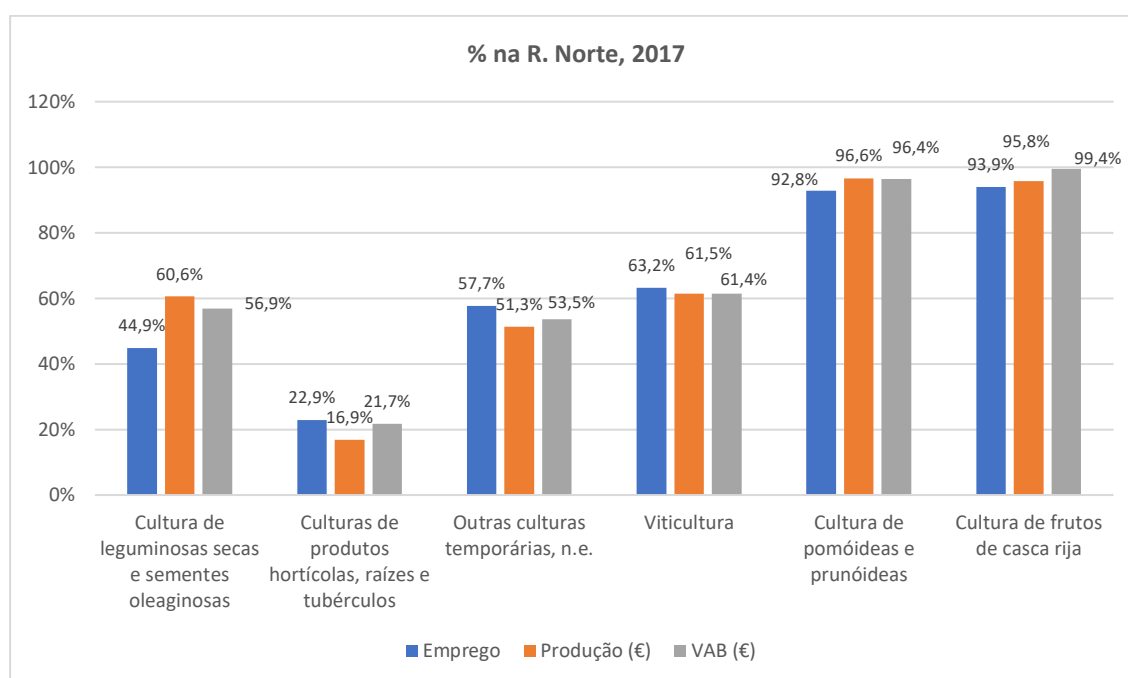
Fonte: INE

Gráfico 1: Relevância das culturas agrícolas do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes em Portugal



Fonte: INE

Gráfico 2: Relevância das culturas agrícolas das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes na Região Norte



Fonte: INE



No caso dos frutos de casaca rija, impõe-se mencionar as castanhas, sendo que se podem encontrar na região agrícola de Trás-os-Montes três tipos de castanha D.O.P. (Denominação de Origem Protegida).

Castanhas D.O.P.

Castanha da Terra Fria DOP

Descrição: Designa-se por Castanha da Terra Fria DOP os frutos obtidos a partir do castanheiro (*Castanea sativa* Mill), das variedades Longal, Judia, Côta, Amarelal, Lamela, Avela, Boa Ventura, Trigueira, Martainha e Negral. Cada lote é constituído por 85% de uma das variedades podendo os restantes 15% ser completados por uma das outras variedades mencionadas. Podem também beneficiar do uso da denominação as castanhas piladas, congeladas, confitadas ou em calda.

Método de produção: A produção do fruto e a respetiva colheita são as fases específicas da área geográfica delimitada. A recolha dos frutos é feita do chão não podendo ser usado nenhum método mecânico ou outro para forçar a queda dos frutos da árvore a fim de se completar a maturação. Os frutos são recolhidos por variedade e juntos em lotes.

Características particulares: A Castanha da Terra Fria DOP apresenta uma forma elíptica alongada, cor castanha avermelhada, brilhante com linhas escuras e longas. Um kg contém entre 70 a 95 castanhas. Apresenta um sabor intenso.

Área de produção: A área geográfica de produção da Castanha da Terra Fria DOP está delimitada do ponto de vista administrativo a algumas freguesias dos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Valpaços, Vimioso e Vinhais, dos distritos de Vila Real e Bragança.

Castanha dos Soutos da Lapa DOP

Descrição: Designa-se por Castanha dos Soutos da Lapa DOP os frutos obtidos a partir do castanheiro (*Castanea sativa* Mill), das variedades Longal e Martainha. Os lotes têm que ser homogêneos, isto é, as castanhas deverão ser da mesma origem, variedade, qualidade, calibre e terem sensivelmente o mesmo estado de maturidade ou desenvolvimento.

Método de produção: A produção do fruto e a respetiva colheita são as fases específicas da área geográfica delimitada. A recolha dos frutos é feita do chão podendo ser usados métodos mecânicos ou manuais. Os frutos são recolhidos por variedade e juntos em lotes. Como garante da homogeneidade do produto a diferença de peso entre os 10 frutos mais pequenos e os 10 frutos maiores numa amostra de 1 kg não deve ser superior a 80 gramas.

Características particulares: A Castanha dos Soutos da Lapa DOP distingue-se pelas cores castanha avermelhada e muito brilhante dos frutos da cv Longal e castanha clara com brilho médio dos frutos da cv Martainha. O sabor das castanhas constitui um aspeto qualitativo muito importante, principalmente para o consumo em fresco. Apesar de muito macias não são demasiado farinhentas e apresentam um paladar caracteristicamente suave e muito doce.

Área de produção: A área geográfica de produção da Castanha dos Soutos da Lapa DOP está circunscrita aos concelhos de Armamar, Tarouca, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono, Lamego, Aguiar da Beira e Trancoso.

Castanha da Padrela DOP

Descrição: Entende-se por “Castanha da Padrela DOP” o fruto obtido a partir do castanheiro (*Castanea sativa* Mill). A principal variedade que constitui a “Castanha da Padrela DOP” é a variedade Judia, sendo também consideradas as variedades Lada, Negral, Côta, Longal e Preta. Podem também beneficiar do uso da denominação “Castanha da Padrela DOP”, as castanhas apresentadas na forma pilada, congelada, confitada ou em calda.

Método de produção: Os agricultores dedicam-se com entusiasmo à sua cultura, porque há muito que a qualidade deste produto os prestigia. A recolha dos frutos é feita do chão, não podendo ser usado nenhum método mecânico, ou outro, que force a queda dos frutos da árvore a fim da maturação ser completa, decorrente da natural abertura dos “ouriços”. Apenas são colhidas as castanhas inteiras, sãs, não germinadas, isentas de insetos, de humidade exterior e de aroma ou sabor estranhos. O acondicionamento da castanha deverá ser sempre efetuado em local seco, arejado e com boas condições de higiene-sanitárias, não podendo haver mais de 10 % de frutos de cultivares diferentes da principal num mesmo lote.

Características particulares: Castanha de casca raiada, com boa aptidão para o descasque.

Área de produção: A área geográfica de produção (produção, tratamento e acondicionamento) está circunscrita às freguesias de Loivos, Moreiras, Nogueira da Montanha, Póvoa de Agrações, Santa Leocádia e São Julião de Montenegro, do concelho de Chaves, à freguesia de Jou, do concelho de Murça, às freguesias de Águas Revés e Castro, Alvarelos, Algeriz, Canavezes, Carrizado de Montenegro, Curros, Ervões, Friões, Padrela e Tapem, Rio Torto, Sanfins, Santa Maria de Emeres, Santiago da Ribeira de Alhariz, São João de Corveira, Sazepicos, Tinhela e Vales, Virandelo, do concelho de Valpaços e freguesias de Valoura, Vreia de Bornes, Bornes de Aguiar e Tresminas, do concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Fonte: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

O cálculo do quociente de localização, com base no VAB, para as várias culturas agrícolas aqui em análise revela que, no território abrangido pelo conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, apenas as culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos atingem um valor inferior à unidade, ficando o quociente superior à unidade em todos os demais casos, o que revela uma maior especialização do território em análise neste tipo de culturas do que o cômputo do território nacional. Tal é especialmente notório nos casos da Cultura de frutos de casca rija, especialmente decorrente da realidade do Alto Tâmega e, também, das Terras de Trás-os-Montes, e da Viticultura, em resultado da realidade evidenciada pelo Douro.

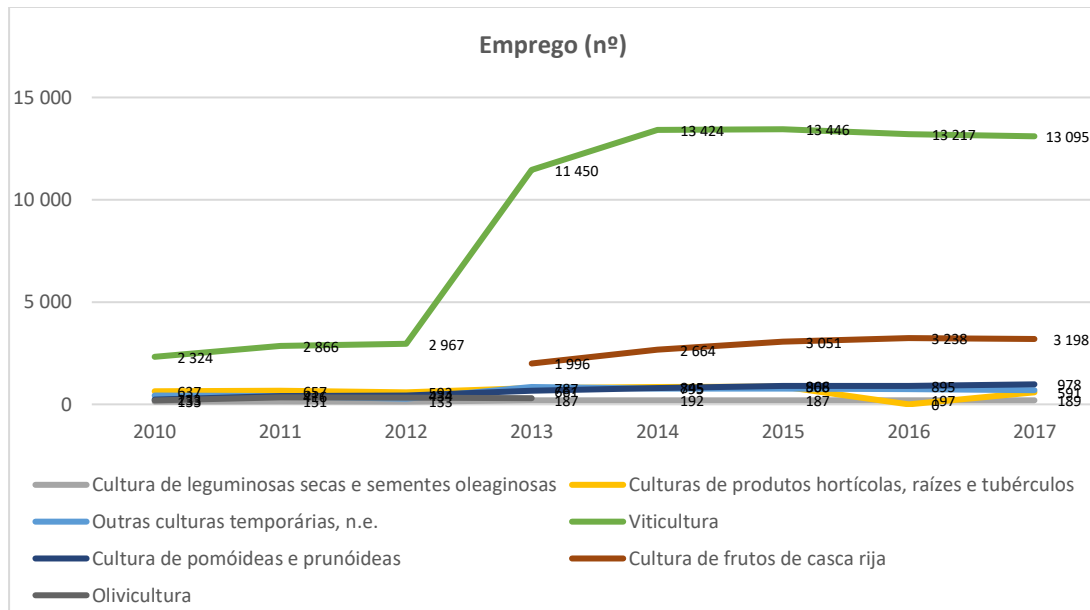
Quadro 7: Quociente de localização das culturas agrícolas, 2017

Tipo de culturas	Alto Tâmega	Douro	Terras de Trás-os-Montes (TM)	Alto Tâmega +Douro+TM
Cultura de leguminosas secas e sementes oleaginosas	1,01	5,02	2,03	3,3
Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	0,62	0,23	1,81	0,8
Outras culturas temporárias, n.e.	2,72	0,78	1,35	1,3
Viticultura	0,58	24,32	0,80	12,6
Cultura de pomóideas e prunóideas	0,04	9,49	1,28	5,2
Cultura de frutos de casca rija	51,91	8,04	29,90	23,5

Fonte: INE

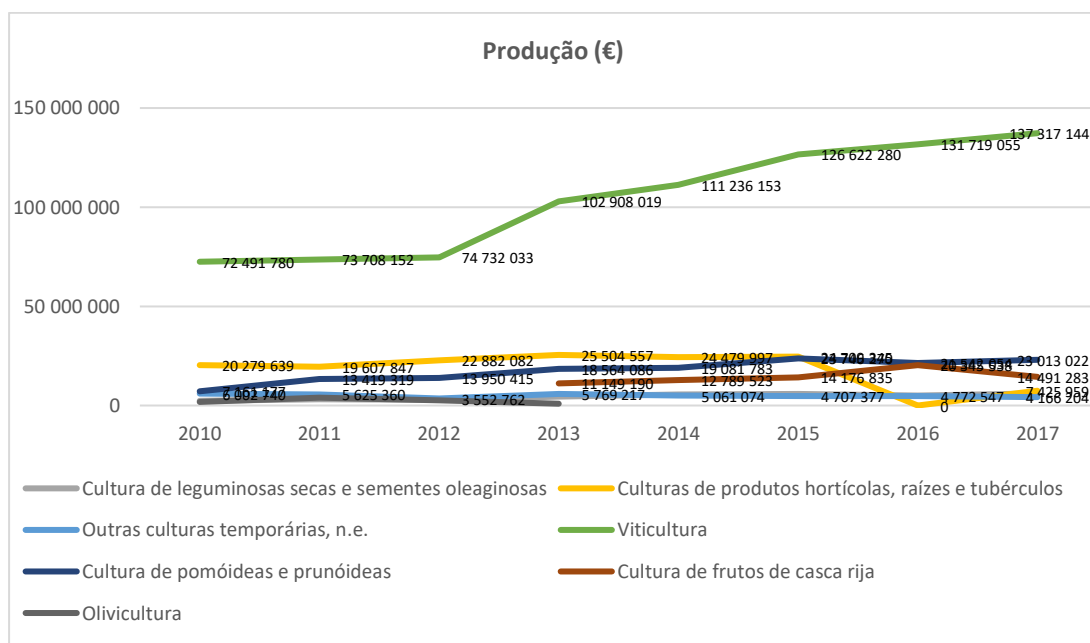
No período compreendido entre 2010 e 2017, na região em análise, a cultura de pomóideas e prunóideas e a viticultura registaram uma evolução significativa: em termos médios anuais, no primeiro caso, observaram-se crescimentos de 22,7% no emprego, 18,1% no valor da produção e 23% no VAB, e, no segundo, verificaram-se crescimentos de 28% no emprego, 9,6% na produção e 13,2% no VAB. Por sua vez, a cultura de leguminosas secas e sementes oleaginosas registou um aumento médio anual também assinalável em termos de valor da produção (14,5%) e do VAB (12,3%), mas um crescimento menos expressivo em termos de emprego (5,1%), o que conduziu a acréscimos significativos na produtividade aparente do trabalho (6,8%), num contexto em que as demais culturas exibiram variações negativas neste indicador. Relativamente à cultura de frutos de casca rija, para os quais os dados só estão disponíveis a partir de 2013, constatou-se um crescimento médio anual de 12,5% no emprego, 6,8% no valor da produção e 7,8% no VAB. Em contraste, as culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos e as outras culturas temporárias, n.e. evidenciaram variações médias anuais negativas (de, respetivamente, 13,4% e 5,1% na produção e de 10,8% e 0,9% no VAB, sendo que, no emprego, a quebra ocorreu apenas nas culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos, situando-se, em termos médios anuais, em 1,1%, enquanto nas outras culturas temporárias n.e. se assistiu a um acréscimo de 6,8%).

Gráfico 3: Evolução do emprego nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



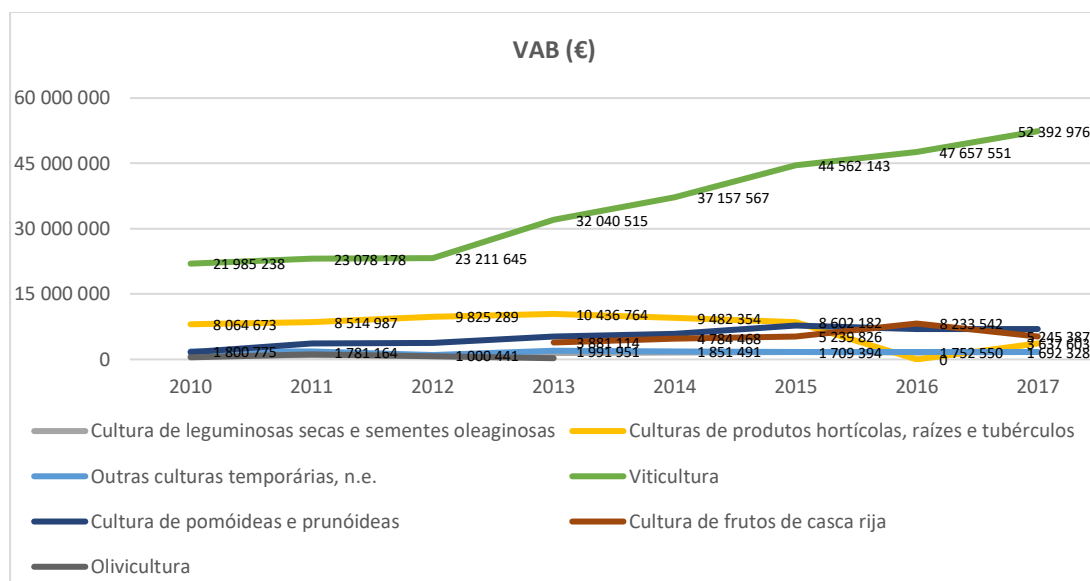
Fonte: INE

Gráfico 4: Evolução da produção nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



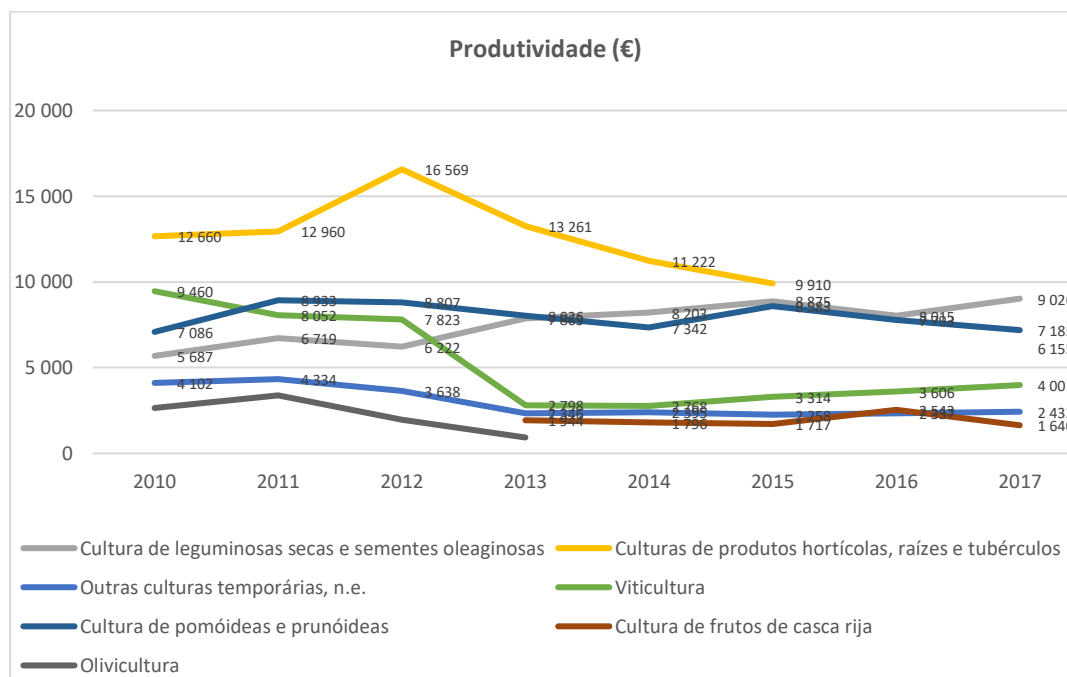
Fonte: INE

Gráfico 5: Evolução do VAB nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE

Gráfico 6: Evolução da produtividade nas principais culturas agrícolas no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE

Produção de azeitona

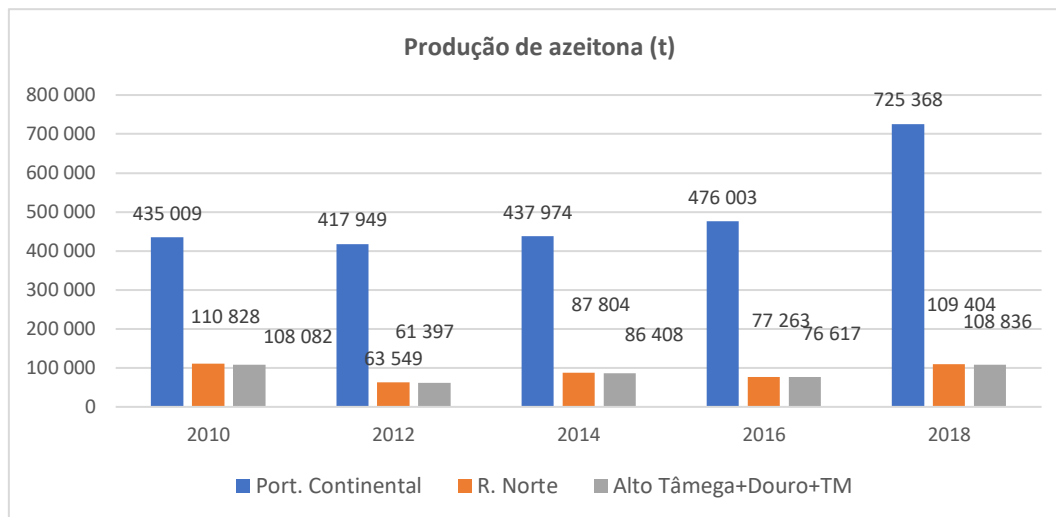
Atentando à produção de azeitona, medida em toneladas, verifica-se que a primazia cabe, manifestamente, à Região do Alentejo, a qual respondia, em 2018, por 76% da produção do continente. Esta região tem, aliás, ganho expressão ao longo do tempo, sendo que em 2010 representava uma parcela de 54,6%. Em segundo lugar, surge a Região Norte, que evidenciou um comportamento em sentido oposto ao da Região do Alentejo, passando de uma parcela de 25,5% em 2010 para 15,1% em 2018. No seu todo, as NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes representaram uma parcela expressiva da produção do continente, situada em 15% em 2018.

Entre 2010 e 2018, a produção de azeitona em Portugal continental exibiu um crescimento médio anual de 6,6%, em resultado da combinação do crescimento expressivo no Alentejo (+11,1%), região marcada por investimentos vários em termos de infraestruturas e equipamentos para este tipo de cultivo, com o recuo, também significativo, no Algarve (-12%) e as reduções mais suaves nas restantes regiões, nomeadamente na Região Norte (-0,2%). No caso específico do território abrangido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, assistiu-se a uma virtual estagnação (+0,1%).

Dentro da Região Norte, realça-se a NUT III Terra de Trás-os-Montes como aquela onde a produção de azeitona é mais significativa, respondendo por 9% da produção do continente. Por sua vez, dentro daquela NUT III, realça-se a produção proveniente de Mirandela, município que respondeu por 2,9% da produção nacional, seguindo-se o município de Macedo de Cavaleiros, responsável por 1,9% da produção nacional.

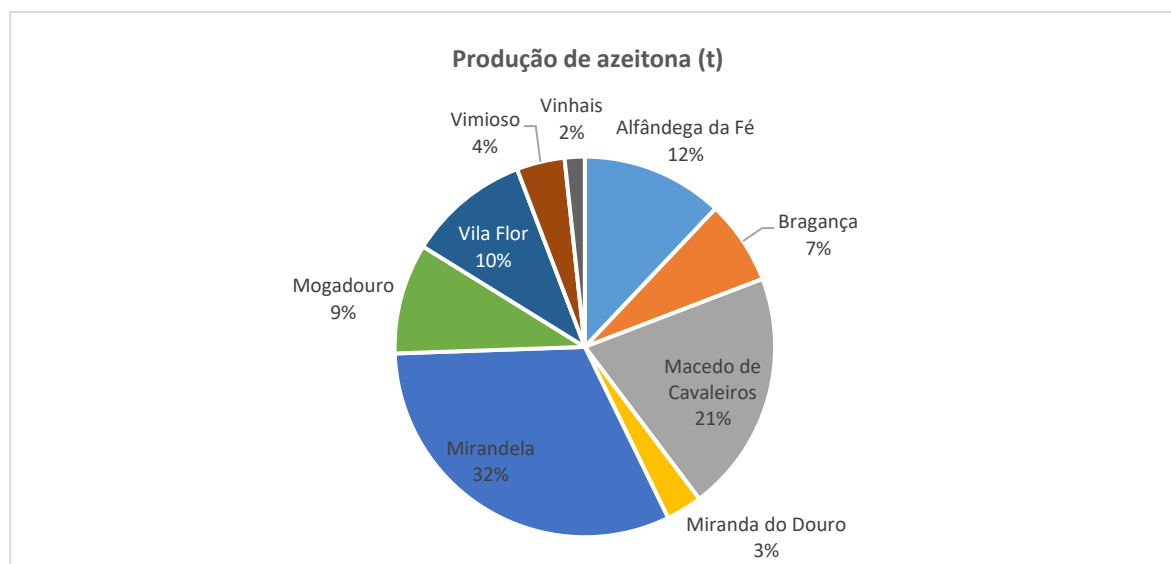
Entre 2010 e 2018, verificou-se um crescimento médio anual de 2,4% na produção da NUT III Terras de Trás-os-Montes e um crescimento de 2,1% no município de Mirandela e de 1,2% no município de Macedo de Cavaleiros.

Gráfico 7: Evolução da produção de azeitona



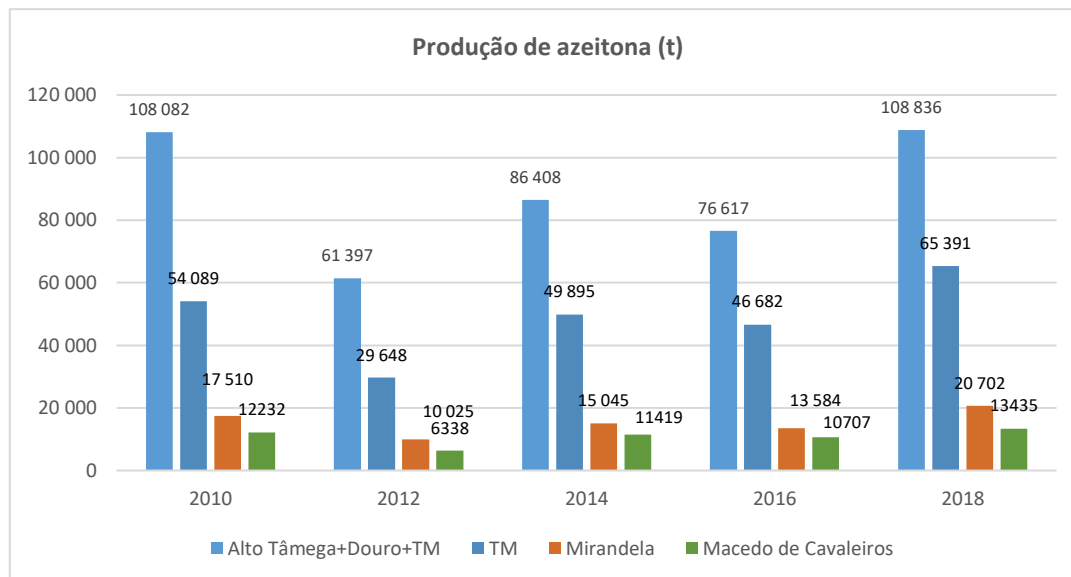
Fonte: INE

Gráfico 8: Produção de azeitona na NUT III Terras de Trás-os-Montes, 2018



Fonte: INE

Gráfico 9: Evolução da produção de azeitona



Fonte: INE

Sendo que a clara maioria da azeitona se destina ao fabrico de azeite (a azeitona de mesa é minoritária), torna-se inevitável fazer uma breve alusão ao fabrico de azeite. Neste caso, segundo dados de 2016, a Região Norte também aparece como a segunda maior região produtora (com 126.339 hl), embora a longa distância do Alentejo (com 549.683 hl), num total nacional de 744.255 hl.

A produção de azeite a nível mundial está limitada a duas zonas do globo que se situam entre os paralelos 30 e 45 dos hemisférios norte e sul. Atualmente, cerca de 95% da superfície oleícola mundial está concentrada na Bacia Mediterrânica, sendo que os países produtores da União Europeia (Espanha, Itália, França, Grécia, Portugal, Chipre, Croácia, Eslovénia e Malta) são responsáveis por 71% da produção a nível mundial. Do ponto de vista do consumo, tem-se observado a emergência de um grupo já expressivo de países que valorizam a introdução de azeite na sua dieta, fenómeno que se materializa no alargamento da base de clientes.

Portugal é, tradicionalmente, um país com vocação exportadora neste produto. Entre os mercados de destino das exportações nacionais, tem-se salientado o mercado brasileiro. No caso da região de Trás-os-Montes, revestem-se de especial importância o azeite D.O.P. - Azeite de "Denominação de Origem Protegida" e o azeite biológico. O primeiro reporta-se a uma área geográfica delimitada, com solos e clima característicos, e é elaborado com certas variedades de oliveiras. Estes fatores, aliados às condições de apanha e transporte para o lagar e condições de laboração, dão origem a um azeite com características químicas e sensoriais únicas. Em Portugal, existem seis "Denominações de Origem Protegida" para azeites: Azeites de Moura, Azeites do Norte Alentejano, Azeites do Ribatejo, Azeites da Beira Interior, Azeites do Alentejo Interior e Azeites de Trás-os-Montes. O Azeite de Trás-os-Montes DOP é produzido na região Transmontana, nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Vila Nova de Foz Côa, Carraceda de Ansiães e algumas freguesias dos concelhos de Valpaços, de Murça, de Moncorvo, do Mogadouro, de Vimioso e de Bragança. Trata-se de um azeite de baixa e muito baixa acidez, de cor amarela esverdeada. Possui aroma e sabor a fruto fresco, por

vezes amendoado com uma sensação notável de doce, verde, amargo e picante. Estas particularidades devem-se às características edafoclimáticas da região e das suas variedades tradicionais de azeitona.

Por sua vez, o Azeite de Agricultura Biológica corresponde ao azeite proveniente de olivais conduzidos de acordo com o modo de produção biológico, regulamentado pela União Europeia. Um dos princípios básicos deste modo de produção é desenvolver a fertilidade do solo e, a partir daí, melhorar a qualidade e quantidade das produções obtidas. A aplicação de fertilizantes e de pesticidas está limitada a um conjunto de produtos definidos pela Comissão Europeia.

Produção vinícola

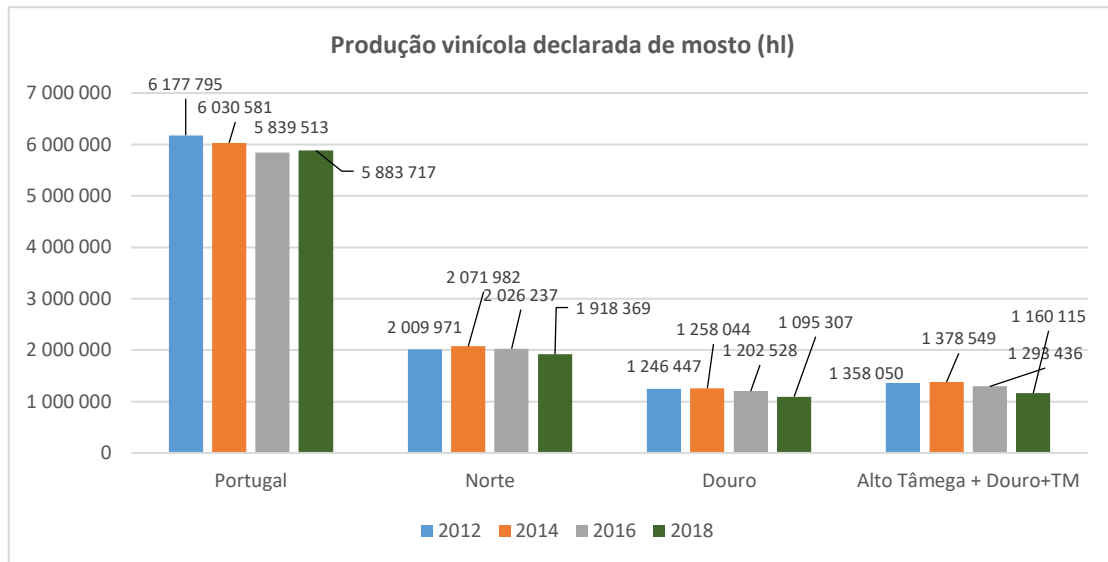
No que concerne a produção vinícola, ela encontra-se bastante concentrada na Região Norte, a qual foi responsável por 32,6% da produção declarada de mosto em Portugal no ano de 2018. Dentro da Região Norte, é na NUT III Douro que este tipo de produção é mais expressivo, situando-se nela 18,6% da produção nacional. No território do Douro, os municípios que mais contributo deram para a produção vinícola de mosto foram os de Alijó, Lamego e São João da Pesqueira.

As NUT III Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes revelam uma produção pouco relevante, situando-se, respetivamente, em 0,2% e 0,9% do total nacional.

Entre 2012 e 2018, a produção verificou, em termos médios anuais, uma variação marginalmente nula em Portugal e também na Região Norte (-0,8%). As variações negativas ocorreram no Centro (-2,8%), Área Metropolitana de Lisboa (-1,2%) e Madeira (-5,9%). Em sentido oposto, observaram-se variações positivas no Alentejo (+1,4%), Algarve (+5,5%) e, sobretudo, nos Açores (17,7%).

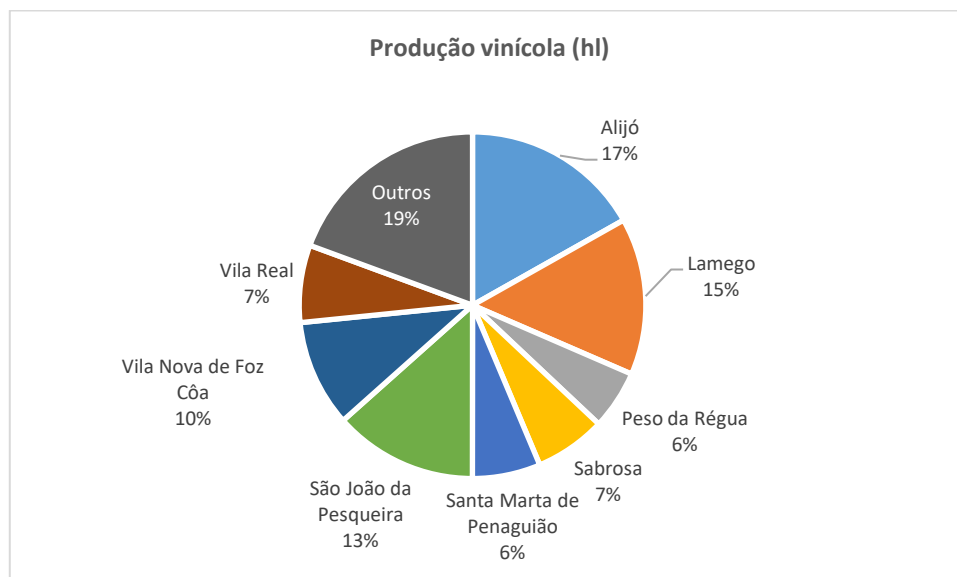
Na Região Norte, o território que abrange as NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes registou um decréscimo, em termos médios anuais, de 2,6%, com o Douro a registar uma quebra de 2,1%. Ainda no horizonte temporal entre 2012 e 2018, os únicos municípios da NUT III Douro que exibiram uma variação média anual positiva em termos de produção foi Vila Nova de Foz Côa (+3,7%) e Sabrosa (2,9%), registando-se um movimento de recuo nos casos remanescentes.

Gráfico 10: Evolução da produção vinícola declarada de mosto



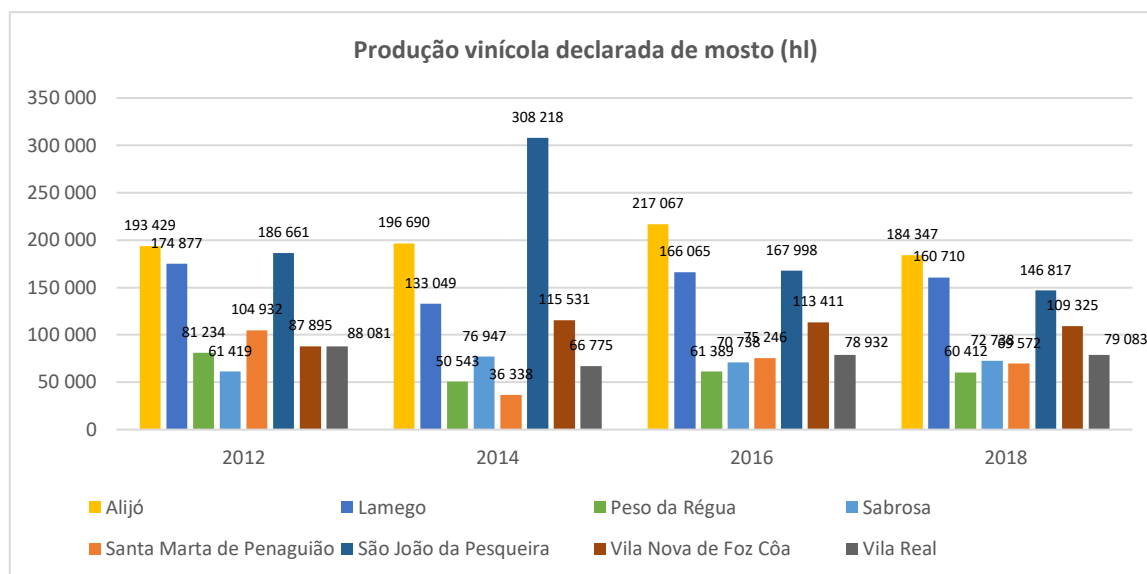
Fonte: INE

Gráfico 11: Repartição da produção vinícola declarada de mosto no Douro, 2018



Fonte: INE

Gráfico 12: Evolução da produção vinícola declarada de mosto no Douro



Fonte: INE

5.1.2. Produção animal

Relativamente à produção animal, e usando dados do Gabinete de Planeamento, Políticas Administração Geral (GPP) referentes ao número de efetivos em 2016, verifica-se que a região de Trás-os-Montes possuía 1.083 efetivos, sendo que a maioria se reportava a ovinos, frangos de carne, galinha e bovinos.

Assumindo o território nacional como o espaço de referência, a região agrária de Trás-os-Montes destacava-se pelos coelhos, caprinos, ovinos e, embora em menor porção, pelos bovinos.

Quadro 8: Composição do efetivo animal em Portugal

	Entre Douro e Minho	Tras os Montes	Beira Litoral	Beira Interior	Ribatejo e Oeste	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Portugal
Bovinos	261	59	79	76	187	687	10	273	4	1636
Suínos	43	18	366	40	1111	520	20	29	3	2150
Ovinos	68	224	89	343	134	1159	43	3	4	2067
Caprinos	37	49	36	60	50	86	16	6	7	347
Coelhos	131	62	77	32	49	28	2	2	8	391
Frangos de carne	983	484	13279	132	8297	290	16	292	322	24095
Galinhas	938	161	3615	225	4028	66	38	137	156	9364
Perus	11	2	189	0	603	8	0	1	1	815
Patos	30	13	39	10	653	17	6	3	1	772
Outras aves	21	11	29	7	904	17	7	8	2	1006
TOTAL	2523	1083	17798	925	16016	2878	158	754	508	42643

Fonte: GPP

Quadro 9: Repartição (%) do efetivo animal em cada região

	Entre Douro e Minho	Trás os Montes	Beira Litoral	Beira Interior	Ribatejo e Oeste	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Bovinos	10,3%	5,4%	0,4%	8,2%	1,2%	23,9%	6,3%	36,2%	0,8%
Suínos	1,7%	1,7%	2,1%	4,3%	6,9%	18,1%	12,7%	3,8%	0,6%
Ovinos	2,7%	20,7%	0,5%	37,1%	0,8%	40,3%	27,2%	0,4%	0,8%
Caprinos	1,5%	4,5%	0,2%	6,5%	0,3%	3,0%	10,1%	0,8%	1,4%
Coelhos	5,2%	5,7%	0,4%	3,5%	0,3%	1,0%	1,3%	0,3%	1,6%
Frangos de carne	39,0%	44,7%	74,6%	14,3%	51,8%	10,1%	10,1%	38,7%	63,4%
Galinhas	37,2%	14,9%	20,3%	24,3%	25,1%	2,3%	24,1%	18,2%	30,7%
Perus	0,4%	0,2%	1,1%	0,0%	3,8%	0,3%	0,0%	0,1%	0,2%
Patos	1,2%	1,2%	0,2%	1,1%	4,1%	0,6%	3,8%	0,4%	0,2%
Outras aves	0,8%	1,0%	0,2%	0,8%	5,6%	0,6%	4,4%	1,1%	0,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: GPP

Quadro 10: Repartição (%) do efetivo animal por regiões

	Entre Douro e Minho	Tras os Montes	Beira Litoral	Beira Interior	Ribatejo e Oeste	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	TOTAL
Bovinos	16,0%	3,6%	4,8%	4,6%	11,4%	42,0%	0,6%	16,7%	0,2%	100,0%
Suínos	2,0%	0,8%	17,0%	1,9%	51,7%	24,2%	0,9%	1,3%	0,1%	100,0%
Ovinos	3,3%	10,8%	4,3%	16,6%	6,5%	56,1%	2,1%	0,1%	0,2%	100,0%
Caprinos	10,7%	14,1%	10,4%	17,3%	14,4%	24,8%	4,6%	1,7%	2,0%	100,0%
Coelhos	33,5%	15,9%	19,7%	8,2%	12,5%	7,2%	0,5%	0,5%	2,0%	100,0%
Frangos de carne	4,1%	2,0%	55,1%	0,5%	34,4%	1,2%	0,1%	1,2%	1,3%	100,0%
Galinhas	10,0%	1,7%	38,6%	2,4%	43,0%	0,7%	0,4%	1,5%	1,7%	100,0%
Perus	1,3%	0,2%	23,2%	0,0%	74,0%	1,0%	0,0%	0,1%	0,1%	100,0%
Patos	3,9%	1,7%	5,1%	1,3%	84,6%	2,2%	0,8%	0,4%	0,1%	100,0%
Outras aves	2,1%	1,1%	2,9%	0,7%	89,9%	1,7%	0,7%	0,8%	0,2%	100,0%

Fonte: GPP

Recorrendo-se ao SCIE do INE, e tendo em consideração o conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, verifica-se que a produção animal era responsável, segundo dados de 2017, por 2.111 empregos, 38,3 milhões de euros de produção e 10,1 milhões de VAB. Estes valores têm como base os dados referentes aos códigos da CAE inseridos no Grupo 014 – Produção animal: 0141 - Criação de bovinos para produção de leite, 0142 - Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos, 0143 - Criação de equinos, asininos e muares, 0144 - Criação de camelos e camelídeos, 0145 - Criação de ovinos e caprinos, 0146 – Suinicultura, 0147 – Avicultura, e 0149 – Outra produção animal.

Quadro 11: Variáveis das Empresas para o conjunto das NUT III Alto-Tâmega, Douro e Terras de Trás-os Montes, 2017

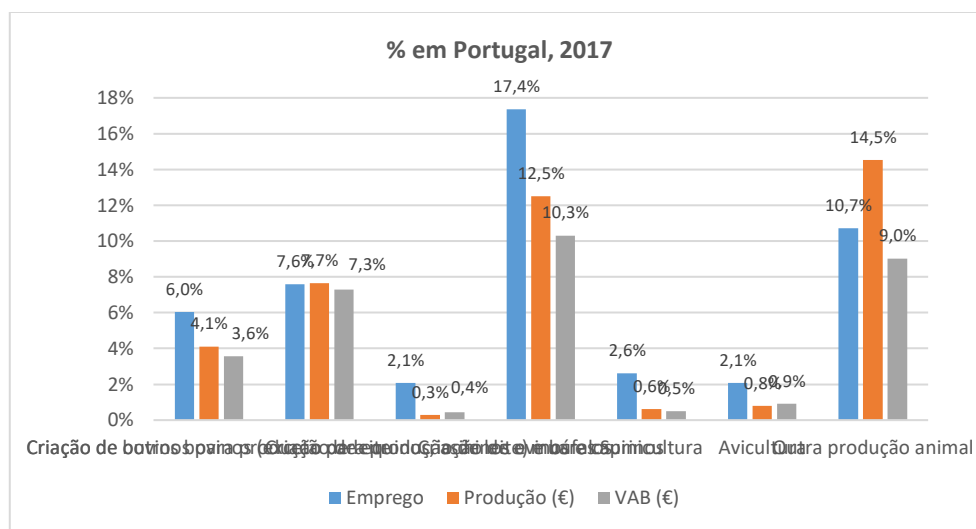
Ramos de atividade	Emprego (Nº)	Produção (€)	VAB (€)
Criação de bovinos para produção de leite	324	9 654 267	2 510 802
Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos	523	4 415 576	1 575 277
Criação de equinos, asininos e muares	14	49 731	20 866
Criação de camelos e camelídeos	0	0	0
Criação de ovinos e caprinos	649	3 576 711	1 456 365
Suicultura	80	2 425 586	392 940
Avicultura	87	3 739 130	1 018 816
Outra produção animal	434	14 474 613	3 142 599
PRODUÇÃO ANIMAL	2 111	38 335 614	10 117 665

Fonte: INE

No contexto nacional, o conjunto das três NUT III identificadas acima realça-se, essencialmente, na criação de ovinos e caprinos, na criação de bovinos e, também, na outra produção animal (a qual inclui, entre outros, apicultura e cunicultura). O gráfico 13 exemplifica a relevância de cada espécie animal no panorama nacional.

É de salientar o facto de, até há algumas décadas, a produção pecuária na Região Agrária de Trás-os-Montes se ter baseado na exploração extensiva de carne bovina, ovina e caprina, principalmente nas suas zonas mais setentrionais - Barroso e Terra Fria – e no Planalto Mirandês, centrada sobretudo nas raças autóctones – Barrosã, Mirandesa, Maronesa e Arouquesa – e dos seus cruzamentos com raças exóticas. Porém, a partir da década de 80, a bovinicultura de leite conheceu uma forte expansão na região, onde, gradualmente, foi substituindo a produção de carne. Esta transformação verificou-se sobretudo nas zonas com melhores aptidões para este tipo de produção: os vales submontanos e o Planalto Mirandês. No que diz respeito aos ovinos e caprinos, destacam-se os autóctones das raças ovinas churra mirandesa, bragançana e indeterminada nordestina, ao passo que os caprinos estão representados pela raça bravia na Montanha pastoril e pela serrana na pré-montanha. Por seu turno, os suínos e aves tendem a apresentar uma presença generalizada em exploração doméstica e alguma expressão em regime intensivo.

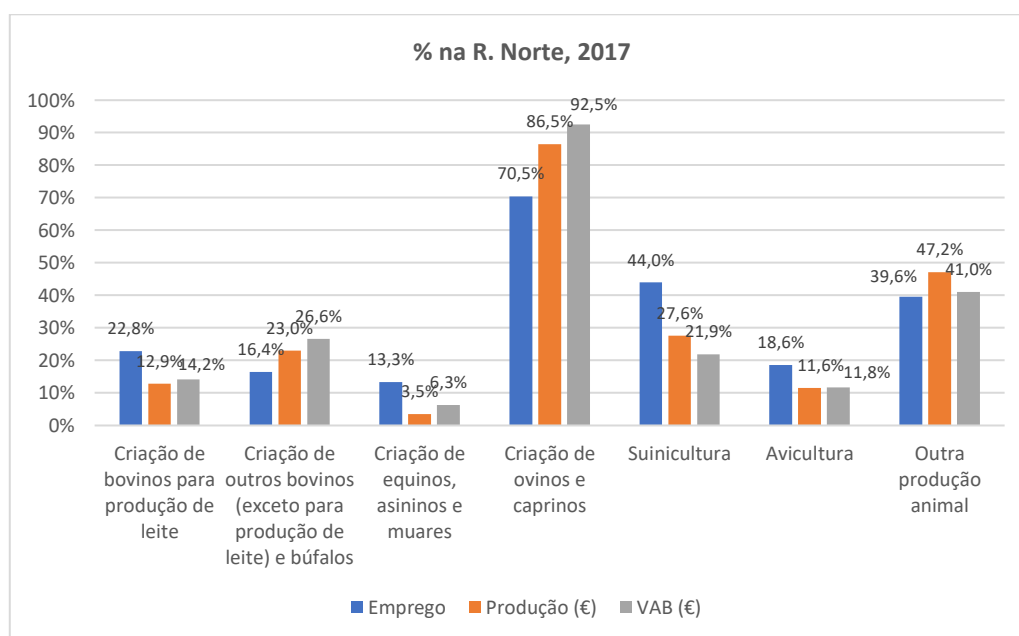
Gráfico 13: Relevância da produção animal do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes em Portugal



Fonte: INE

No contexto da Região Norte, as três NUT III em apreço ocupam um lugar de grande relevo na criação de ovinos e caprinos, que é responsável por 70,5% do emprego desta espécie animal na Região, por 86,5% da produção e por 92,5% do VAB. No entanto, também na suinicultura, na criação de bovinos e na outra produção animal assumem uma expressão que merece destaque. O gráfico 14 evidencia essa expressão.

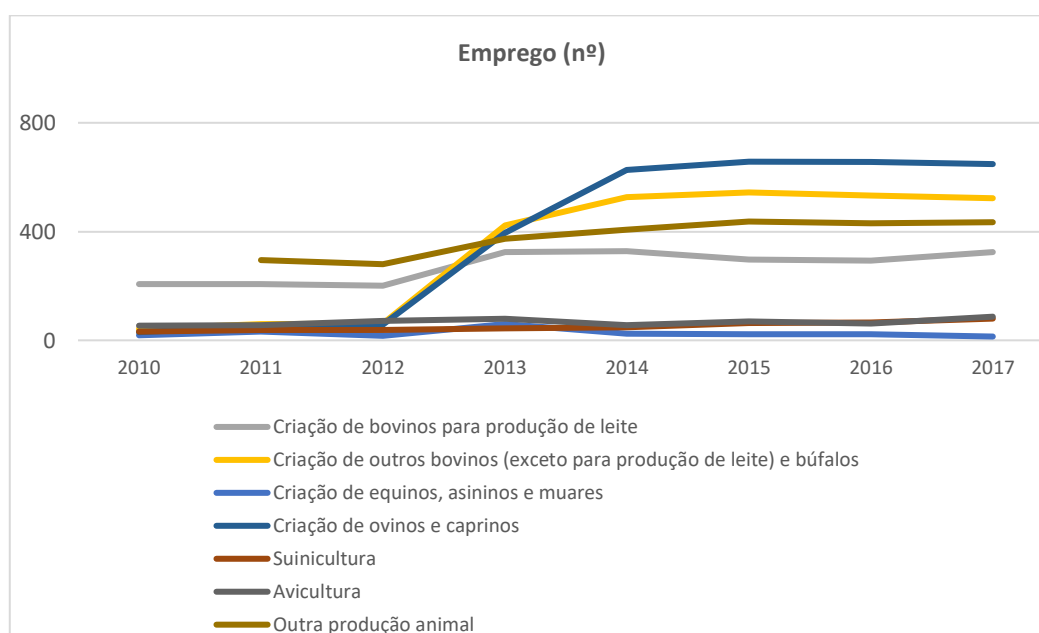
Gráfico 14: Relevância da produção animal do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes na Região Norte



Fonte: INE

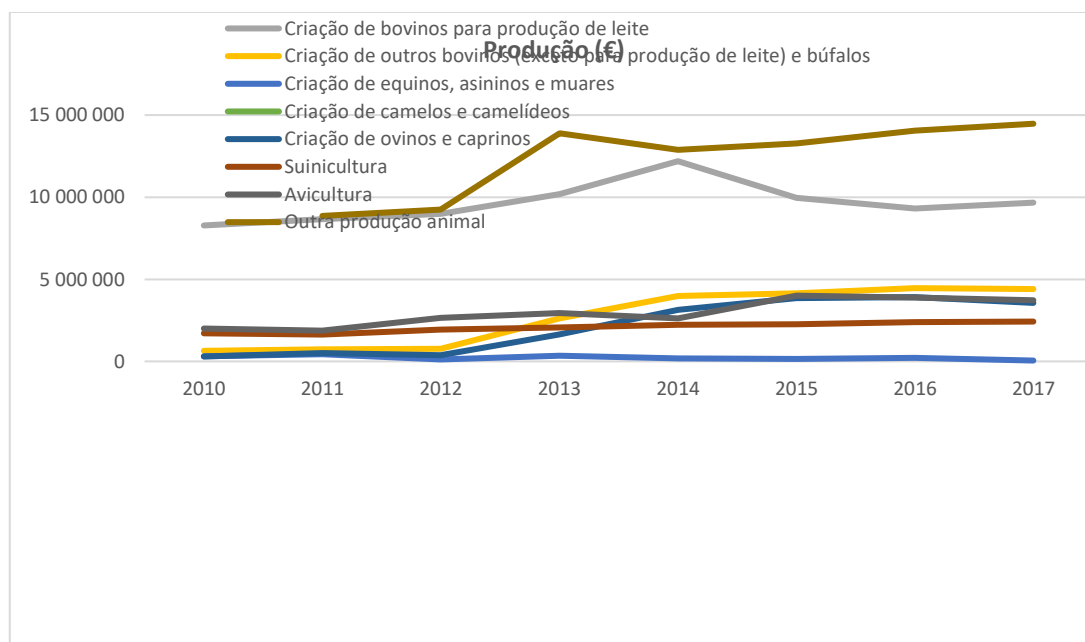
Ao longo do período compreendido entre 2010 e 2017, observou-se um crescimento médio anual acentuado na criação de ovinos e caprinos (55,1% no emprego, 42,7% na produção e 46% no VAB). Salienta-se, também, a trajetória observada na criação de bovinos para produção de leite em termos de valor da produção (25,2%) e de VAB (24,8%), sendo que, em termos de emprego, a variação média anual na criação de outros bovinos tenha sido superior (24,8% versus 15,3%). A avicultura e a suinicultura verificaram um andamento favorável, que se destaca, no primeiro caso, no VAB (13,5%) e, no segundo caso, no emprego (14%). Em sentido contrário, observou-se um recuo na criação de equinos, asininos e muares. Fruto da trajetória do VAB e do emprego, observou-se uma retração da produtividade aparente do trabalho em todos os casos à exceção da avicultura. Os gráficos 15, 16, 17 e 18 revelam a evolução descrita.

**Gráfico 15: Evolução do emprego na produção animal no território compreendido pelas NUT III
Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes**



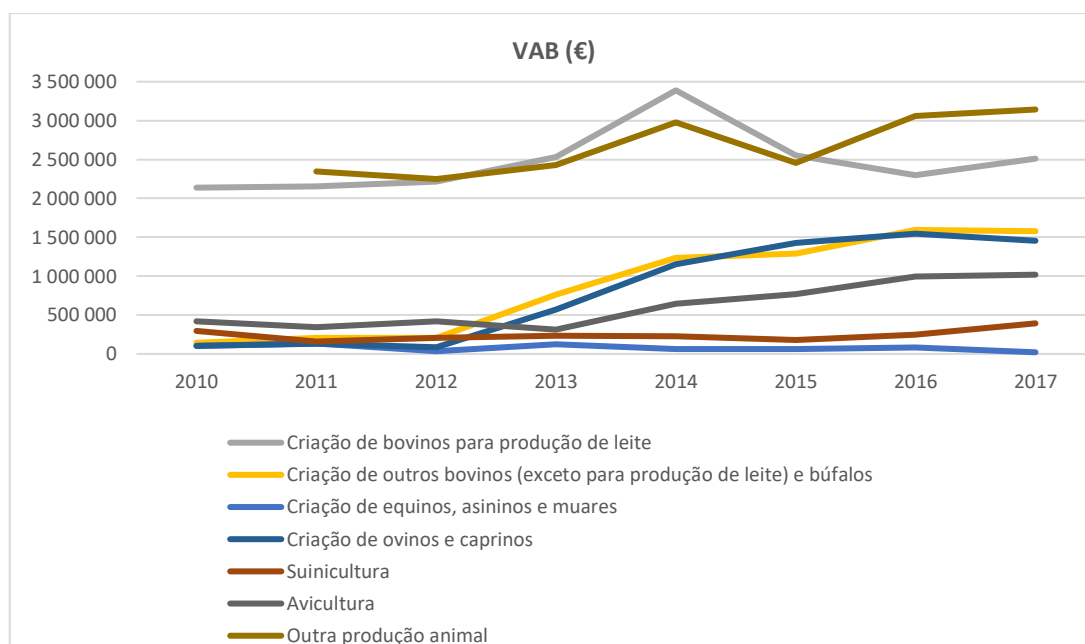
Fonte: INE

Gráfico 16: Evolução do valor da produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



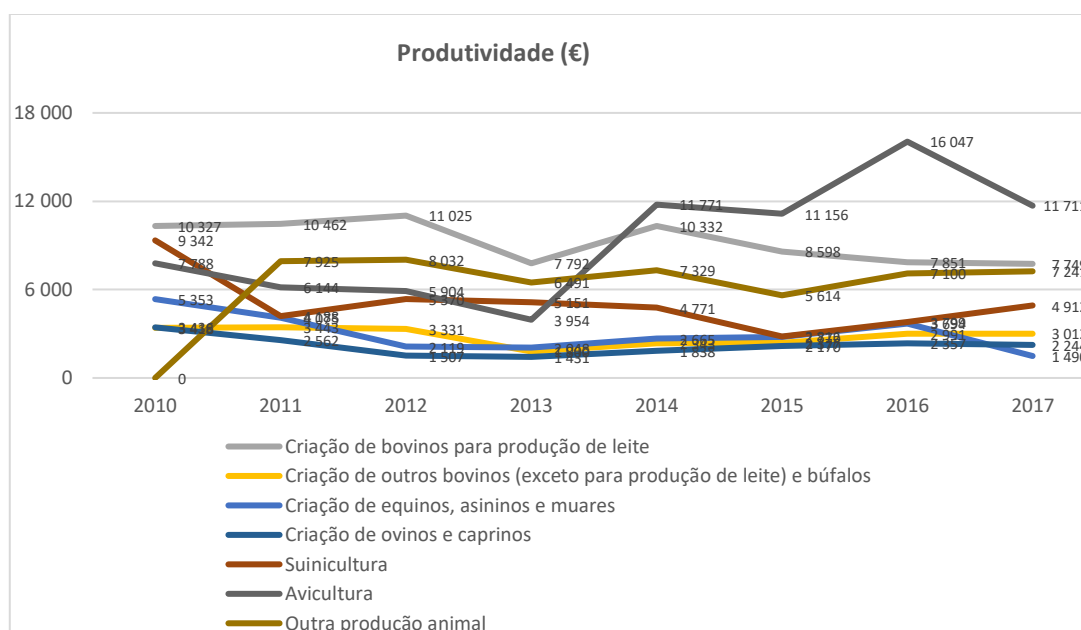
Fonte: INE

Gráfico 17: Evolução do VAB da produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE

Gráfico 18: Evolução da produtividade da produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE

Incluindo na análise a componente industrial associada à produção animal, passam a contemplar-se os dados referentes ao abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (CAE 101), que, no caso das três NUT III em estudo, incorpora apenas dados desagregados para o abate de gado (produção de carne) (CAE 1011) e a fabricação de produtos à base de carne (CAE 1013), não estando disponíveis dados para o abate de aves (CAE 1012). Em 2017, o território abrangido pelo Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes era responsável, nestas atividades, por 744 postos de trabalho, 43 milhões de euros de produção e 12,2 milhões de euros de VAB.

Quadro 12: Principais variáveis das empresas da indústria associada à produção animal no conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes

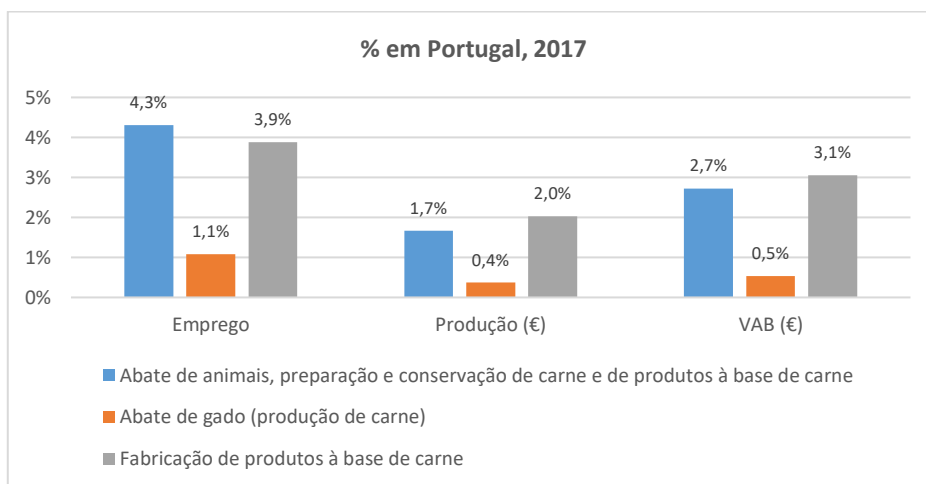
Ramos de atividade	Emprego	Produção (€)	VAB (€)
Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	744	43 061 002	12 232 499
-Abate de gado (produção de carne)	65	3 766 533	869 136
- Fabricação de produtos à base de carne	266	13 920 507	4 735 781

Fonte: INE

Em Portugal, o abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne das três NUT III representava 4,3% do emprego, 1,7% da produção e 2,7% do VAB, valores impulsionados sobretudo pela fabricação de produtos à base de carne.

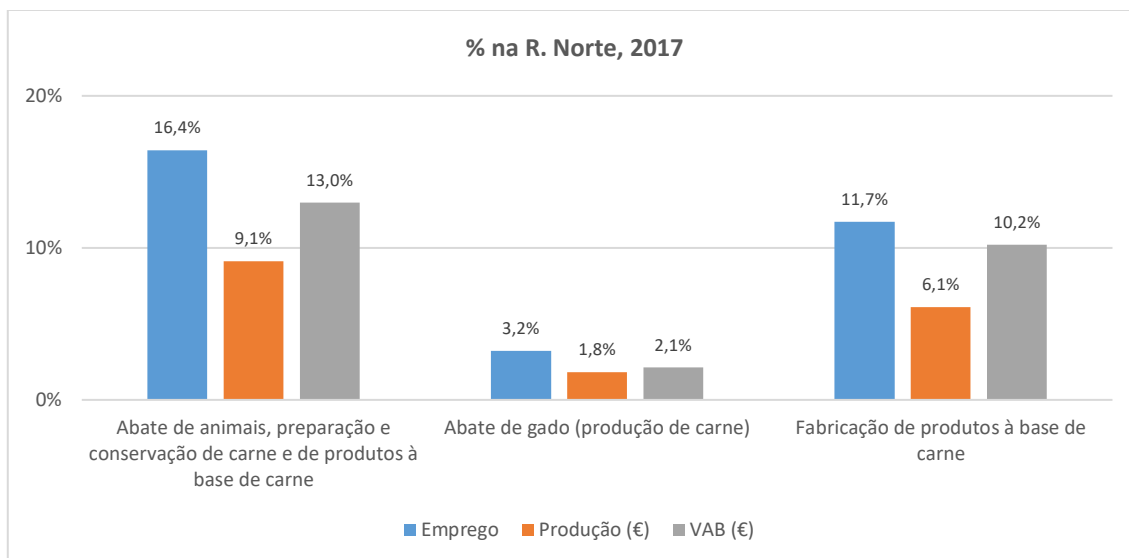
No quadro da Região Norte, as três NUT III assumem um papel de relevo, também impulsionado sobretudo pela fabricação de produtos à base de carne. Em termos de emprego, o abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne era responsável por 16,4% do emprego desta atividade na Região Norte, por 9,1% da produção e por 13% do VAB.

Gráfico 19: Relevância da indústria associada à produção animal no conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes em Portugal



Fonte: INE

Gráfico 20: Relevância da indústria associada à produção animal do conjunto das NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes na Região Norte

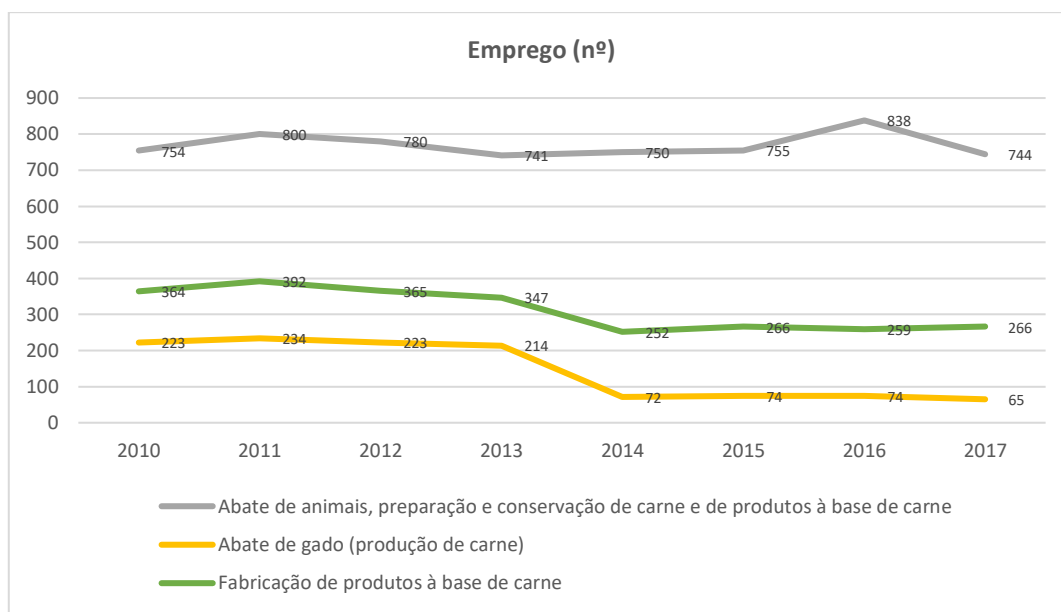


Fonte: INE

Apesar da relevância que o gráfico acima transparece, ao longo do horizonte 2010-2017 verificou-se uma certa estagnação e, inclusivamente, um recuo em algumas variáveis. Este recuo foi especialmente visível na atividade dedicada ao abate de animais, que, em termos médios anuais, registou uma

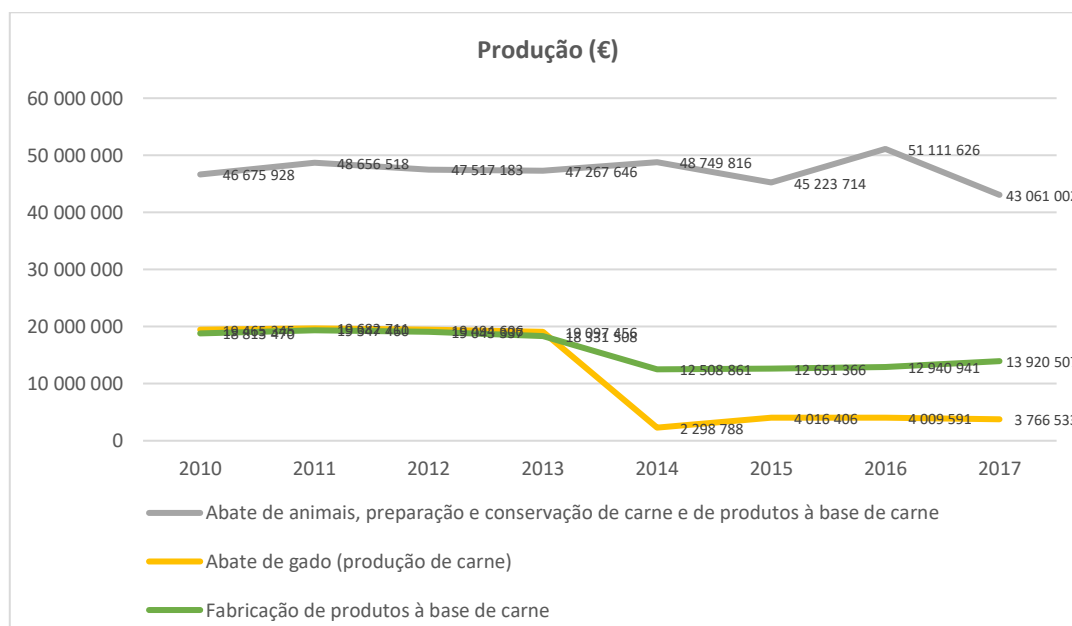
variação negativa de 16,1% no emprego, de 20,9% na produção e de 17,1% no VAB. Os gráficos 21, 22 e 23 espelham este comportamento.

Gráfico 21: Evolução do emprego da indústria associada à produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



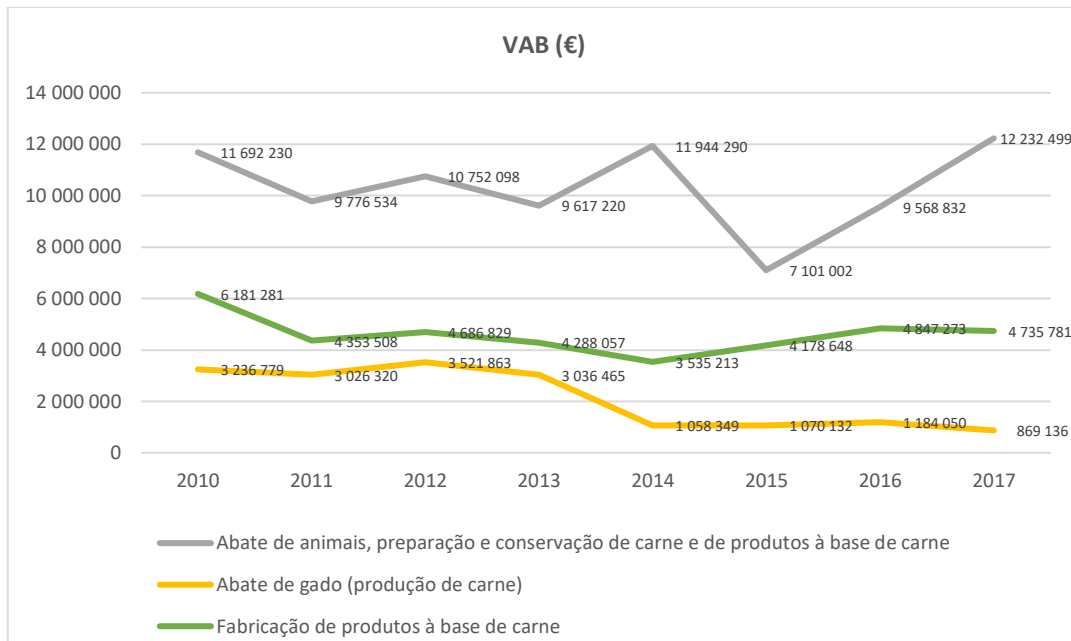
Fonte: INE

Gráfico 22: Evolução da produção da indústria associada à produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE

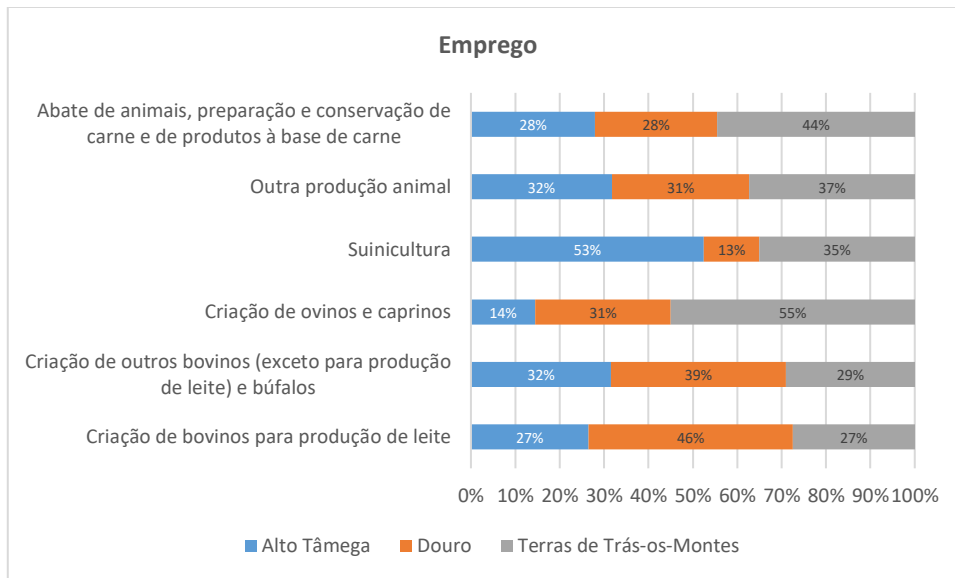
Gráfico 23: Evolução do VAB da indústria associada à produção animal no território compreendido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE

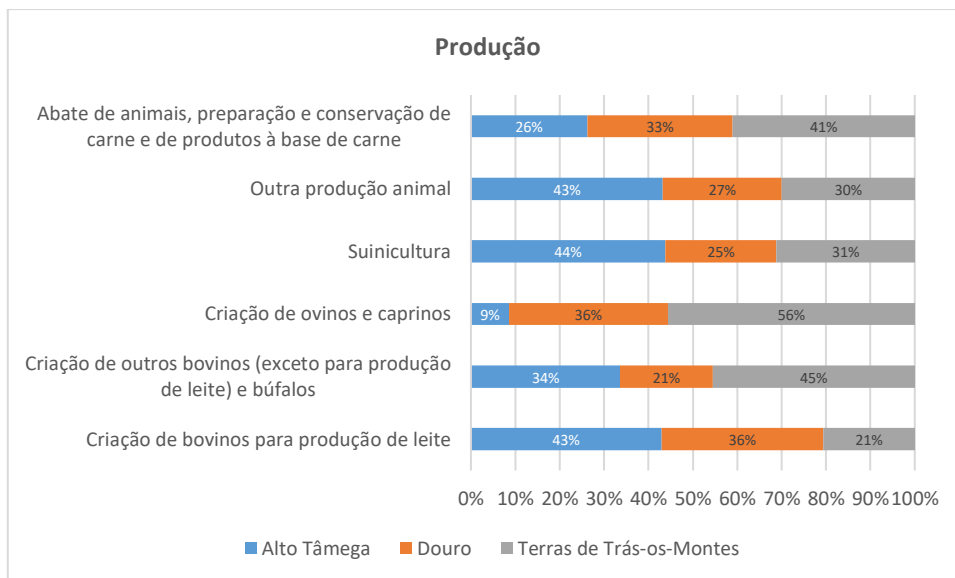
Considerando os dados disponíveis por NUT III, no que à produção animal, primária e secundária, diz respeito, observa-se, no território que compreende o Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, uma expressão maior das Terras de Trás-os-Montes no que toca a criação de ovinos e caprinos, a criação de outros bovinos que não para a produção de leite e o abate de animais, preparação e conservação de produtos de carne à base de carne. O Alto Tâmega ocupa um lugar de especial destaque na suinicultura. Por seu turno, esta última NUT III e o Douro têm uma expressão forte na criação de bovinos.

Gráfico 24: Repartição do emprego da produção animal por NUT III da região agrária de Trás-os-Montes, 2017



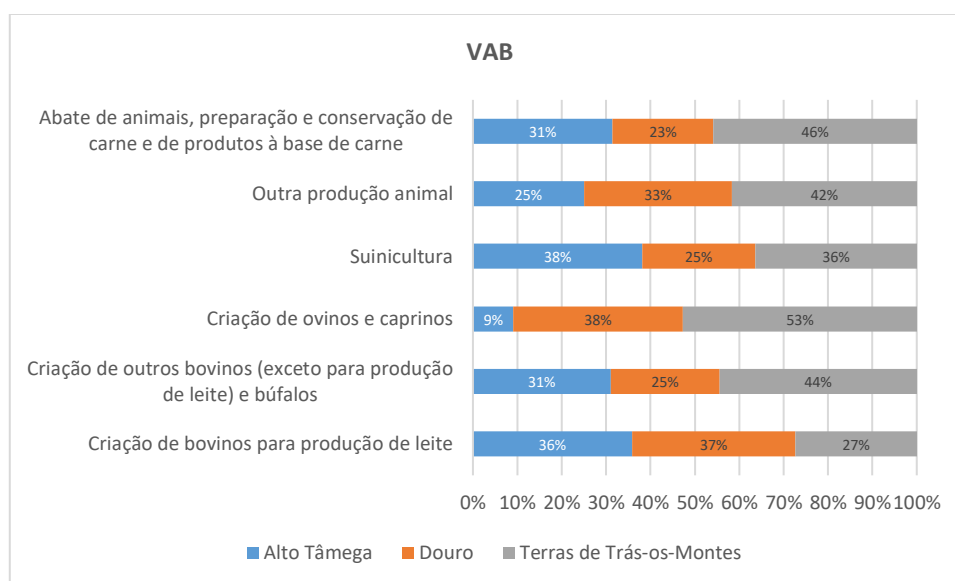
Fonte: INE

Gráfico 25: Repartição do valor da produção animal por NUT III da região agrária de Trás-os-Montes, 2017



Fonte: INE

Gráfico 26: Repartição do emprego da produção animal por NUT III da região agrária de Trás-os-Montes, 2017



Fonte: INE

Por último, o cálculo do quociente de localização do território abrangido pelas NUT III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, com base no VAB, permite-nos constatar (para as atividades relativamente às quais os valores desagregados por NUT III estão totalmente disponíveis), que apenas no caso da suicultura se atinge um valor inferior a 1. Nos restantes casos, o valor obtido é superior à unidade, sinalizando que esta região apresenta um grau de especialização nas atividades em apreço superior ao cômputo nacional. Realça-se, em particular, a criação de ovinos e caprinos, impulsionada sobretudo pelas Terras de Trás-os-Montes. Merece também menção o quociente de especialização obtido para as NUT III Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega no caso de bovinos que não para produção de leite. No que concerne a componente das indústrias transformadoras - aqui representada pela atividade de abate de animais, preparação de carne e de produtos à base de carne – o quociente de especialização é igual à unidade para o cômputo das três NUT em análise, ultrapassando a unidade no Alto Tâmega e nas Terras de Trás-os-Montes.

Quadro 13: Quociente de localização da produção animal (primária e secundária), 2017

Ramos de atividade	Alto Tâmega	Douro	Terras de Trás-os-Montes	Alto-Tâmega + Douro + Terras de Trás-os-Montes
Criação de bovinos para produção de leite	2,3	1,0	1,3	1,3
Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos	4,1	1,3	4,2	2,8
Criação de ovinos e caprinos	1,7	3,0	7,1	3,9
Suicultura	0,3	0,1	0,2	0,2
Outra produção animal	4,1	2,3	4,9	3,4
Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	1,6	0,5	1,6	1,0

Fonte: Cálculos com base no INE

6. TERRITÓRIO DE INSERÇÃO

Neste capítulo é realizada uma caracterização focada do território em que a revitalização do CAICA deve ser considerada, incidindo apenas em variáveis com influência mais direta em termos de recursos e oportunidades nas alternativas temáticas e funcionais de configuração do CAICA.

Essa focagem explica o tom discursivo utilizado neste relatório que pretende ser mais operativo em termos de focagem dos aspetos estratégicos e estruturais que interessa mobilizar para a reflexão sobre a revitalização possível do CAICA.

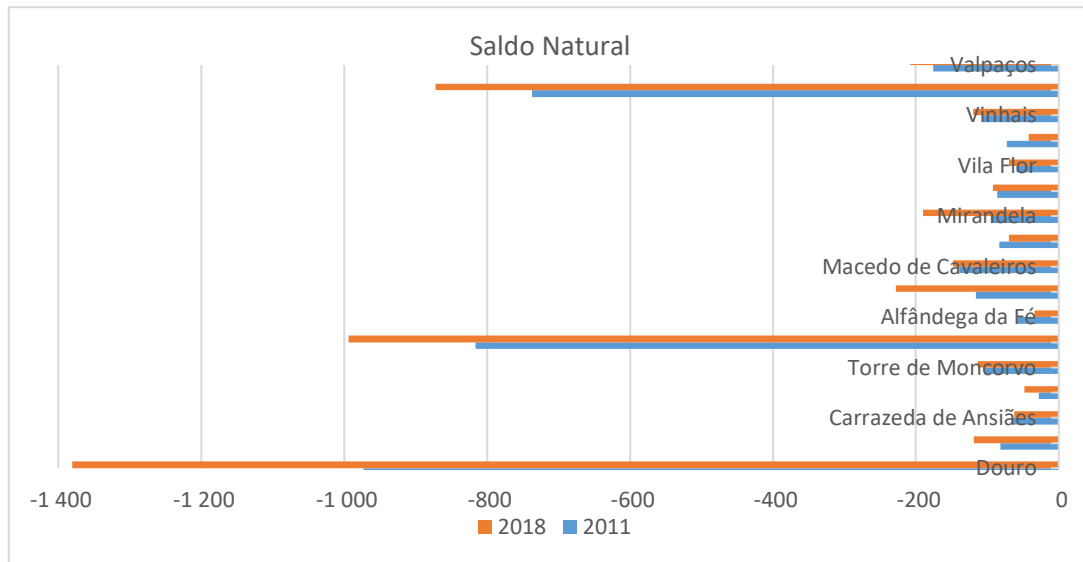
Quadro 14: Saldo Natural

Saldo Natural		
Território	2011	2018
Douro	-973	-1.380
Alijó	-82	-119
Carrazeda de Ansiães	-66	-62
Murça	-28	-48
Torre de Moncorvo	-103	-113
Terras de Trás-os-Montes	-816	-994
Alfândega da Fé	-58	-34
Bragança	-116	-228
Macedo de Cavaleiros	-139	-148
Miranda do Douro	-83	-70
Mirandela	-95	-190
Mogadouro	-86	-92
Vila Flor	-59	-70
Vimioso	-73	-42
Vinhais	-107	-120
Alto Tâmega	-737	-872
Valpaços	-176	-208

Fonte: Pordata

- De 2011 para 2018, o saldo natural continua negativo e na generalidade, a diferença negativa entre nascimentos e óbitos aumenta. Nas três regiões NUTS III Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega esta tendência não é exceção.
- Também nos concelhos de Mirandela e Vila Flor o saldo negativo acentuou-se em 100% no primeiro e em cerca de 20% no segundo.
- Dos territórios em análise, os que apresentam melhorias no saldo natural, ainda que se mantenha negativo, foram Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé, Miranda do Douro e Vimioso;
- Numa situação típica de declínio demográfico, alguns municípios parecem caminhar para um estancamento desse agravamento.

Gráfico 27: Saldo Natural



Fonte: Pordata

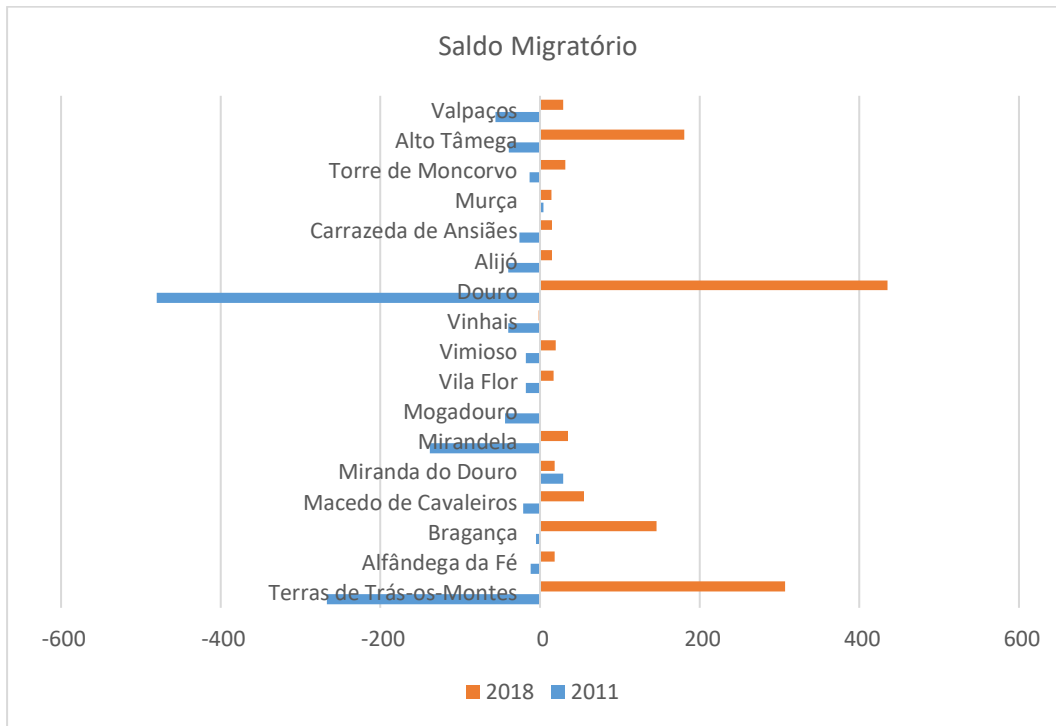
Quadro 15: Saldo Migratório

Saldo Migratório		
Território	2011	2018
Terras de Trás-os-Montes	-267	307
Alfândega da Fé	-12	18
Bragança	-5	146
Macedo de Cavaleiros	-21	55
Miranda do Douro	29	18
Mirandela	-138	35
Mogadouro	-44	0
Vila Flor	-18	17
Vimioso	-18	20
Vinhais	-40	-2
Douro	-480	435
Alijó	-40	15
Carrazeda de Ansiães	-26	15
Murça	4	14
Torre de Moncorvo	-13	32
Alto Tâmega	-39	181
Valpaços	-56	29

Fonte: Pordata

- O saldo migratório apresenta claras melhorias de 2011 para 2018.
- As regiões de Terras de Trás-os-Montes, Douro e Alto Tâmega apresentavam valores negativos deste indicador em 2011 e em 2018 o cenário é totalmente o oposto.
- Em particular, os concelhos de Mirandela e Vila Flor passaram de um saldo migratório de -138 para 35 e -18 para 17, respetivamente, na diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram.
- Apenas o concelho de Vinhas, dentro do território aqui em análise, mantém um saldo negativo, mas ainda assim com melhorias de -40 para -2, de 2001 para 2018;
- Independentemente de se saber se esta tendência para o crescimento da atratividade migratória do território tenderá ou não a ser sustentada, importa registar a sua ocorrência como característica de reatividade a um cenário demográfico que por via da fertilidade tenderá a manter-se durante um período de tempo prolongado.

Gráfico 28: Saldo Migratório



Fonte: Pordata

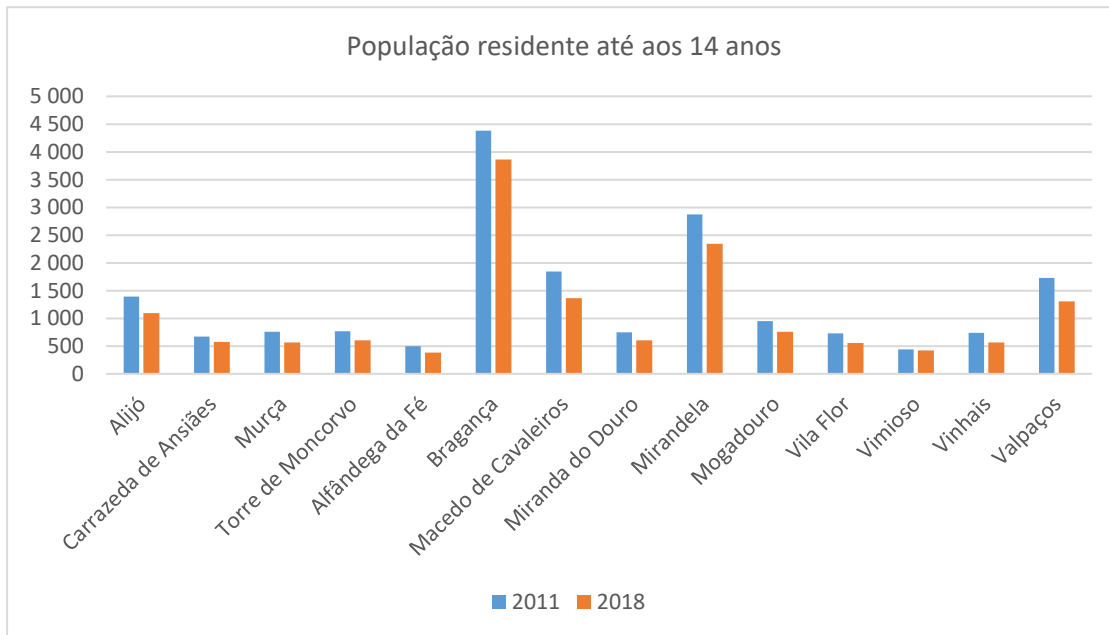
Quadro 16: População residente até aos 14 anos

População residente até aos 14 anos		
Território	2011	2018
Terras de Trás-os-Montes	13.216	10.850
Alfândega da Fé	501	382
Bragança	4.379	3.861
Macedo de Cavaleiros	1.848	1.364
Miranda do Douro	752	601
Mirandela	2.875	2.345
Mogadouro	952	760
Vila Flor	733	560
Vimioso	436	417
Vinhais	743	562
Douro	27.347	21.035
Alijó	1.394	1.098
Carrazeda de Ansiães	674	572
Murça	753	570
Torre de Moncorvo	769	604
Alto Tâmega	10.657	8.321
Valpaços	1.725	1.310

Fonte: Pordata

- De 2011 para 2014, a população residente até aos 14 anos diminuiu em todo o território que aqui se analisa.
- A região de Terras de Trás-os-Montes vê diminuir em 2.366 a sua população jovem, a região do Douro em 6.312 e a região do Alto Tâmega em 2.321 jovens.
- O concelho de Mirandela passou de 2.875 para 2.345 jovens, de 2011 para 2018, e Vila Flor de 733 para 560 de acordo com a mesma circunstância temporal.
- Mirandela é o concelho com mais população jovem na região de Terras de Trás-os-Montes.
- Dos municípios em análise Valpaços e Macedo de Cavaleiros são os territórios que mais se destacam neste indicador logo a seguir a Mirandela;
- Do ponto de vista do futuro enquadramento do CAICA, este é um importante constrangimento, que mais justifica a necessidade de fixar jovens e reforçar a atratividade migratória.

Gráfico 29: População residente até aos 14 anos



Fonte: Pordata

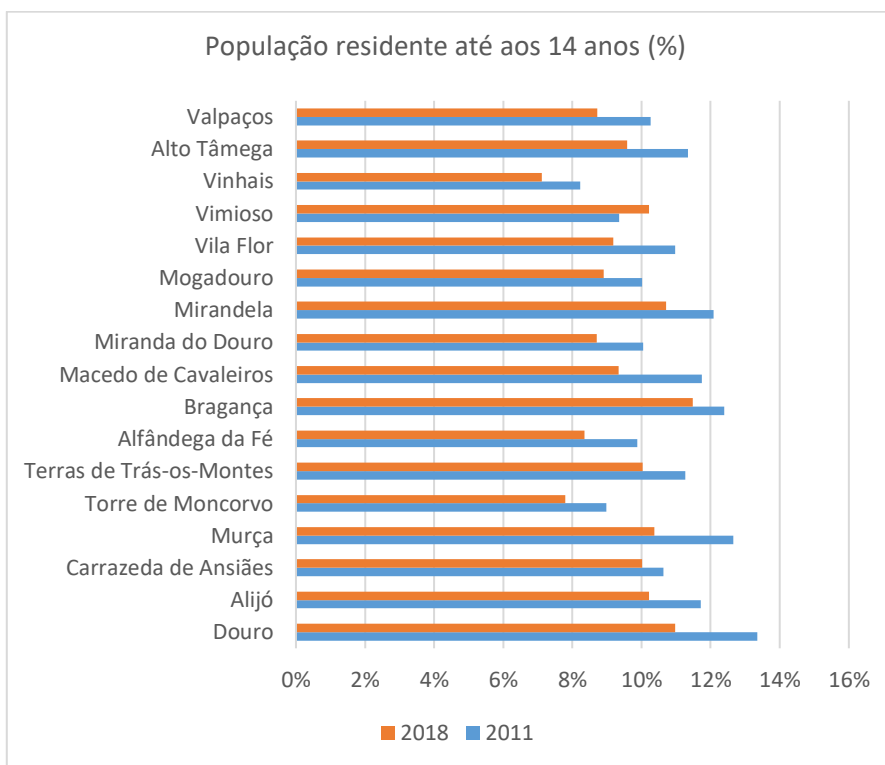
Quadro 17: População residente até aos 14 anos (%)

População residente até aos 14 anos (%)		
Território	2011	2018
Douro	13,35%	10,98%
Alijó	11,71%	10,21%
Carrazeda de Ansiães	10,63%	10,02%
Murça	12,66%	10,37%
Torre de Moncorvo	8,99%	7,79%
Terras de Trás-os-Montes	11,27%	10,03%
Alfândega da Fé	9,88%	8,35%
Bragança	12,39%	11,48%
Macedo de Cavaleiros	11,75%	9,34%
Miranda do Douro	10,05%	8,71%
Mirandela	12,09%	10,71%
Mogadouro	10,02%	8,91%
Vila Flor	10,98%	9,18%
Vimioso	9,36%	10,22%
Vinhais	8,23%	7,11%
Alto Tâmega	11,34%	9,59%
Valpaços	10,26%	8,72%

Fonte: Pordata

- Em termos percentuais, a população residente até aos 14 anos representa, em média, cerca de 11% população total residente em 2011 e 10% em 2018.
- Em todos os municípios em análise se verifica a redução do peso da população até aos 14 anos no período em estudo.
- De forma mais pormenorizada, nos municípios de Mirandela o peso dos jovens na população diminuiu de 12,09% para 10,71% e em Vila Flor de 10,98% para 9,18% da população total residente.

Gráfico 30: População residente até aos 14 anos (%)



Fonte: Pordata

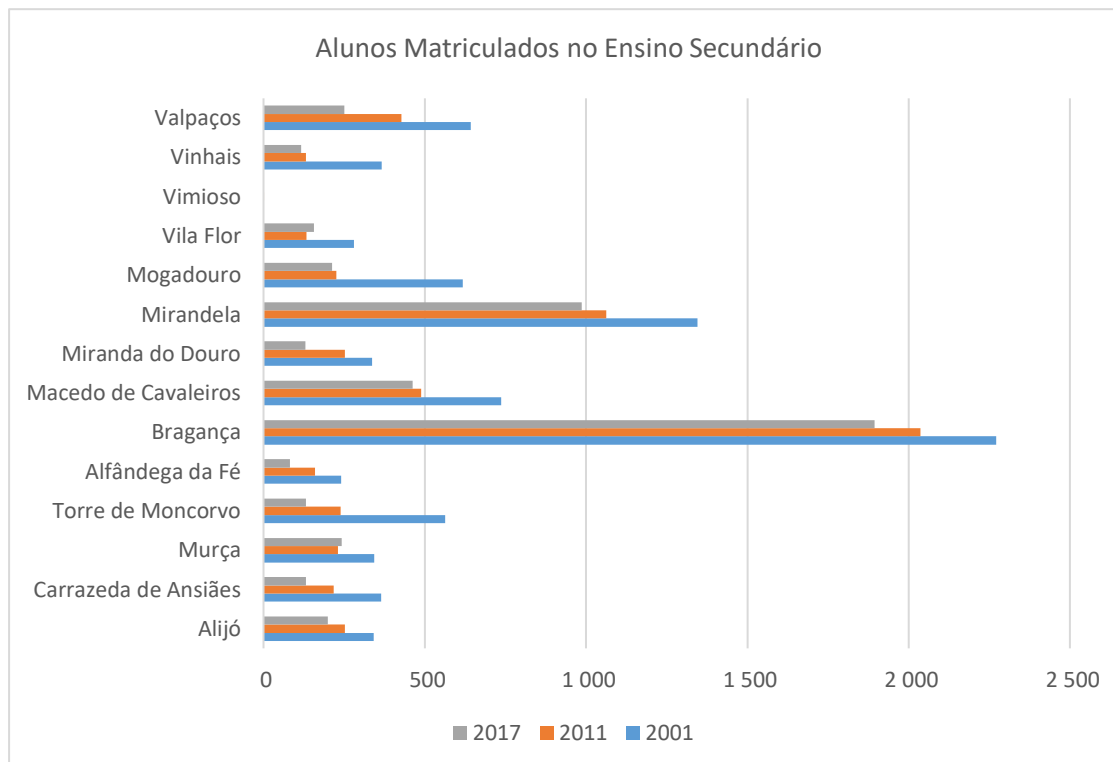
Quadro 18: Alunos matriculados no Ensino Secundário

Alunos matriculados no Ensino Secundário		
Território	2011	2017
Terras de Trás-os-Montes	4.490	4.042
Alfândega da Fé	159	82
Bragança	2.037	1.895
Macedo de Cavaleiros	489	463
Miranda do Douro	253	130
Mirandela	1.062	987
Mogadouro	225	212
Vila Flor	133	157
Vimioso	1	-
Vinhais	131	116
Douro	9.272	7.272
Alijó	252	199
Carrazeda de Ansiães	218	131
Murça	230	242
Torre de Moncorvo	239	131
Alto Tâmega	3.718	2.724
Valpaços	428	251

Fonte: Pordata

- De 2011 para 2018 assistiu-se a uma redução dos alunos matriculados no Ensino Secundário, na generalidade do território.
- Na região de Terras de Trás-os-Montes houve uma redução de 448 alunos neste ciclo de estudos; na região do Douro o decréscimo foi de 2.000 alunos e no Alto Tâmega de 994.
- No município de Mirandela existiam 1.062 alunos inscritos no ensino secundário em 2011 passando para 987 em 2018.
- Vila Flor é a exceção desta tendência, passando de 133 alunos inscritos no ensino secundário para 157 de 2011 para 2018;
- Estes traços estruturais são consequência do declínio demográfico e do peso descendente de jovens, representam um importante constrangimento, mas os valores absolutos de alunos matriculados devem em si próprios ser considerados um ativo a trabalhar, como veículo de alimentação de uma população ativa mais qualificada.

Gráfico 31: Alunos matriculados no Ensino Secundário



Fonte: Pordata

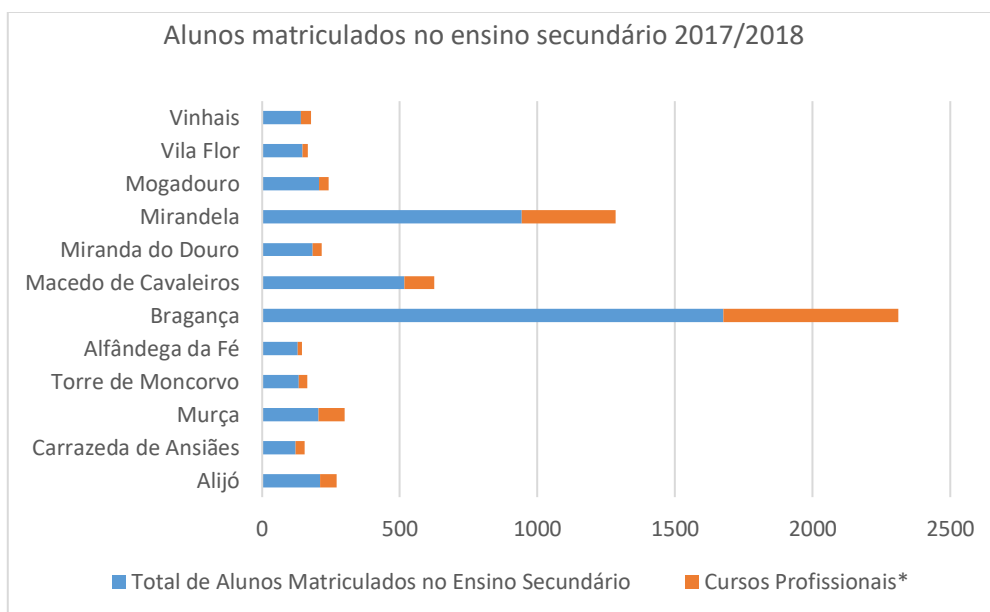
Quadro 19: Alunos matriculados no ensino secundário 2017/2018

Alunos matriculados no ensino secundário 2017/2018			
Território	Total de Alunos Matriculados no Ensino Secundário	Cursos Profissionais*	Cursos Profissionais (%)
Douro	7337	2268	30,91%
Alijó	210	61	29,05%
Carrazeda de Ansiães	122	32	26,23%
Murça	205	94	45,85%
Torre de Moncorvo	133	31	23,31%
Terras de Trás-os-Montes	3940	1227	31,14%
Alfândega da Fé	128	16	12,50%
Bragança	1676	635	37,89%
Macedo de Cavaleiros	516	110	21,32%
Miranda do Douro	183	34	18,58%
Mirandela	942	342	36,31%
Mogadouro	207	35	16,91%
Vila Flor	147	19	12,93%
Vinhais	141	36	25,53%

*Cursos Profissionais, Cursos de Aprendizagem, Cursos CEF e Cursos Tecnológicos

Fonte: DGEEC

Gráfico 32: Alunos matriculados no ensino secundário 2017/2018



*Cursos Profissionais, Cursos de Aprendizagem, Cursos CEF e Cursos Tecnológicos

Fonte: DGEEC

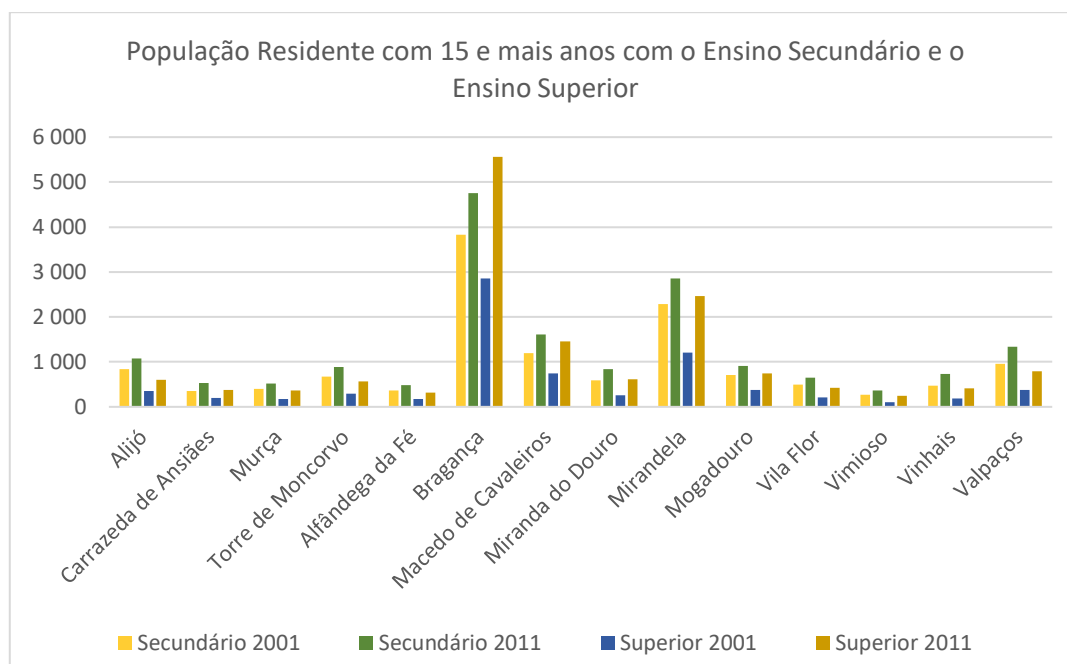
- Do total de alunos inscritos no ensino secundário cerca de 30% frequenta o ensino profissional.
- A região do Douro apresenta 2.268 alunos inscritos nesta vertente de ensino profissionalizante e Terras de Trás-os-Montes 1.227.
- Em particular, os municípios de Mirandela e Vila Flor têm, respetivamente, 342 e 19 alunos a frequentar os cursos profissionais.
- Bragança é o município com mais alunos matriculados no ensino secundário, tal como no ensino profissional, seguido de Mirandela;
- Está em curso um trabalho (com participação da QP) de estudo de alternativas de organização da rede de ensino profissional da região de TTM, mas no contexto observado é toda a rede de ensino não superior que deve ser reconsiderada.

Quadro 20: População Residente com 15 e mais anos com o Ensino Secundário e o Ensino Superior

População Residente com 15 e mais anos com o Ensino Secundário e o Ensino Superior				
Território	Secundário		Superior	
	2001	2011	2001	2011
Terras de Trás-os-Montes	10.221	13.204	6.132	12.240
Alfândega da Fé	360	488	173	319
Bragança	3.831	4.749	2.857	5.562
Macedo de Cavaleiros	1.197	1.616	747	1.454
Miranda do Douro	592	838	261	611
Mirandela	2.292	2.861	1.212	2.463
Mogadouro	708	912	379	744
Vila Flor	493	647	210	429
Vimioso	271	362	109	243
Vinhais	477	731	184	415
Douro	16.331	22.799	9.416	18.427
Alijó	836	1.082	356	598
Carrazeda de Ansiães	352	533	200	381
Murça	396	520	174	369
Torre de Moncorvo	674	886	291	572
Alto Tâmega	7.341	9.778	3.739	7.090
Valpaços	956	1.332	381	793

Fonte: Pordata

Gráfico 33: População Residente com 15 e mais anos com o Ensino Secundário e o Ensino Superior



Fonte: Pordata

- Os concelhos de Bragança e Mirandela detêm mais população com o ensino secundário e o ensino superior comparativamente aos restantes territórios em análise.
- De 2001 para 2011 verificou-se um aumento das qualificações da população residente nestes municípios. Existe mais população tanto com o ensino secundário como com o Ensino superior.
- De 2001 para 2011 o incremento de população com o ensino secundário foi de 569 em Mirandela e 154 em Vila Flor. Relativamente ao ensino superior registou-se um aumento de 1.251 pessoas em Mirandela e 219 em Vila Flor.
- Em suma, em 2011, Mirandela tinha 2.862 pessoas com o Ensino Secundário e 2.463 com o ensino superior e Vila Flor apresentava 647 pessoas com o ensino secundário e 429 com o ensino superior;
- Estes elementos de caracterização são relevantes para situar o contexto interno em termos de qualificações com que a revitalização do CAICA pode ser reequacionada, sem embargo da relevância de atrair à região de influência da infraestrutura recursos humanos qualificados.

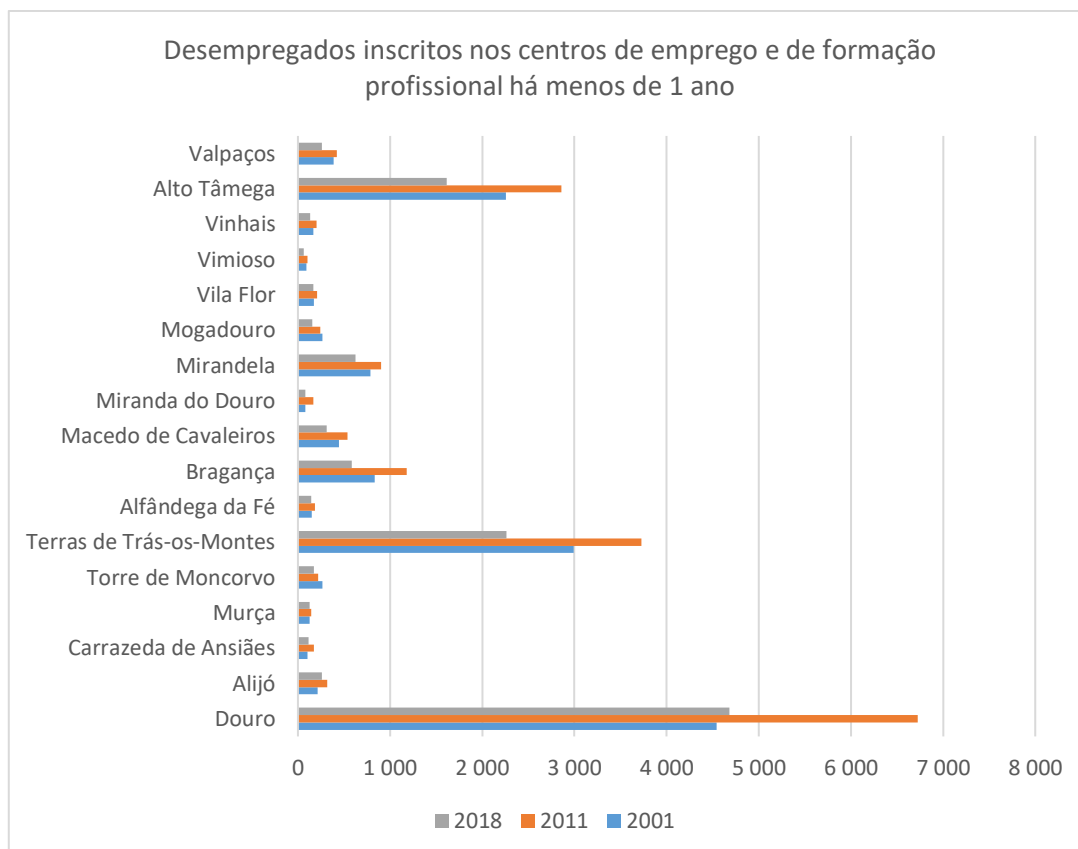
Quadro 21: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional há menos de 1 ano

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional há menos de 1 ano		
Território	2011	2018
Douro	6.723,9	4.684,1
Alijó	319,5	258,4
Carraceda de Ansiães	173,0	114,1
Murça	143,3	129,6
Torre de Moncorvo	219,4	173,2
Terras de Trás-os-Montes	3.728,9	2.264,7
Alfândega da Fé	185,3	146,1
Bragança	1.181,1	581,6
Macedo de Cavaleiros	540,5	312,4
Miranda do Douro	167,5	82,8
Mirandela	902,9	623,6
Mogadouro	240,1	156,8
Vila Flor	208,8	166,4
Vimioso	103,5	62,8
Vinhais	199,3	132,2
Alto Tâmega	2.859,3	1.616,9
Valpaços	424,0	259,4

Fonte: Pordata

- De 2011 para 2018 o número de desempregados inscritos nos centros em emprego e formação profissional há menos de um ano diminuiu em todos os territórios.
- Na região do Douro houve um decréscimo de 2.040 desempregados desta tipologia, na região de Terras de Trás-os-Montes 1.464 e no Alto Tâmega 1.242.
- Em Particular nos municípios de Mirandela e Vila For existem cerca de 624 e 166 desempregados inscritos há menos de um ano nos centros de emprego, respetivamente. De 2011 para 2018 houve um decréscimo de 279 desempregados desta tipologia em Mirandela e cerca de 43 em Vila Flor.
- Bragança e Mirandela são os municípios que evidenciam o maior número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional há menos de um ano;
- A tónica colocada nos desempregados de menor duração prende-se com a maior capacidade de mobilizar este tipo de desemprego do que o em longa duração, regar geral com outras características que implicam outro tipo de políticas ativas para conseguir uma mobilização possível;
- De qualquer modo, a região em caracterização não está à margem das melhorias consideráveis que têm sido observadas no funcionamento do mercado de trabalho em Portugal

Gráfico 34: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional há menos de 1 ano



Fonte: Pordata

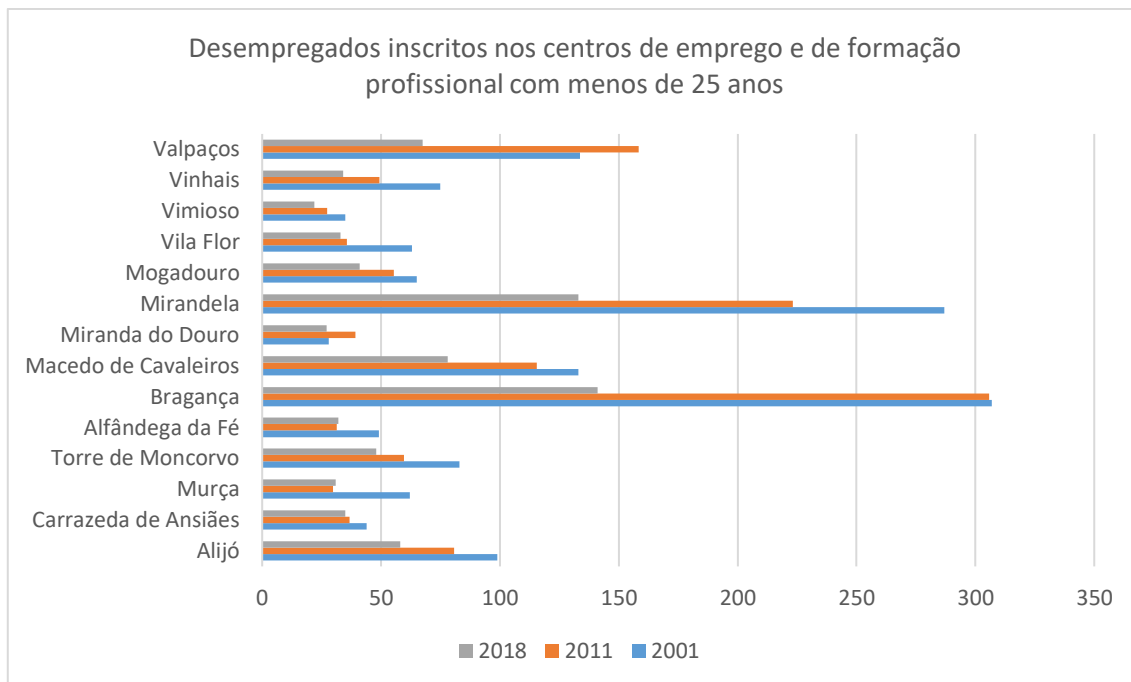
Quadro 22: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com menos de 25 anos

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com menos de 25 anos		
Território	2011	2018
Continente	60.814,9	34.368
Norte	27.689,8	15.573
Douro	1.668,9	1.279
Alijó	80,8	58
Carrazeda de Ansiães	36,7	35
Murça	29,8	31
Torre de Moncorvo	59,7	48
Terras de Trás-os-Montes	882,7	540
Alfândega da Fé	31,3	32
Bragança	305,8	141
Macedo de Cavaleiros	115,5	78
Miranda do Douro	39,2	27
Mirandela	223,3	133
Mogadouro	55,3	41
Vila Flor	35,7	33
Vimioso	27,3	22
Vinhais	49,4	34
Alto Tâmega	788,9	389,6
Valpaços	158,3	67,6

Fonte: Pordata

- Também os desempregados com menos de 25 anos inscritos nos centros de emprego e formação profissional diminuíram significativamente em todos os municípios.
- Na região do Douro assistiu-se a uma redução de cerca de 389 desempregados desta tipologia, em Terras de Trás os Montes 343 e no Alto Tâmega 400.
- No município de Mirandela o número de desempregados com menos de 25 anos passou de 223 para 133 neste período de tempo, enquanto que em Vila Flor o cenário é menos dinâmico com cerca de 36 desempregados em 2011 e 33 em 2018.
- Bragança, Mirandela e Valpaços são os municípios com mais desempregados com menos de 25 anos;
- Assinala-se que o desemprego jovem tem reagido em conformidade com as melhorias observadas no desemprego global, embora os cerca de 540 jovens desempregados devam merecer atenção e constituam um potencial a mobilizar

Gráfico 35: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com menos de 25 anos



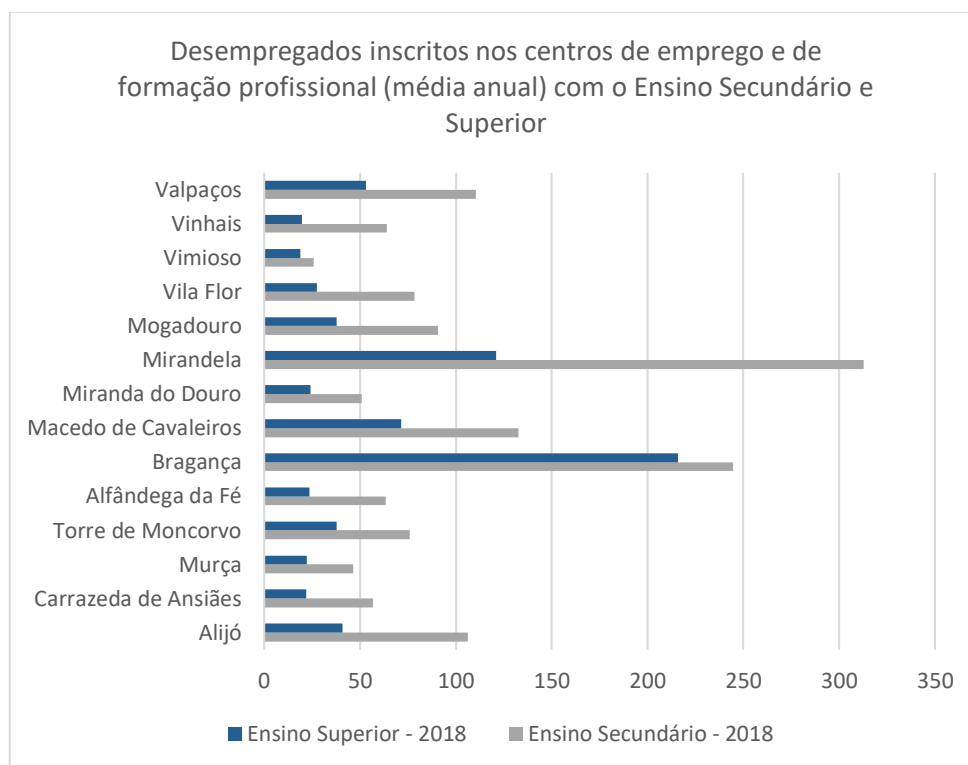
Fonte: Pordata

Quadro 23: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com o Ensino Secundário e Superior

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com o Ensino Secundário e Superior				
Território	Ensino Secundário		Ensino Superior	
	2011	2018	2011	2018
Continente	109.934,5	86.671,8	52.282,5	47.457,0
Norte	41.828,2	34.783,3	20.924,1	19.472,8
Douro	2.230,8	2.362,4	1.164,1	1.155,3
Alijó	107,6	106,3	52,3	40,9
Carrazeda de Ansiães	41,5	56,8	29,7	21,8
Murça	40,8	46,4	25,3	22,1
Torre de Moncorvo	86,6	75,8	37,0	37,8
Terras de Trás-os-Montes	1.133,4	1.063,4	819,2	560,0
Alfândega da Fé	42,8	63,5	20,3	23,5
Bragança	361,5	244,5	339,3	215,9
Macedo de Cavaleiros	133,6	132,8	109,3	71,6
Miranda do Douro	60,6	50,8	50,8	24,2
Mirandela	298,3	312,8	168,1	121,0
Mogadouro	78,3	90,8	49,3	37,9
Vila Flor	59,8	78,5	27,8	27,5
Vimioso	29,7	25,8	18,0	18,8
Vinhais	68,8	64,0	36,4	19,7
Alto Tâmega	970,6	706,6	437,9	333,3
Valpaços	137,2	110,3	57,1	53,2

Fonte: Pordata

Gráfico 36: Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) com o Ensino Secundário e Superior



Fonte: Pordata

- O número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional com o ensino secundário e superior diminuíram de 2011 para 2018 nas regiões de Terras de Trás-os-Montes e no Alto Tâmega, mas não na região do Douro.
- No Douro, o número médio anual de desempregados com ensino secundário em 2011 foi 2.230 e em 2018 2.362; com o ensino superior estavam inscritas no centro de emprego 1.164 pessoas em 2011 e 1.155 em 2018.
- Na região de Terras de Trás-os-Montes houve uma redução de 70 pessoas desempregadas com o ensino secundário e 259 com o ensino superior.
- Em particular no município de Mirandela assistiu-se a um aumento do número de desempregados com o ensino secundário, passando de 298 em 2011 para 313 em 2018. No que diz respeito ao número de desempregados com o ensino superior têm-se a situação oposta, com um registo de 168 inscritos no centro de emprego em 2011 e 121 em 2018.
- Em Vila Flor, o número de desempregados com o ensino secundário também aumentou neste período, passando de cerca de 60 pessoas em 2011 para 79 em 2018.
- Mirandela é o município que apresenta o maior número de desempregados com o ensino secundário em 2018, seguido de Bragança e Macedo de cavaleiros.
- Com o ensino superior o número de desempregados é superior no município de Bragança, seguido de Mirandela e Macedo de Cavaleiros;
- Em termos similares ao que já foi anteriormente referido, o desemprego “qualificado” (isto é com qualificações secundárias ou superiores) representa um ativo para processos de formação profissional de reconversão profissional que importa considerar nos cenários de revitalização do CAICA.

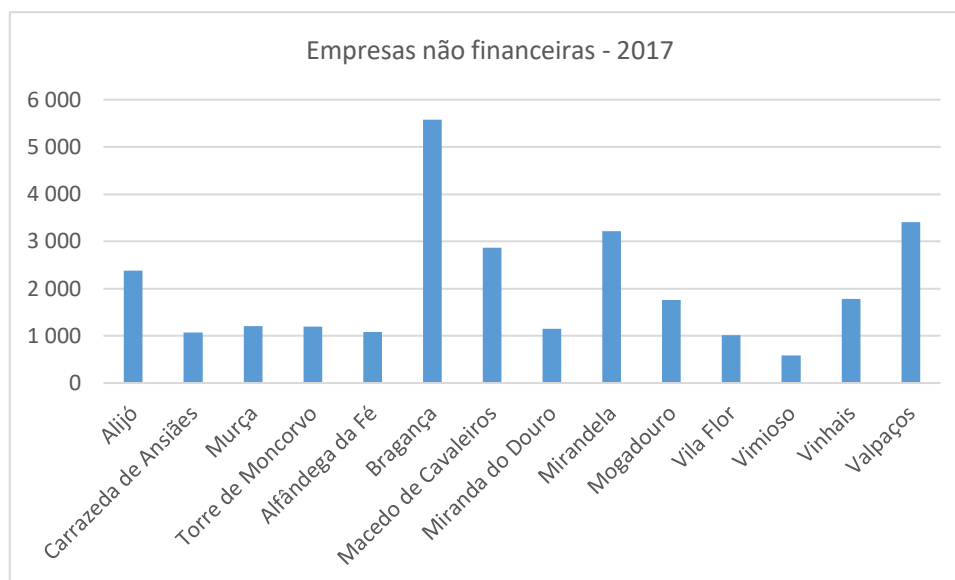
Quadro 24: Empresas não financeiras

Empresas não financeiras		
Território	2017	Variação 2017-2011
Portugal	1.242.693	129.134
Continente	1.189.119	122.000
Norte	418.082	56.923
Douro	30.340	11.289
Alijó	2.385	1.252
Carrazeda de Ansiães	1.072	490
Murça	1.207	665
Torre de Moncorvo	1.190	407
Terras de Trás-os-Montes	19.013	7.008
Alfândega da Fé	1.083	599
Bragança	5.571	1.841
Macedo de Cavaleiros	2.868	1.229
Miranda do Douro	1.144	267
Mirandela	3.211	737
Mogadouro	1.754	796
Vila Flor	1.017	383
Vimioso	588	91
Vinhais	1.777	1.065
Alto Tâmega	12.338	4.112
Valpaços	3.406	2.034

Fonte: Pordata

- O número de empresas aumentou em todos os municípios aqui em análise, de 2011 para 2017.
- A Variação na região do Douro foi de 11.289 empresas, na região de Terras de Trás-os-Montes foi de 7.008 e no Alto Tâmega foi de 4.112.
- De 2011 para 2017, Mirandela registou um aumento de 737 empresas e Vila Flor 383.
- Em 2017, Mirandela apresentava 3.211 empresas e Vila Flor 1.017 empresas.
- Bragança é o município com o maior número de empresas, seguido de Valpaços e Mirandela;
- Embora este indicador possa ser influenciado por critérios administrativos e pela maior facilidade de acesso à constituição de empresas, transformando produtores individuais em empresas, regista-se o dinamismo observado praticamente em toda a área de referência do CAICA;
- Este dado evidencia que o território apresenta sinais de algum dinamismo que não pode deixar de ser considerado como algo de favorável ao estabelecimento de alternativas de revitalização.

Gráfico 37: Empresas não financeiras



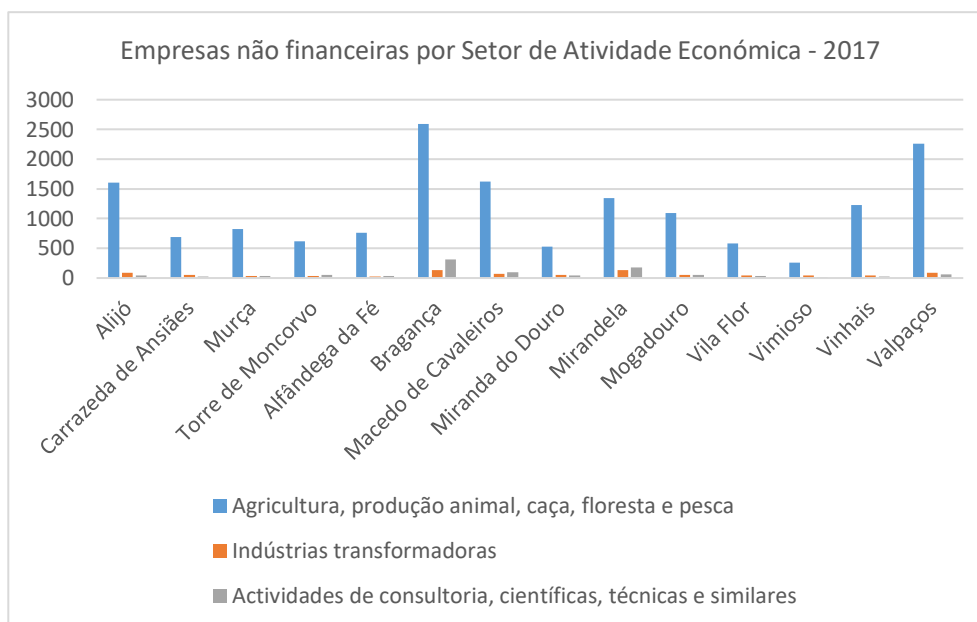
Fonte: Pordata

Quadro 25: Empresas não financeiras por Setor de Atividade Económica

Empresas não financeiras por Setor de Atividade Económica						
Território	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústrias transformadoras		Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	
	2017	Variação 2017-2011	2017	Variação 2017-2011	2017	Variação 2017-2011
Portugal	132928	76369	67555	-3070	125617	8579
Continente	121021	71104	65831	-2934	121634	8393
Norte	53827	41202	33223	-581	39003	4178
Douro	15245	12439	979	-47	1378	21
Alijó	1602	1328	88	-13	46	0
Carraceda de Ansiães	686	563	49	5	24	-6
Murça	823	734	30	-1	31	0
Torre de Moncorvo	615	521	35	-11	54	1
Terras de Trás-os-Montes	10012	8527	586	-82	806	-36
Alfândega da Fé	758	657	23	4	34	-3
Bragança	2589	2295	135	-8	311	-25
Macedo de Cavaleiros	1625	1397	72	-22	101	-3
Miranda do Douro	530	401	51	-14	39	-6
Mirandela	1347	1098	130	-30	181	-12
Mogadouro	1092	883	50	-3	54	10
Vila Flor	585	497	39	-12	38	8
Vimioso	260	178	42	5	19	-4
Vinhais	1226	1121	44	-2	29	-1
Alto Tâmega	5109	4446	481	-1	597	44
Valpaços	2264	2148	89	-10	65	6

Fonte: Pordata

Gráfico 38: Empresas não financeiras por Setor de Atividade Económica



Fonte: Pordata

- Por setor de atividade, é na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca que se verifica uma maior variação do número de empresas neste território.
- Na região do Douro houve um aumento de 12.439 empresas, na região de Terras de Trás-os-Montes 8.527 e no Alto Tâmega 4.446, o que indica ser bastante significativo dado que na região do Douro existiam, em 2017, 15.245 empresa, em Terras de Trás-os-Montes 10.012 empresas e no Alto Tâmega 5.109 empresas.
- Em Mirandela houve um aumento de 1098 empresas e em Vila Flor 497. Em 2017, os dois municípios registaram, respetivamente 1.347 e 585 empresas neste setor de atividade.
- Ainda neste setor de atividade, Bragança é o município que regista o maior número de empresas, seguido de Valpaços e Macedo de cavaleiros.
- No setor das indústrias transformadoras e das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, o cenário é distinto.
- Houve redução do número de empresas nestes setores de atividade em muitos municípios, de 2011 para 2017.
- Em Mirandela, o número de empresas do setor das indústrias transformadoras diminuiu em cerca de 30 empresas, neste período de tempo em análise, e registou, em 2017, 130 empresas. Nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares houve uma redução de 12 empresas durante este período e, em 2017, registou a existência de 181 empresas desta atividade.
- Vila Flor apresentou uma evolução negativa no que respeita ao número de empresas do setor das indústrias transformadoras e registou em 2017 a existência de 39 unidades de produção deste setor. Pelo contrário, nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares em que existiam 38 empresas em 2017, registou uma evolução positiva de cerca de 8 empresas desde 2011.
- Também nestes dois setores de atividade económica são os municípios de Bragança e Mirandela que evidenciam o maior número de empresas;

- Estes números, para além de evidenciarem coerência e conformidade com a caracterização realizada no capítulo 5 das condições de produção animal e vegetal, ilustra um dinamismo agrícola que não pode deixar de ser contemplado na revitalização de um complexo agroindustrial
- O “dinamismo” agrícola evidenciado pelos números contrasta com algum declínio das indústrias transformadoras, extensivo às atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, constituindo esta última evidência um fator desfavorável ao projeto.

Quadro 26: Densidade das empresas não financeiras

Densidade das empresas não financeiras Nº médio de empresas por Km ²		
Território	2017	Varição 2017-2011
Portugal	13,5	1,4
Continente	13,3	1,3
Norte	19,6	2,6
Douro	7,5	2,8
Alijó	8,0	4,2
Carrazeda de Ansiães	3,8	1,7
Murça	6,4	3,5
Torre de Moncorvo	2,2	0,7
Terras de Trás-os-Montes	3,4	1,2
Alfândega da Fé	3,4	1,9
Bragança	4,7	1,5
Macedo de Cavaleiros	4,1	1,8
Miranda do Douro	2,3	0,5
Mirandela	4,9	1,1
Mogadouro	2,3	1,0
Vila Flor	3,8	1,4
Vimioso	1,2	0,2
Vinhais	2,6	1,6
Alto Tâmega	4,2	1,4
Valpaços	6,2	3,7

Fonte: Pordata

- De 2011 para 2017 o número médio de empresas por km² apresentou uma evolução positiva em todo o território em análise.
- Na região do Douro a densidade das empresas era, em 2017, cerca de 7,5, na região de Terras de Trás os-Montes 3,4 em no Alto Tâmega 4,2; todas abaixo da média da região Norte.
- Os municípios de Mirandela e Vila Flor apresentam uma média 4,9 e 3,8 do número de empresas por km². Ambos os territórios apresentam uma densidade superior à média da NUT III Terras de Trás-os-Montes.
- Alijó, Murça e Valpaços são os municípios que apresentam maior densidade das empresas não financeiras;
- Estes números estão em conformidade com o “dinamismo” ilustrado pelo indicador anterior, embora a ampla dimensão do território tenda sempre a implicar variações de densidade empresarial por Km² na margem.

Gráfico 39: Densidade das empresas não financeiras



Fonte: Pordata

Quadro 27: Valor Acrescentado Bruto das empresas não financeiras

Valor Acrescentado Bruto das empresas não financeiras			
Anos	Varição (%) 2017-2011	VAB NUTS III / VAB Região (2017)	VAB Concelho / VAB NUTSIII (2017)
Portugal	16,83%		
Continente	17,13%		
Norte	25,07%		
Douro	24,89%	2,61%	
Alijó	36,15%		5,58%
Carrazeda de Ansiães	25,94%		1,97%
Murça	21,77%		1,61%
Torre de Moncorvo	-50,80%		2,15%
Terras de Trás-os-Montes	17,41%	1,33%	
Alfândega da Fé	6,36%		6,22%
Bragança	44,82%		45,40%
Macedo de Cavaleiros	8,06%		10,65%
Miranda do Douro	8,55%		5,34%
Mirandela	-1,28%		17,40%
Mogadouro	4,05%		5,50%
Vila Flor	-22,70%		4,54%
Vimioso	10,90%		1,72%
Vinhais	12,81%		3,22%
Alto Tâmega	-0,08%	1,19%	
Valpaços	43,42%		12,09%

Fonte: Pordata. Cálculos QP

- De 2011 a 2017 o VAB das empresas não financeiras nas regiões do Douro e Terras de Trás-os-Montes cresceu 24,89% e 17,41%, respetivamente. Na região do Alto Tâmega a variação deste indicador foi negativa (-0,08%).
- Nos municípios de Mirandela e Vila Flor o crescimento do VAB foi negativo, -1,28% e -22,70% respetivamente.
- O produto gerado nas regiões NUTS III do Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega apenas representam 2,61%, 1,33% e 1,19% respetivamente, do produto gerado na região Norte.
- Relativamente ao peso do VAB dos municípios de Mirandela e Vila Flor na NUT III Terras de Trás-os-Montes, Mirandela tem uma representação de 17,4% e Vila Flor de 4,54%.

Quadro 28: Valor Acrescentado Bruto nas empresas não financeiras por setor de atividade

Valor Acrescentado Bruto nas empresas não financeiras por setor de atividade			
Território	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		
	Variação (%) 2017-2011	VAB NUTS III / VAB Região (2017)	VAB Concelho / VAB NUTSIII (2017)
Portugal	74,32%		
Continente	77,59%		
Norte	61,02%		
Douro	107,55%	23,39%	
Alijó	92,66%		23,39%
Carraceda de Ansiães	137,25%		2,76%
Murça	174,20%		0,89%
Torre de Moncorvo	248,37%		0,63%
Terras de Trás-os- Montes	56,37%	7,31%	
Alfândega da Fé	108,27%		5,60%
Bragança	179,60%		19,85%
Macedo de Cavaleiros	190,49%		16,34%
Miranda do Douro	106,51%		6,69%
Mirandela	259,93%		21,42%
Mogadouro	53,22%		12,64%
Vila Flor	-76,37%		6,84%
Vimioso			2,61%
Vinhais			7,99%
Alto Tâmega	165,61%	4,72%	
Valpaços	994,71%		27,53%

Fonte: Pordata. Cálculos QP

- O produto gerado no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca apresentou uma evolução maioritariamente positiva e significativa nas regiões em análise, desde 2011.
- De 2011 a 2017, a região do Douro apresentou um crescimento de 107,55%, Terras de Trás-os-Montes 56,37%, e Alto Tâmega 165,61%.
- O município de Mirandela mostra um grande crescimento de cerca de 259,93%, já o município de Vila Flor não apresentou crescimento no produto gerado neste setor de atividade, com uma variação de -73,37%.
- No que respeita ao peso das regiões NUTS III relativamente à região Norte, o Douro evidencia 23,39% do produto gerado do setor agrícola na região Norte. Terras de Trás-os-Montes e o Alto Tâmega representam, respetivamente, 7,31% e 4,72%.
- Em Mirandela e Vila Flor o peso do VAB das empresas não financeiras do setor agrícola no VAB deste setor da região de terras de Trás-os-Montes é de 21,42% e 6,84%, respetivamente;
- Confirma-se que é no domínio da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca que a região de referência ganha peso na economia do Norte.

Quadro 29: Valor Acrescentado Bruto por Setor de Atividade

Valor Acrescentado Bruto por Setor de Atividade			
Território	Indústrias transformadoras		
	Variação (%) 2017-2011	VAB NUTS III / VAB Região (2017)	VAB Concelho / VAB NUTSIII (2017)
Portugal	26,55%		
Continente	26,91%		
Norte	34,23%		
Douro	44,82%	1,26%	
Alijó	47,65%		7,78%
Carraceda de Ansiães	67,41%		1,73%
Murça	-1,50%		1,83%
Torre de Moncorvo	27,82%		1,46%
Terras de Trás-os-Montes	72,63%	1,01%	
Alfândega da Fé	42,58%		1,11%
Bragança	122,47%		71,48%
Macedo de Cavaleiros	2,32%		3,58%
Miranda do Douro	39,57%		5,43%
Mirandela	0,94%		11,61%
Mogadouro	18,26%		1,86%
Vila Flor	-30,16%		1,53%
Vimioso	85,97%		1,82%
Vinhais	14,14%		1,58%
Alto Tâmega	27,83%	0,63%	
Valpaços	79,96%		9,50%

Fonte: Pordata. Cálculos QP

- No que respeita ao VAB das indústrias transformadoras as regiões do Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega apresentam variações positivas de 2011 a 2017. O produto deste setor cresceu 44,82% na região do Douro, 72,63% na região de Terras de Trás-os-Montes e 27,83% na região do Alto Tâmega.
- O município de Mirandela apresenta uma variação de 0,94% do valor acrescentado deste setor, de 2011 a 2017, enquanto que o concelho de Vila Flor apresentou um crescimento negativo de -30,16%.
- O Douro, Terras de Trás-os-Montes e o Alto Tâmega representam 1,26%, 1,01% e 0,63% do produto gerado nas indústrias transformadoras na região Norte.
- Mirandela produz 11,61% da região de Terras de Trás-os-Montes e Vila Flor apenas 1,53%.

Quadro 30: Valor Acrescentado Bruto por Setor de Atividade

Valor Acrescentado Bruto por Setor de Atividade			
Território	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		
	Variação (%) 2017-2011	VAB NUTS III / VAB Região (2017)	VAB Concelho / VAB NUTSIII (2017)
Portugal	15,40%		
Continente	15,72%		
Norte	22,01%		
Douro	9,55%	2,36%	
Alijó	-32,40%		4,21%
Carraceda de Ansiães	54,61%		1,35%
Murça	49,41%		1,21%
Torre de Moncorvo	43,33%		2,66%
Terras de Trás-os-Montes	4,98%	1,14%	
Alfândega da Fé	1,66%		3,27%
Bragança	0,66%		42,78%
Macedo de Cavaleiros	17,89%		14,39%
Miranda do Douro	9,79%		4,55%
Mirandela	11,41%		19,70%
Mogadouro	33,72%		5,33%
Vila Flor	7,27%		6,28%
Vimioso	7,96%		0,81%
Vinhais	-41,44%		2,87%
Alto Tâmega	25,70%	0,91%	
Valpaços	-		10,33%

Fonte: Pordata. Cálculos QP

- Nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares o VAB das empresas financeiras evidenciou variações positivas de 9,55% na região do Douro, 4,98% na região de Terras de Trás os Montes e 25,70% na região do Alto Tâmega.
- Em particular, o município de Mirandela aumentou 11,41% no produto gerado nas empresas deste setor, e em Vila Flor as empresas deste setor aumentaram o seu produto em 7,27%.
- As regiões NUTSIII do Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega representam 2,36%, 1,14% e 0,91%, respetivamente, do VAB produzido neste setor, na região Norte.
- Mirandela e Vila Flor representam 19,70% e 6,28% do VAB gerado nas atividades de consultoria, ..., do VAB deste setor na região de Terras de Trás-os-Montes.

Quadro 31: Empresas não financeiras do escalão de pessoal do serviço “Menos de 10 pessoas”

Território	Empresas não financeiras do escalão de pessoal do serviço “Menos de 10 pessoas”			
	2011		2017	
	Nº	%	Nº	%
Portugal	1.067.581	95,87%	1.196.753	96,30%
Continente	1.023.106	95,88%	1.144.966	96,29%
Norte	343.476	95,10%	400.034	95,68%
Douro	18.547	97,35%	29.842	98,36%
Alijó	1.108	97,79%	2.353	98,66%
Carrazeda de Ansiães	574	98,63%	1.059	98,79%
Murça	533	98,34%	1.198	99,25%
Torre de Moncorvo	771	98,47%	1.178	98,99%
Terras de Trás-os-Montes	11.753	97,90%	18.761	98,67%
Alfândega da Fé	475	98,14%	1.077	99,45%
Bragança	3.631	97,35%	5.465	98,10%
Macedo de Cavaleiros	1.609	98,17%	2.829	98,64%
Miranda do Douro	862	98,29%	1.130	98,78%
Mirandela	2.415	97,62%	3.155	98,26%
Mogadouro	942	98,33%	1.742	99,32%
Vila Flor	623	98,26%	1.004	98,72%
Vimioso	497	100,00%	587	99,83%
Vinhais	699	98,17%	1.772	99,72%
Alto Tâmega	8024	97,54%	12118	98,22%
Valpaços	1349	98,32%	3381	99,27%

Fonte: Pordata.

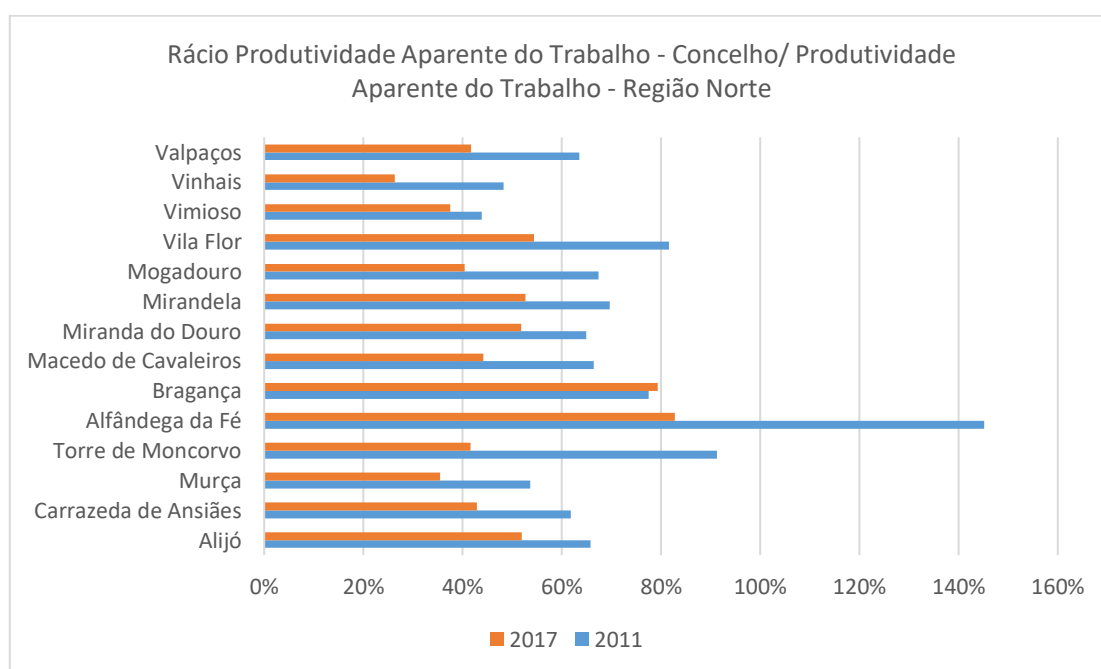
- Em média, as empresas não financeiras com menos de 10 pessoas representam cerca de 98% do total de empresas nestes territórios, em 2011.
- De 2011 a 2017 há uma variação positiva de cerca de 1 ponto percentual deste indicador, nas regiões em análise;
- Este é talvez o principal constrangimento do tecido empresarial em que a revitalização do CAICA pode ser equacionada, no que ele representa de atomização empresarial e dificuldade de concretização de ganhos de escala em algumas produções com potencial de escoamento em segmentos de mercado favorecidos por tendências de consumo mais recentes;
- Este traço estrutural tem uma importante implicação para a estratégia de especialização que a infraestrutura CAICA revitalizada pretende favorecer: a região não pode aspirar a entradas decisivas na área das “*commodities*” agrícolas, mas tão só apostar nos segmentos de alto valor para grupos de consumidores mais específicos;
- Este traço estrutural sugere também a necessidade de organização e animação que contrariem a referida atomização, promovendo fórmulas institucionais de cooperação de recursos entre as empresas de muito pequena dimensão, desígnio do qual o CAICA não pode estar afastado.

Quadro 32: Rácio Produtividade Aparente do Trabalho - Concelho/ Produtividade Aparente do Trabalho – Região Norte

Rácio Produtividade Aparente do Trabalho - Concelho/ Produtividade Aparente do Trabalho – Região Norte		
Território	2011	2017
Portugal		
Continente		
Norte		
Douro		
Alijó	65,78%	51,90%
Carraceda de Ansiães	61,85%	42,87%
Murça	53,63%	35,45%
Torre de Moncorvo	91,28%	41,59%
Terras de Trás-os-Montes		
Alfândega da Fé	145,20%	82,76%
Bragança	77,53%	79,35%
Macedo de Cavaleiros	66,46%	44,21%
Miranda do Douro	64,92%	51,85%
Mirandela	69,71%	52,69%
Mogadouro	67,41%	40,41%
Vila Flor	81,64%	54,34%
Vimioso	43,84%	37,55%
Vinhais	48,22%	26,35%
Alto Tâmega		
Valpaços	63,51%	41,68%

Fonte: Pordata.

Gráfico 40: Rácio Produtividade Aparente do Trabalho - Concelho/ Produtividade Aparente do Trabalho – Região Norte



Fonte: Pordata.

- Numa região, o Norte, que apresenta a mais baixa produtividade do país, os desvios de produtividade observados na região de influência do CAICA e nos municípios nela integrados são constrangedores e traçam uma dimensão estrutural do território de inserção que não pode ser ignorado;
- Os baixos níveis de produtividade observados têm uma multiplicidade de fatores a explica-los, entre os quais a baixa dimensão das empresas, as baixas qualificações, o apetrechamento tecnológico dos equipamentos questões de organização interna mas também a atuação em faixas de preços que não valorizam a produção local;
- Recorde-se que o numerador do rácio da produtividade aparente do trabalho é o VAB e este é claramente influenciado por questões de valor (preço) a que os produtos conseguem ser colocados em mercado; daí que uma aposta, não em modelos de “*commodities*” mas em nichos de mercado de valor mais elevado tendam a refletir-se positivamente na produtividade aparente do trabalho.

Quadro 33: Importações e Exportações pelas empresas

Território	Importações e Exportações pelas empresas							
	Valos dos bens importados				Valos dos bens exportados			
	2011		2017		2011		2017	
€	Importação Concelho/ Importação Norte (%)	€	Importação Concelho/ Importação Norte (%)	€	Exportação Concelho/ Exportação Norte (%)	€	Exportação Concelho/ Exportação Norte (%)	
Portugal	59.551.441.805		Pro 69.489.166.123		42.828.033.392		Pro 55.029.316.063	
Continente	56.442.178.853		Pro 63.135.237.677		41.127.440.693		Pro 52.366.104.761	
Norte	12.813.407.095		Pro 16.545.223.799		16.022.002.164		Pro 22.114.452.562	
Douro	82.959.487		Pro 161.162.461		54.327.409		Pro 94.067.794	
Alijó	2.510.736	0,02%	Pro 3.977.687	0,02%	5.157.536	0,03%	Pro 6.441.292	0,03%
Carrzeda de Ansiães	2.612.233	0,02%	Pro 3.387.346	0,02%	257.986	0,00%	Pro 1.242.089	0,01%
Murça	36.720	0,00%	Pro 2.254	0,00%	1.329.579	0,01%	Pro 754.137	0,00%
Torre de Moncorvo	1.966.357	0,02%	Pro 2.758.494	0,02%	120.946	0,00%	Pro 921.465	0,00%
Terras de Trás-os-Montes	287.487.523		Pro 672.056.327		354.548.847		Pro 706.427.634	
Alfândega da Fé	606.240	0,00%	Pro 2.782.458	0,02%	997.438	0,01%	Pro 3.925.905	0,02%
Bragança	258.778.800	2,02%	Pro 599.854.444	3,63%	326.488.758	2,04%	Pro 673.442.271	3,05%
Macedo de Cavaleiros	4.264.121	0,03%	Pro 4.674.351	0,03%	3.610.749	0,02%	Pro 9.224.286	0,04%
Miranda do Douro	4.278.081	0,03%	Pro 4.008.830	0,02%	4.554.135	0,03%	Pro 6.748.417	0,03%
Mirandela	7.774.460	0,06%	Pro 6.439.627	0,04%	9.436.152	0,06%	Pro 8.054.480	0,04%
Mogadouro	4.369.415	0,03%	Pro 2.931.533	0,02%	533.843	0,00%	Pro 221.195	0,00%
Vila Flor	7.023.908	0,05%	Pro 50.977.258	0,31%	8.912.322	0,06%	Pro 2.942.686	0,01%
Vimioso	392.498	0,00%	Pro 387.208	0,00%	10.750	0,00%	Pro 970.579	0,00%
Vinhais	0	0,00%	Pro 618	0,00%	4.700	0,00%	Pro 897.815	0,00%
Alto Tâmega	50.005.723		Pro 46.142.420		33.458.319		Pro 53.562.470	
Valpaços	343.587	0,00%	Pro 1.994.288	0,01%	4.962.713	0,03%	Pro 18.379.694	0,08%

Nota: Pro – Dados provisórios; Fonte: Pordata

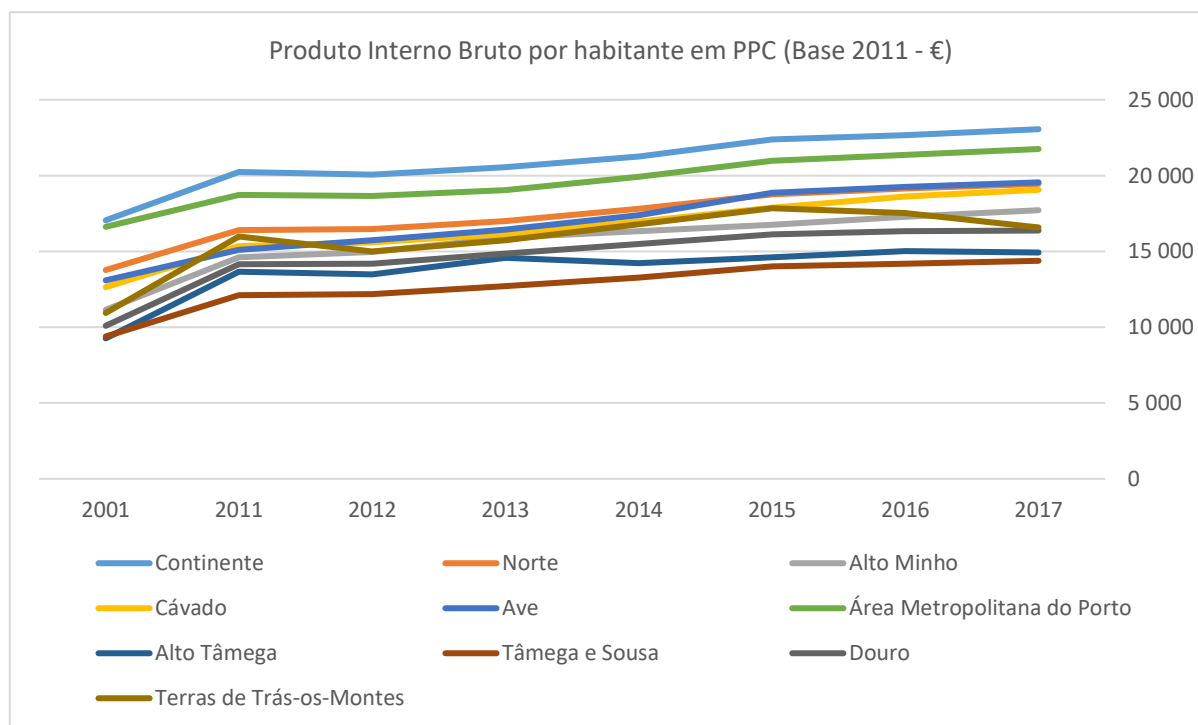
- De 2011 para 2017, as importações cresceram nas Regiões NUTS III do Douro, Terras de Trás os Montes, mas decresceram no Alto Tâmega. No que respeita às exportações assistiu-se a um crescimento nas três regiões.
- No município de Mirandela, de acordo com os dados previsionais de 2017, houve um decréscimo do valor dos bens importados e dos bens exportados. O peso do comércio internacional deste município na região Norte diminuiu de 0,06% para 0,04%.
- Em Vila Flor, o valor dos bens importados cresceu consideravelmente e o seu peso nas importações da região Norte passaram de 0,05% em 2011 para 0,31% em 2017. No que respeita ao valor dos bens exportados assistiu-se a um decréscimo, passando o seu peso no valor de bens exportados na região Norte de 0,06%, em 2011, para 0,01% em 2017;
- Os dados apresentados mostram que a região de inserção do CAICA ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de valorização dos bens transacionáveis, designio que as alternativas funcionais e temáticas para a revitalização do CAICA não podem ignorar.

Quadro 34: Produto interno bruto por habitante em PPC (Base 2011 - €)

Produto interno bruto por habitante em PPC (Base 2011 - €)								
Território	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2001
Portugal	22.986	22.584	22.304	21.190	20.496	19.993	20.204	16.963
Continente	23.053	22.652	22.373	21.262	20.557	20.052	20.235	17.049
Norte	19.450	19.152	18.757	17.797	17.014	16.480	16.404	13.771
Alto Minho	17.714	17.271	16.762	16.314	15.902	14.945	14.596	11.150
Cávado	19.060	18.627	17.870	16.981	16.160	15.592	15.338	12.641
Ave	19.548	19.248	18.864	17.384	16.424	15.742	15.108	13.091
Área Metropolitana do Porto	21.749	21.367	20.957	19.925	19.032	18.656	18.715	16.618
Alto Tâmega	14.925	15.018	14.621	14.206	14.571	13.490	13.641	9.261
Tâmega e Sousa	14.377	14.175	14.000	13.266	12.692	12.186	12.108	9.387
Douro	16.373	16.322	16.111	15.474	14.855	14.194	14.138	10.092
Terras de Trás-os-Montes	16.564	17.527	17.841	16.805	15.742	15.012	15.967	10.939

Fonte: INE

Gráfico 41: Produto interno bruto por habitante em PPC (Base 2011 - €)



Fonte: INE

- O Produto Interno Bruto por habitante apresentou uma tendência de crescimento positiva de 2001 a 2017.
- O PIB por habitante da região Norte é 84% do Continente, em 2017.
- As regiões do Douro e de Terras de Trás-os-Montes aumentaram cerca de 6.000€ do seu PIB per capita de 2001 a 2017. Nestas regiões o PIB *per capita* é, aproximadamente, 70% do PIB per capita do Continente;
- Estes elementos confirmam os desvios de produtividade anteriormente assinalados, alinhando na sua devida proporção com os desvios que a região Norte ainda apresenta relativamente ao país.

Quadro 35: Poder de compra per capita

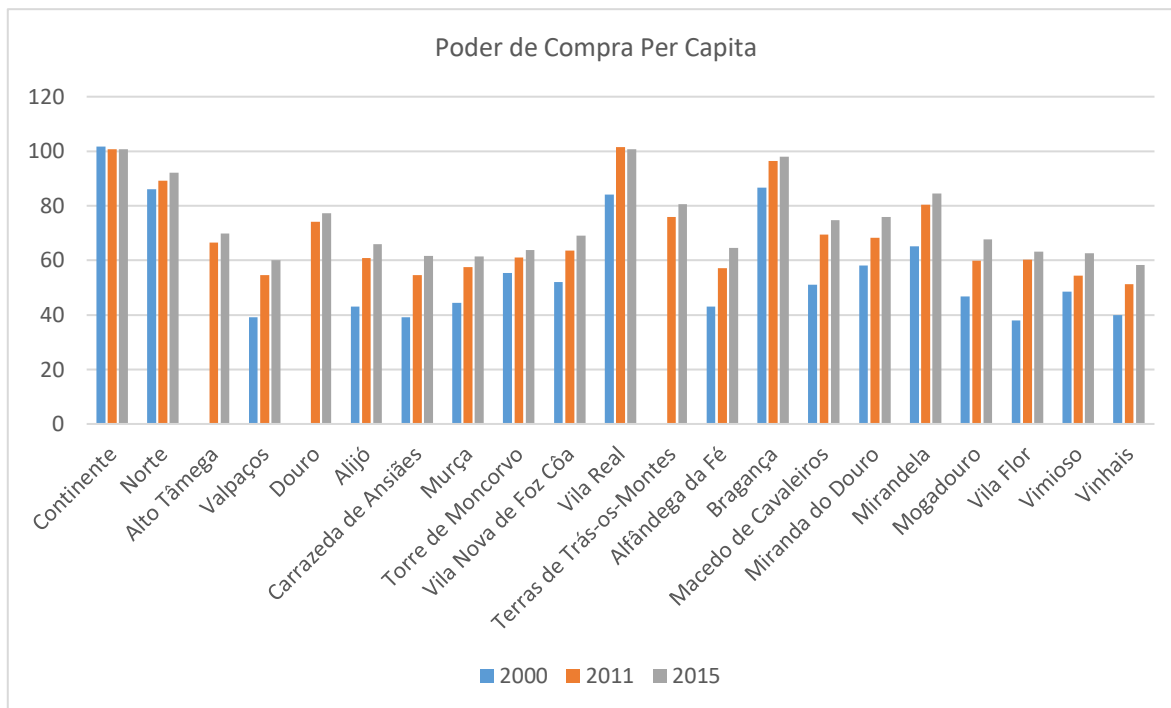
Poder de compra per capita			
Anos	2000	2011	2015
Portugal	100,0	100,0	100,0
Continente	101,7	100,8	100,7
Norte	86,0	89,2	92,1
Douro	x	74,1	77,2
Alijó	43,0	60,9	66,0
Carraceda de Ansiães	39,1	54,6	61,7
Murça	44,5	57,6	61,4
Torre de Moncorvo	55,4	61,0	63,8
Terras de Trás-os-Montes	x	75,9	80,6
Alfândega da Fé	43,0	57,1	64,6

Poder de compra per capita			
Anos	2000	2011	2015
Bragança	86,7	96,5	98,0
Macedo de Cavaleiros	51,1	69,5	74,7
Miranda do Douro	58,1	68,3	75,8
Mirandela	65,2	80,4	84,5
Mogadouro	46,8	59,9	67,7
Vila Flor	37,9	60,2	63,1
Vimioso	48,5	54,4	62,6
Vinhais	39,9	51,3	58,3
Alto Tâmega	x	66,5	69,9
Valpaços	39,1	54,6	60,1

Fonte: Pordata

- O Poder de compra per capita apresenta uma evolução positiva desde o ano 2000 até 2015.
- Na região do Douro o poder de compra passou de 74,1 para 77,2 de 2011 para 2015
- O concelho de Mirandela apresenta um crescimento deste indicador em cerca de 19 pontos percentuais de 2000 (65,2) para 2015 (84,5). Vila Flor evidencia no mesmo período um aumento do poder de compra em cerca de 25 pontos percentuais (de 37,9 para 63,1);
- A evolução deste indicador evidencia que, apesar dos constrangimentos estruturais já identificados noutros indicadores, o território de inserção do CAICA tem vindo a aumentar o seu poder de compra per capita, não ignorando que o declínio demográfico tende a favorecer este índice, de salientar que os municípios de Bragança e Mirandela se destacam neste campo, sobretudo o primeiro muito próximo do valor de Portugal como um todo.

Gráfico 42: Poder de compra per capita



Fonte: Pordata

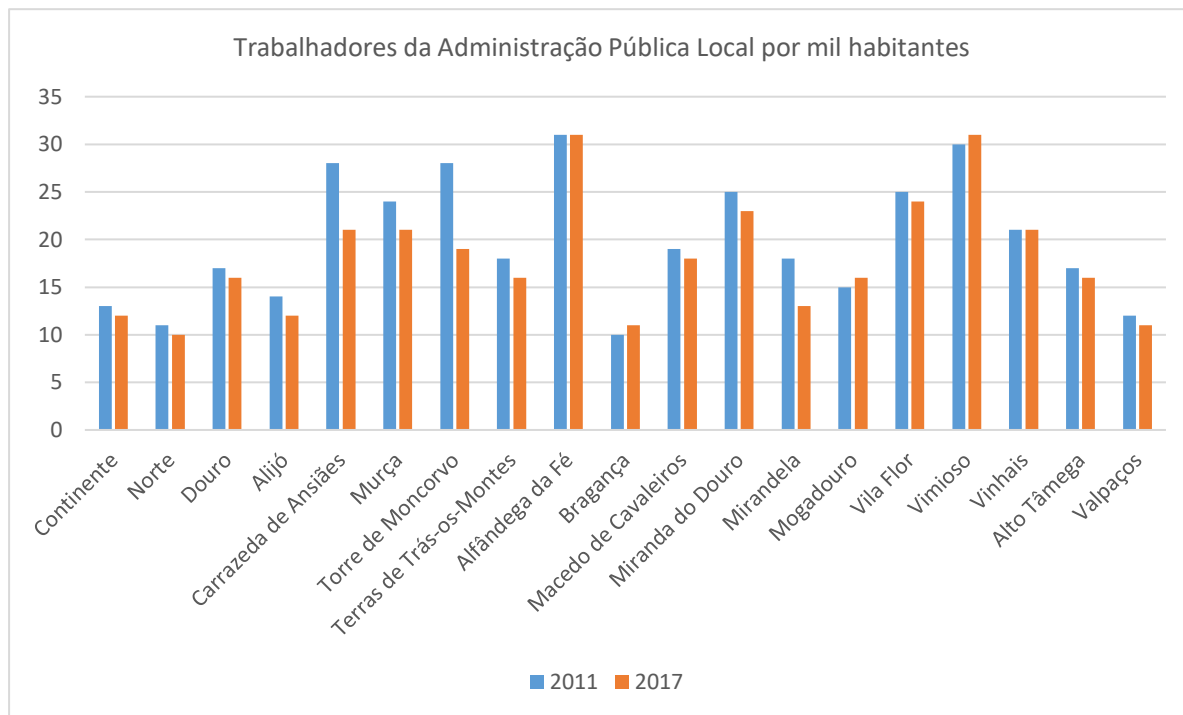
Quadro 36: Trabalhadores da Administração Pública Local por mil habitantes

Trabalhadores da Administração Pública Local por mil habitantes		
Território	2011	2017
Portugal	12	12
Continente	13	12
Norte	11	10
Douro	17	16
Alijó	14	12
Carrazeda de Ansiães	28	21
Murça	24	21
Torre de Moncorvo	28	19
Terras de Trás-os-Montes	18	16
Alfândega da Fé	31	31
Bragança	10	11
Macedo de Cavaleiros	19	18
Miranda do Douro	25	23
Mirandela	18	13
Mogadouro	15	16
Vila Flor	25	24
Vimioso	30	31
Vinhais	21	21
Alto Tâmega	17	16
Valpaços	12	11

Fonte: Pordata

- O número de trabalhadores da administração pública local por mil habitantes diminuiu, na generalidade do território, de 2011 para 2017.
- Tanto a região do Douro, como a de Terras de Trás-os-Montes e o Alto Tâmega apresentam valores médios de trabalhadores na administração pública local (16) superiores à região Norte (10) e ao Continente (12).
- Em particular, os municípios de Mirandela e Vila Flor apresentavam cerca de 13 e 24 trabalhadores por mil habitantes, respetivamente, em 2017, também acima da média da região de Terras de Trás-os-Montes (16);
- Embora em declínio, este indicador revela como é importante a magnitude do emprego gerado pela administração pública no território, particularmente o emprego municipal.

Gráfico 43: Trabalhadores da Administração Pública Local por mil habitantes



Fonte: Pordata

Quadro 37: Execução Financeira dos programas da Política de Coesão - Dezembro 2018

Execução Financeira dos programas da Política de Coesão - Dezembro 2018				
Unidade territorial	Investimento Elegível Aprovado (mil €)	Fundo Aprovado (mil €)	Fundo Aprovado por habitante (€/hab.)	Fundo aprovado por km2 (€/km2)
Norte	9.237.314	6.411.210	1.793	301.196
Alto Minho	570.644	387.894	1.671	174.819
Cávado	907.325	603.118	1.493	484.125
Ave	1.028.302	651.839	1.575	449.135
Área Metropolitana do Porto	3.628.911	2.394.744	1.393	1.173.141
Alto Tâmega	146.410	116.027	1.331	39.709
Tâmega e Sousa	697.451	508.883	1.215	277.847
Douro	352.712	266.014	1.385	65.983
Terras de Trás-os-Montes	311.892	231.530	2.133	41.765

Fonte: Dinâmicas dos fundos europeus na Região do Norte

- Até Dezembro de 2018, a região Norte conseguiu a aprovação de 6.411.210 mil € de fundo dos programas da política de coesão, correspondendo a 9.237.314 mil € de investimento elegível aprovado, 1.793 € por habitante e 301.196 € por km².
- A região do Douro recebeu cerca de 4% do fundo aprovado na região Norte (266.014 mil €), estando associado a um investimento elegível de 352.712 mil €, 1.385€ por habitante e 65.983 por km².
- A região de TTM conseguiu a aprovação de 231.530 mil € de fundo, associado a um investimento elegível de 352.712 mil €, 1.385 € por habitante e 41.765€ por km²;
- Este indicador é particularmente relevante para evidenciar a reatividade que a sub-região de TTM tem evidenciado, bem superior em termos per capita à do Douro, em termos de acesso a Fundos Estruturais; isso não invalida que o território de inserção do CAICA necessita urgentemente de projetos estruturantes geradores de externalidades e concentração de esforços; é nesse contexto que a revitalização do CAICA deve ser equacionada.

Quadro 38: Distribuição de fundo aprovado (%) na Região do Norte por programa

Distribuição de fundo aprovado (%) na Região do Norte por programa					
Território	Norte 2020	Compete 2020	POCH	POSEUR	POISE
Norte	31%	31%	22%	5%	11%
Alto Minho	29%	31%	21%	11%	8%
Cávado	34%	32%	20%	9%	6%
Ave	36%	39%	18%	3%	3%
Área Metropolitana do Porto	33%	33%	22%	4%	8%
Alto Tâmega	54%	8%	17%	11%	10%
Tâmega e Sousa	27%	25%	31%	8%	9%
Douro	36%	19%	22%	13%	10%
Terras de Trás-os-Montes	36%	16%	31%	6%	11%

Fonte: Dinâmicas dos fundos europeus na Região do Norte

- De acordo com a distribuição do fundo aprovado por programa, o Norte 2020 e o Compete 2020 concentram a maior parte dos fundos aprovados da região Norte (31% cada um dos programas).
- Na região do Douro 36% dos fundos aprovados procederam do programa Norte 2020, 22% do POCH, 19% do Compete 2020, 13% do POSEUR e 10% do POISE.
- Em Terras de Trás-os-Montes 36% dos fundos provém do Norte 2020, 31% do POCH, 16% do Compete 2020, 13% do POSEUR e 10% do POISE.

Quadro 39: Feiras / Eventos Económicos Regionais

Feiras / Eventos Económicos Regionais	
Mirandela	Feira do Vinho e do Bacelo Fradizela (17 Março)
	Feira dos Ramos Frechas (14 Abril)
	Feira do Vinho e do Morango S. Pedro Velho (11-12 Maio)
	Feira do Queijo e do Mel União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira (22-23 Junho)
	Mercado Medieval? Lamas de Orelhão (14-15 Setembro)
	Feira do Figo e do Património Abreiro (21-22 Setembro)
	Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola Vale de Gouvinhas (12-13 Outubro)
	Feira do Pão e Azeite Suções (16-17 Novembro)
	Feira Franca União de Freguesias de Vila Boa e Franco (14-15 Dezembro)
	Feira da Couve Penca Carvalhais (22 Dezembro)

Feiras / Eventos Económicos Regionais	
Bragança	Feira Rural da Terra e da Gente da Lombada São Julião de Palácios (Janeiro)
	Festival do Butelo e das Casulas (Março)
	Feira do Folar e do Azeite Izeda (Abril)
	Feira de Artesanato – Feiras das Cantarinhas
	Feira do Cebolo Alfaião (Maio)
	Feira do Pão e Produtos da Terra (Samil)
	Feira do Cordeiro Coelhoso (Agosto)
	Feira do Azeite e do Pão Macedo do Mato (Agosto)
	Feira de artesanato e produtos da região Rabal (Agosto)
	Feira das Cebolas São Pedro de Serracenos (Agosto)
	Feira Internacional do Norte Norçaça, Norpesca e Norcastanha
	Feira de Artesanato e produtos regionais (Parada)
	Macedo de Cavaleiros
Feira do Azeite e do Figo Lombo (Outubro)	
Vinhais	Feira do Fumeiro (Fevereiro)
	Festa da castanha (Outubro)
Alijó	Feira da Laranja (Maio)

Nota: Este tipo de infraestruturas não foi objeto, salvo melhor informação, de qualquer mapeamento na região Norte, pelo que a base de informação a que se recorreu, as páginas WEB dos municípios, pode conter importantes limitações e falhas de informação; é, de qualquer modo, um indicador relevante para avaliar o que um CAICA revitalizado pode fazer nesta matéria.

7. ENQUADRAMENTO DO CAICA NAS INFRAESTRUTURAS DE ACOLHIMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Neste ponto, e tendo em conta o enquadramento mais pertinente para a vocação funcional e temática do CAICA, bem como projetos base e estruturantes para a sua redinamização, procedemos a uma sistematização sobre a relevância, as tipologias, as funções e as valências associadas a infraestruturas de acolhimento e dinamização de atividades empresariais.

7.1. Relevância e Interesse Económico das Infraestruturas de Acolhimento e Dinamização de Atividades Empresariais (IAD)

A promoção deste tipo de infraestruturas faz parte das políticas públicas dos países desenvolvidos desde há longas décadas. Na sua aceção mais geral, uma IAD pode-se definir como um espaço estruturado para a localização de atividades económicas, com uma componente condominial, visando objetivos de micro-ordenamento do território e de uma adequada utilização do “solo industrial”. Parecem ter sido, com efeito, as preocupações em matéria de ordenamento do território à escala local as que primeiro impulsionaram a promoção deste tipo de instrumento. No entanto, as IAD, enquanto instrumento de política, prosseguem igualmente objetivos nos domínios da competitividade e do desenvolvimento local.

As IAD e o Ordenamento do Território

As IAD são vistas como um instrumento fundamental para uma adequada utilização do solo, ordenando o chamado solo industrial. Nesta matéria, as políticas de ordenamento passaram, no entanto, a incorporar objetivos de compatibilizar e planear várias escalas de intervenção, nomeadamente:

- Uma escala local, correspondendo à definição do perímetro da infraestrutura, seja numa lógica de consolidação e requalificação do solo industrial já em uso seja numa lógica de oferta planeada que responde e disciplina a procura existente;
- Uma escala territorial regional ou sub-regional, à luz da qual se procura integrar uma ou várias IAD num determinado modelo urbano-territorial, levando em conta as especificidades, restrições e estratégias diferenciadas para os diferentes territórios que integram a região.

A um outro nível, também a política urbana passou a interessar-se por formas estruturadas e espacialmente organizadas de acolhimento empresarial em ambiente urbano. A oferta de espaços surge habitualmente associada a programas de requalificação urbana como, por exemplo, a requalificação de zonas portuárias ou de antigos edifícios industriais.

Associada ao ordenamento do território, a dimensão ambiental passou igualmente a integrar os objetivos prosseguidos com a promoção de IAD, seja ao nível micro e local (disponibilidade de infraestruturas e serviços mais eficientes do ponto de vista ambiental) seja ao nível territorial e

regional (exclusão de áreas ambientalmente sensíveis, reserva de solos a longo prazo, compatíveis com o ordenamento de um território sustentável).

As IAD e a Competitividade

As IAD também sempre foram vistas como geradoras de ganhos de eficiência e, assim sendo, favorecendo a competitividade das empresas aí localizadas ou, mesmo, do tecido empresarial da envolvente. Esses ganhos de eficiência resultam, em primeira mão, das economias de aglomeração que decorrem da maior racionalidade que resulta do uso de infraestruturas comuns e, pelo menos em teoria, de um acesso a um mais baixo custo a esses bens e serviços de natureza infraestrutural (conservação e manutenção de edifícios, zonas verdes comuns, recolha e tratamento de resíduos, serviços de vigilância, serviços sociais, etc.).

Mais recentemente, digamos que nas últimas quatro décadas, a ênfase posta nas redes empresariais e institucionais e na proximidade como fatores favorecedores da competitividade, não deixou de influenciar os objetivos e as tipologias de infraestruturas de acolhimento e dinamização empresarial. A conceção dos espaços de acolhimento empresarial passa, com alguma frequência, a integrar a possibilidade de oferta de serviços de facilitação ou de apoio à gestão das firmas aí acolhidas, quer serviços de oferta pública quer serviços avançados de oferta privada. Por outro lado, a ênfase posta nas economias de rede decorrentes das sinergias e proximidade entre empresas irá levar, por vezes, à conceção de infraestruturas de acolhimento temáticas.

Nesta perspetiva, algumas experiências mais avançadas configurarão IAD com uma vocação bem definida do ponto de vista sectorial (uma plataforma de sectores interrelacionados e de elevada intensidade tecnológica, integrando ainda serviços tecnológicos e outros direcionados para a promoção da inovação). Este modelo, com alguma expressão no Reino Unido, aproximará as IAD do modelo dos Parques de Ciência e Tecnologia, ainda que sem ou menor presença de Universidades e de atividades de investigação.

As IAD e o Desenvolvimento Local

As IAD incorporam ainda, mais recentemente, um objetivo de promoção do empreendedorismo local. Esta nova prioridade determina uma alteração na estruturação dos espaços de acolhimento empresarial que deverão assim acomodar a exigência de incentivarem a emergência de iniciativas empresariais de pequena e média dimensão e potenciarem as condições para o seu desenvolvimento, sublinhando-se a importância colocada na potenciação do efeito de rede, tirando partido de plataformas de apoio às empresas proporcionadas por entidades públicas.

Em infraestruturas com uma dimensão tecnológica mais avançada, a promoção do empreendedorismo local tende a assumir a forma de ações de incubação ou aceleração de empresas de base tecnológica.

A promoção do empreendedorismo pode igualmente estar presente em AAE em ambiente urbano, as quais por vezes incorporam uma valência de incubação de empresas em áreas temáticas específicas e particularmente compatíveis com um ambiente urbano (por ex., indústrias culturais e indústrias criativas, empresas de I&D e de serviços tecnológicos, etc.).

O quadro seguinte resume e sistematiza os principais objetivos passíveis de serem atribuídos às IAD.

Quadro 40: Objetivos das Infraestruturas de Acolhimento e Dinamização de Atividades Empresariais

Dimensão	Dimensão Específica	Objetivos de Política
Ordenamento e Ambiente	Microzonamento	Promoção de uma oferta organizada de solo para atividades económicas, disciplinando ao nível local as decisões de localização; contribuição para a definição de um modelo urbano-territorial e para um modelo regional em termos de ordenamento
	Modelo urbano e territorial	
	Regeneração urbana	Reconversão de espaços urbanos degradados; Resolução de situações de solo industrial inviável
	Sustentabilidade e ecoeficiência	Protecção de áreas sensíveis e planeamento de longo prazo na utilização do solo; Racionalização dos sistemas de águas, energia, resíduos
Competitividade e Inovação	Economias de aglomeração	Ganhos de eficiência decorrentes da utilização de bens e serviços infraestruturais comuns
	Economias de rede	Ganhos de eficiência decorrentes da proximidade e de sinergias entre empresas; serviços de facilitação e apoio à gestão
	Inovação	Transferência de conhecimento entre empresas e eventual disponibilidade de serviços tecnológicos
Desenvolvimento Local	Empreendedorismo local	Promoção do empreendedorismo local e atração de iniciativa externa
	Empreendedorismo tecnológico	Ações estruturadas de incubação e aceleração em atividades intensivas em tecnologia
	Empreendedorismo em ambiente urbano	Clusterização de actividades inovadoras ou criativas em ambiente urbano
	Empreendedorismo em ambiente rural	Revitalização do espaço rural

7.2. Tipologias de Infraestruturas de Acolhimento e Dinamização de Atividades Empresariais

A análise em matéria de objetivos deixa antever uma possível diversidade de modelos, consoante o “mix” de objetivos associados à criação da infraestrutura de acolhimento e dinamização. Com efeito, existem diferentes tipos de IAD, podendo ir desde parques empresariais geridos centralmente e organizados em condomínio fechado até zonas industriais loteadas, para construção por diferentes agentes privados e em que a rede viária e as infraestruturas de base são do domínio público. O objetivo deste ponto é o de analisar as diferentes alternativas.

As valências que mais diretamente se relacionam com os objetivos do ordenamento, do ambiente e das economias de aglomeração (infraestruturas comuns e algum grau de gestão condominial de espaços e serviços básicos) estão presentes – ainda que com diversos graus de sofisticação – em qualquer área de acolhimento empresarial; a circunscrição de uma IAD a apenas este tipo de valências configura o modelo mais simples, o qual corresponde a uma zona ou parque industrial (no caso de solo industrial) ou a uma zona comercial ou, ainda, a um centro de escritórios. Considerando adicionalmente valências quer no domínio dos serviços de apoio à gestão e da facilitação de negócio quer no domínio tecnológico, passamos a incluir nas IAD modelos mais complexos e mais orientados para os objetivos da inovação e da promoção do empreendedorismo.

À luz destes critérios podemos então identificar as tipologias que descrevemos sucintamente. O Quadro 40 sintetiza, de forma esquemática, as tipologias de IAD, tendo em conta a menor ou maior intensidade quer em serviços de natureza infraestrutural quer em serviços avançados.

Zona ou Parque Industrial

Corresponde ao modelo mais convencional da designada Área de Acolhimento Empresarial. Na experiência britânica corresponde ao industrial estate, designação que evidencia o primado da componente gestão imobiliária. Na experiência espanhola correspondem aos Polígonos Locales de Actividades industriales. Nesta tipologia, a principal preocupação é a de responder ou disciplinar uma procura por solo industrial. Em regra, estes espaços estão situados na proximidade de núcleos urbanos e com boas acessibilidades à rede viária regional. Por vezes, a implementação ou extensão destes espaços está articulada com a deslocalização de atividades de espaços considerados inviáveis para a atividade industrial.

Parque Comercial

Trata-se de uma tipologia análoga à anterior mas dedicada à instalação de superfícies comerciais de grande e média dimensão, em espaços localizados na esfera de influência de cidades de dimensão variável. Neste caso, as acessibilidades ao núcleo urbano são muito relevantes, bem como os espaços de estacionamento, tendo em conta que o espaço tem que ser atrativo para os consumidores.

Centro de Escritórios

Tipologia análoga às anteriores no que respeita ao primado da gestão imobiliária e dos objetivos de microzonamento. No entanto, são em regra espaços de maior qualidade, procurando corresponder a

centros de serviços de primeira linha, localizados no espaço urbano, nomeadamente em zonas urbanas que procuram ter um estatuto de nova centralidade face ao central business district.

Parque Empresarial

Esta designação genérica (business park) decorre de à componente imobiliária e infraestrutural surgirem já acrescentadas um conjunto de valências de serviços de apoio à gestão. O “package” de serviços a oferecer pode ser variável e resulta de um diagnóstico sobre as lacunas existentes ao nível dos fatores de competitividade do tecido empresarial.

Em regra, os parques empresariais procuram atingir igualmente níveis elevados no que respeita à qualidade das infraestruturas (edifícios, espaços verdes, zonas de lazer, etc.). Surgem frequentemente fora do espaço urbano mas na proximidade de grandes eixos viários e com uma adequada provisão de transporte público.

Na medida em que os parques empresariais estão já orientados para objetivos em matéria de competitividade, podem assumir um carácter temático, este último refletindo de algum modo vocações ou apostas em termos de desenvolvimento regional.

Parque de Distribuição

Trata-se de um caso particular de parque empresarial temático ou de uma componente de parque empresarial temático multifuncional. A especialização em atividades e funções de distribuição determina uma aglomeração de serviços de distribuição e logística e de serviços de gestão relacionados. Nesta tipologia, as acessibilidades e, em particular, acessibilidades aos grandes eixos viários e à rede ferroviária constituem um aspeto decisivo.

Incubadoras de Empresas

Uma incubadora de empresas, em sentido lato, corresponde a uma organização suportada por uma instituição ou, mais frequentemente, por uma rede de instituições que garantem um ambiente controlado e facilidades para *start-up's*. Neste sentido, no quadro do acolhimento empresarial, uma incubadora de empresas é um estádio último de acolhimento empresarial que incorpora, a um nível muito elevado, apoio à gestão e (embora nem sempre) à tecnologia, para além do próprio espaço físico disponibilizado aos *start-up's*. O espectro de serviços de gestão disponibilizados alarga-se, neste tipologia, ao apoio à constituição de sociedades, à elaboração de planos de negócios, a programas de incubação e aceleração e, frequentemente, à facilitação do acesso a venture capital e a instrumentos públicos de apoio às empresas

As incubadoras de empresas podem estar integradas em Parques Empresariais, potenciando-se neste caso os efeitos de cluster e de rede, ou em Parques de Ciência e Tecnologia. No entanto, há que reter que na sua aceção mais geral, uma incubadora visa a promoção de novas empresas.

Business & Innovation Centre

Trata-se de uma tipologia próxima da anterior, em regra muito centrada na promoção de *start up's*. No entanto, como a designação indica, existe uma focalização em atividades ou sectores emergentes,

de alta intensidade tecnológica e/ou fortemente inovadores. Tanto podem localizar-se em espaço urbano como inseridos em parques empresariais, nomeadamente em parques temáticos incorporando uma elevada oferta de serviços tecnológicos. Neste último caso, uma designação frequente é a de Incubadora de Empresas de Base Tecnológica.

Parque de Ciência e Tecnologia

Os Parques de Ciência e Tecnologia são organizações estruturadas em torno de Universidades, podendo ainda integrar na sua rede institucional os Governos locais e agências de apoio às empresas, nomeadamente no domínio da tecnologia. Os PCT estão já fora da delimitação mais convencional de infraestruturas de acolhimento e dinamização empresarial, na medida em que o centro da sua atividade são as atividades de I&D (procurando aglomerar centros de matriz universitária e centros de I&D empresarial) e de transferência e valorização de tecnologia, tendo como destinatários finais destas atividades um espectro de organizações e empresas que não se confinam a uma mera área de acolhimento. A localização de PCT é determinada fundamentalmente pela proximidade a Universidades e recursos de I&D, sendo igualmente privilegiados a proximidade de infraestruturas que assegurem conectividades internacionais (i.e., aeroportos) e a visibilidade e qualidade ambiental e paisagística do espaço. A localização de empresas no espaço do PCT está em regra subordinada à natureza das atividades a desenvolver, as quais deverão revestir o carácter de atividades tecnológicas (por ex., centros de I&D empresarial), havendo o objetivo de atrair empresas internacionais de primeira linha.

Quadro 41: Tipologia de infraestruturas de acolhimento e dinamização de atividades empresariais

Intensidade em Serviços Avançados				
		Baixa	Média	Elevada
Intensidade em Infraestruturas Físicas e Solo Industrial	Baixa	Centro de Escritórios	Business & Innovation Centre	Parque de Ciência e Tecnologia
	Média	Zona Comercial, podendo englobar áreas de Serviços e Residencial	Incubadora de Base Tecnológica Centro de Serviços Avançados	
	Elevada	Zona ou Parque Industrial ou Comercial ou de Distribuição	Parque Empresarial Temático Parques englobando centro de serviços avançados Parques englobando valências infraestruturais específicas	

7.3. Valências Infraestruturais e de Serviços

Tomando como referência um Parque Empresarial, o espectro de bens infraestruturais e de serviços que podem ser assegurados são descritos a seguir.

Infraestruturas físicas base

Na componente infraestrutural física é incontornável a disponibilização de:

- a) Rede viária interna e de acesso aos eixos viários mais próximos;
- b) Áreas de estacionamento;
- c) Abastecimento de água e rede de captação de águas residuais;
- d) Provisão de energia elétrica e gás natural;
- e) Acesso a redes de telecomunicações, incluindo banda larga;

f) Recolha seletiva de resíduos sólidos.

Serviços infraestruturais específicos em função das atividades instaladas

- a) Triagem, acondicionamento e primeiro tratamento de resíduos sólidos específicos;
- b) Tratamento de águas residuais;
- c) Recolha e acondicionamento de resíduos perigosos;
- d) Fornecimento de energia em média e alta tensão.

Outros serviços infraestruturais (“facilities” e “amenities”)

No plano dos serviços partilhados de natureza infraestrutural ou condominial, há ainda uma variadíssima gama de serviços que, dependendo do perfil do Parque, poderão ser providenciados:

- a) Serviços de receção;
- b) Serviços de vigilância;
- c) Serviços de limpeza;
- d) Manutenção de zonas verdes, sinalética, etc.;
- e) Manutenção de instalações;
- f) Seguros de instalações e outros;
- g) Provisão de espaços de reunião e de conferências.

Ainda numa lógica de integrar no espaço serviços de apoio genérico às empresas e organizações instaladas, as entidades gestoras podem disponibilizar espaço e procurar atrair operadores em áreas como:

- a) Restaurantes, hotel e lojas de conveniência;
- b) Bancos;
- c) Centro comercial;
- d) Posto de correio;
- e) Abastecimento de combustíveis.

Serviços de apoio à gestão

A disponibilização de serviços de apoio à gestão e de facilitação dos negócios tanto pode seguir uma lógica de oferta de serviços partilhados como de atração, para instalação no Parque, de operadores

públicos e privados especializados nesse tipo de serviços. Em termos de espaço físico, a oferta de serviços de apoio à gestão pode traduzir-se em:

- a) Edifícios de escritórios;
- b) Centro de conferências;
- c) Espaços para exposições, mostras, feiras;
- d) Espaços para incubação de empresas.

O espectro de serviços oferecidos, sendo variável, pode incluir:

- a) Serviços de informação: legislação, informação de mercado, informação económico-financeira, informação sobre certificações, marcas e patentes;
- b) Aconselhamento e suporte direto: planeamento estratégico, marketing, finanças, contabilidade e fiscalidade, consultoria de gestão, TIC;
- c) Formação: gestão, marketing, cursos de reconversão, TIC;
- d) Financiamento: informação e intermediação em empréstimos, garantias e subsídios; intermediação na área do capital de risco e capital semente; informação sobre incentivos públicos;
- e) Organização de eventos: conferências, seminários, feiras, exposições, missões de negócios, etc.

Serviços tecnológicos

- a) Serviços tecnológicos com um cariz genérico (acesso a redes e serviços de informática, registo de domínios e web design, etc.) podem ser oferecidos numa ótica de serviços partilhados ou por operadores privados instalados no Parque;
- b) A disponibilização de serviços tecnológicos mais específicos (testes e análises laboratoriais, apoio à certificação, desenvolvimento de produtos e processos, etc.) está em regra condicionada à vocação temática do Parque e à presença ou não de entidades com um cariz de infraestrutura tecnológica.

8. AVALIAÇÃO DO CAICA ENQUANTO INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Tendo o presente estudo o objetivo de traçar a estratégia para a redinamização do CAICA, podemos desde já, à luz (i) da génese e histórico do CAICA, (ii) das suas características físicas de base e (iii) das tipologias atrás enunciadas (ver Quadro 40), considerar que o CAICA deve afirmar-se como um Parque Empresarial Temático, claramente focado em atividades das fileiras da produção vegetal e animal, englobando valências infraestruturais específicas e procurando atrair e disponibilizar serviços avançados.

8.1. Vocação Temática

A análise efetuada sobre a relevância nacional e regional das fileiras da produção vegetal e da produção animal quer na região agrária de Trás-os-Montes quer nas NUT 3 do Alto Tâmega, do Douro e das Terras de Trás-os-Montes evidencia como principais aspetos:

- Nas fileiras da produção vegetal, a região agrária (isto é, o conjunto das 3 NUT) apresenta relevância nas leguminosas secas, nos frutos frescos, nos frutos de casca rija, na vitivinicultura e no olival e azeite.
- Enquanto que a vitivinicultura está massivamente presente no Douro, os territórios na envolvente mais direta do CAICA distinguem-se pela relevância nos frutos de casca rija e no olival e produção de azeite.
- Nas fileiras da produção animal, a região agrária tem uma relevância nacional reduzida mas, ainda assim, tem particular relevância na criação de ovinos, de caprinos e de outra produção animal (nomeadamente cunicultura e apicultura), sendo ainda de considerar (ainda que com um peso reduzido face ao total nacional) a criação de bovinos, nomeadamente para a produção de carne. É ainda de considerar a fabricação de produtos à base de carne. Já quanto ao abate de animais, a expressão da região agrária é muito reduzida no total nacional.

Assim sendo, a redinamização do CAICA deverá continuar focada nas fileiras da produção vegetal e animal. Nas primeiras, é de dar relevo aos produtos e respetiva transformação com maior representatividade na envolvente mais direta (frutos de casca rija, olival e azeite, certos frutos frescos e leguminosas). Nas segundas, o CAICA deverá almejar uma área de influência alargada, tendo em conta, nomeadamente, a capacidade instalada no MIC, e um espectro que engloba bovinos, ovinos, caprinos e outra produção animal, bem como, em geral, a fabricação de produtos à base de carne.

8.2. Valências Infraestruturais Específicas

No território em análise, ao nível das infraestruturas de acolhimento e de dinamização de atividades empresariais, predomina a oferta de zonas industriais, sem a existência de condomínios fechados e sem vocação temática, oferecendo solo industrial loteado e um conjunto de infraestruturas básicas. Da análise efetuada, a partir da base de dados N invest, da Associação Empresarial de Portugal (AEP), ressalta a ideia de uma oferta alargada deste tipo de infraestruturas nas NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, muitas delas ainda com terrenos disponíveis. No quadro seguinte, inventariámos os Parques Empresariais, disponíveis nas Terras de Trás-os-Montes, que constam da acima referida base de dados.

Quadro 42: Parques Empresariais nos Municípios das Terras de Trás-os-Montes

Município	Designação	Área para instalação de empresas	Entidade Gestora
Alfândega da Fé	Zona Industrial de Alfândega da Fé	50.000 m ²	Município de Alfândega da Fé
Bragança	Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias	129.134 m ²	Município de Bragança
	Brigantia Ecopark	3.125 m ²	Associação para o desenvolvimento do Brigantia - EcoPark Espaços para empresas de base tecnológica e laboratórios
	Zona Industrial de Bragança / Zona Industrial das Cantarias	830.000 m ²	Município de Bragança
	Zona Industrial de Mós – Sortes	148.970 m ²	Município de Bragança
Macedo de Cavaleiros	Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros	281.000 m ²	Município de Macedo de Cavaleiros
	Zona Oficinal de Travanca	64.500 m ²	Município de Macedo de Cavaleiros
Miranda Do Douro	Zona Industrial de Miranda do Douro	37.270 m ²	Município de Miranda do Douro

Município	Designação	Área para instalação de empresas	Entidade Gestora
Mirandela	Centro de Apoio à Criação de Empresas (CACE)	7.500 m ²	Município de Mirandela
	Complexo Agro-Industrial do Cachão	83.030 m ²	Agro-Industrial do Nordeste
	Zona Industrial Norte / Zona Industrial de Mirandela	428.000 m ²	Município de Mirandela
Mogadouro	Loteamento Industrial de Mogadouro	853.800 m ²	Município de Mogadouro
Vila Flor	Zona Industrial de Vila Flor	48.500 m ²	Município de Vila Flor
Vimioso	Zona Industrial de Vimioso	140.000 m ²	Município de Vimioso
Vinhais	Zona Industrial de Vinhais	124.410 m ²	Município de Vinhais

Fonte: N invest, AEP

Note-se que da listagem do quadro anterior, apenas o CAICA e o Brigantia Ecopark (e, eventualmente, o CACE de Mirandela) escapam à tipologia de Zona ou Parque Industrial. O mesmo panorama resultaria da análise das listagens de infraestruturas de acolhimento nas NUT Douro e Alto Tâmega.

O Brigantia Ecopark, em Bragança, foi criado como sendo um parque de ciência e tecnologia implantado numa área de 3,3 ha, extensível até 6,6 ha, em ambiente urbano, para apoio a empresas consolidadas e a empresas incubadas de base tecnológica. Possui ainda espaços laboratoriais para apoio à investigação, desenvolvimento e inovação. Resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança, a Câmara Municipal de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro e a PortusPark (PCT-TMAD, Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro). É gerido por uma sociedade privada sem fins lucrativos, com objetivos científicos e tecnológicos (Associação para o Desenvolvimento do Brigantia-EcoPark). O projeto Brigantia-EcoPark elegeu três áreas temáticas, Energia, Ambiente e Eco construção, sem prejuízo de outras que possam vir a ser determinantes para o seu desenvolvimento. Estão atualmente instaladas no Brigantia-EcoPark várias iniciativas e organizações igualmente ligadas às fileiras agroindustriais, nomeadamente, o Centro Nacional de Competências de Frutos Secos e o laboratório colaborativo MORE.

Analogamente, no Douro, para além da existência de parques industriais de iniciativa municipal, tem particular relevância o Regia Douro Park enquanto infraestrutura de acolhimento de atividades com características de parque de ciência e tecnologia. Promovido pelo Município de Vila Real, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e pela Portuspark – Rede de Parques Tecnológicos e Incubadoras, o parque conta com múltiplas valências de suporte a empreendedores e

empresas, projetos empresariais, investidores nacionais e internacionais, promoção da investigação, assim como desenvolvimento e transferência de tecnologia e conhecimento. Contempla uma Incubadora-Aceleradora de Empresas, um Centro de Negócios (Douro Business Center), um Polo Tecnológico de Excelência (Centro de Excelência da Vinha e do Vinho), e Lotes Industriais (26 Lotes de 800 a 1900 m²).

A sua atividade está maioritariamente direcionada para as áreas agroalimentar, agroindustrial, enologia, vitivinicultura, economia verde, valorização ambiental e tecnologias agroambientais.

Neste contexto, o CAICA, enquanto infraestrutura de acolhimento de atividades empresariais e de outras organizações, distingue-se pelo seu potencial de instalação de atividades em espaços já edificados, de dimensão variável, sendo particularmente adequado para a instalação de serviços e pequenas unidades de transformação. Distingue-se ainda pela existência de um matadouro com uma capacidade relevante. O seu cariz de condomínio fechado permite ainda requalificar e desenvolver valências infraestruturais específicas que se revelem pertinentes face à vocação temática (fileiras agroindustriais), como, por exemplo, construções específicas para armazenagem de produtos agrícolas e de produção animal, estação de tratamento de águas residuais, recolha seletiva de resíduos, fornecimento de energia em média tensão ou rede de fibra ótica.

Nesta medida, o CAICA insere-se bem, de forma distintiva e complementar, na rede de infraestruturas de acolhimento de atividades existentes na subregião (parques industriais e os Brigantia Ecopark e Regia Douro Park).

8.3. Atração e Disponibilização de Serviços Avançados

A redinamização e requalificação física e funcional do CAICA deve desejavelmente atrair e reforçar a disponibilização de serviços avançados para as fileiras agroindustriais. Esta visão já estava inscrita na génese do complexo, centrada no apoio à produção, ao armazenamento e à comercialização de produtos agrícolas. Importa agora atualizar essa visão, adequando-a às atuais características das fileiras agroindustriais, mais exigentes nas dimensões tecnológicas e de marketing e abordagem dos mercados, bem como na dimensão ambiental.

Ao nível dos serviços tecnológicos, importa equacionar o futuro do CAICA em iniciativas que contem com sinergias, apoio ou participação das duas organizações do Sistema Científico e Tecnológico Nacional existentes na sub-região, o IPB e a UTAD, ambas com atividades de ciência e de tecnologia com incidência no agroindustrial. Para isso, a metodologia a desenvolver deve identificar lacunas existentes, nomeadamente ao nível de atividades com particular representatividade na área de influência mais direta do CAICA (por exemplo: a fileira do olival, os frutos de casca rijas, a preparação de produtos à base de carne, a criação de animais de pequeno porte, o aproveitamento e reutilização de certos resíduos).

Ao nível dos serviços comerciais existe um espectro alargado de funções em que se verificam falhas de mercado (inexistência de oferta adequada para produtores e empresas de pequena dimensão) ou em que é possível gerar sinergias entre diferentes segmentos de produtos. Os estudos de mercado, as

estratégias de diferenciação do produto, a gestão da marca, a disponibilização de um espaço expositivo e de venda ao público para produtos gourmet e simbolicamente associados ao território, entre outros, são aspetos a considerar.

Ao nível ambiental, o tratamento e reutilização / valorização de resíduos é hoje um tema central na problemática da economia circular, havendo inúmeras oportunidades de valorização de resíduos gerados quer pela produção vegetal quer pela produção animal.

*

* *

No termo deste primeiro diagnóstico, apresenta-se uma check list de valências atuais e potenciais para o CAICA, como quadro orientador para a auscultação de diferentes atores e a para a futura identificação de projetos a constar do Plano Estratégico.

Quadro 43: Check List de Valências Atuais e Futuras do CAICA

Característica	Perfil / Oportunidades	Observações
Vocação	<ul style="list-style-type: none"> Parque Empresarial com gestão condominial, disponibilização de serviços avançados e focado nas fileiras da produção vegetal e animal 	<ul style="list-style-type: none"> Vocacionado para atrair serviços e pequenas unidades de transformação
Superfície / Dimensão	<ul style="list-style-type: none"> 83.000 m2 29 lotes, em regra com edificado 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de requalificação do edificado, de forma faseada e adequando-o à procura
Outros domínios de planeamento físico	<ul style="list-style-type: none"> Área de serviços Espaços verdes Rede viária interna Acessibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> O Complexo como um todo necessita de requalificação, devendo a mesma seguir um plano global coerente em função dos objetivos estratégicos (necessidade de elaborar um Master Plan para a requalificação física e funcional do Complexo)
Loteamento	<ul style="list-style-type: none"> 29 lotes atuais 	<ul style="list-style-type: none"> Manter flexibilidade quanto à possibilidade de redefinir o loteamento Verificar a utilização atual Relevância do MIC
Rede viária interna	<ul style="list-style-type: none"> Adequada para veículos de grandes dimensões (TIR) Espaços para estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> Verificar situação atual
Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> Proximidade e boa ligação à rede viária principal Acesso através da rede de transportes públicos 	<ul style="list-style-type: none"> Existe acesso através da rede de transportes públicos?

Característica	Perfil / Oportunidades	Observações
Outras Infraestruturas básicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abastecimento de água ▪ Saneamento ▪ Recolha de resíduos ▪ Rede elétrica ▪ Rede de gás natural ▪ Iluminação pública ▪ Telecomunicações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar situação atual
Infraestruturas específicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estação de tratamento de águas residuais ▪ Recolha seletiva de resíduos industriais ▪ Recolha e acondicionamento de resíduos perigosos ▪ Fornecimento de energia em média tensão ▪ Rede de fibra ótica ▪ Equipamentos de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar situação atual ▪ Ver eventuais investimentos de natureza intermunicipal
Amenidades / Serviços às Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços verdes, irrigação, manutenção ▪ Restauração ▪ Cafeteria ▪ Área comercial de conveniência ▪ Multibanco / Agência bancária ▪ Expedição de correio / Posto CTT ▪ Posto de combustíveis ▪ Sinalética 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar situação atual
Serviços gerais às empresas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Receção ▪ Vigilância e segurança ▪ Manutenção geral ▪ Limpeza ▪ Salas de reuniões ▪ Centro de serviços de apoio à gestão ▪ Apoio ao investimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar situação atual

Característica	Perfil / Oportunidades	Observações
Serviços avançados às empresas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviços tecnológicos ▪ Serviços comerciais ▪ Apoio ao Empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviços tecnológicos: Como oportunidades refira-se serviços direcionados para a fileira do olival / azeite e para a valorização de resíduos ▪ Serviços comerciais: Explorar oportunidades e iniciativas associadas ao marketing e comercialização de produtos com diferenciação assente no capital simbólico do território, com Indicação Geográfica Protegida ou Denominação de Origem Protegida; Espaço para exposições, mostras e feiras ▪ Apoio ao Empreendedorismo: Explorar oportunidades para programa estruturado de incubação / aceleração de projetos nas fileiras agroindustriais
Gestão do Complexo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Imagem e promoção ▪ Manutenção e gestão espaços comuns ▪ Gestão infraestruturas comuns ▪ Gestão serviços de apoio ▪ Atividade imobiliária construção ▪ Atividade imobiliária loteamento ▪ Atividade imobiliária venda e arrendamento de lotes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensão a desenvolver no modelo de organização ▪ Relevância de um <i>Master Plan</i> para requalificação faseada da infraestrutura física ▪ Relevância de um Gabinete de Dinamização Económica ▪ Relevância de um Plano de Marketing ▪ Capitalização da história do CAICA: Centro Interpretativo?

9. ANÁLISE SWOT

O exercício de análise SWOT que se apresenta, de seguida, pretende constituir um elemento de suporte à validação estratégica por parte dos promotores do projeto de revitalização do CAICA e possíveis tomadores de projetos e ações suscitados pela revitalização.

9.1. SWOT inicial

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Cariz simbólico do CAICA, com raízes na política desenvolvimentista dos anos 60 do século passado, focado no fomento e apoio às fileiras agroindustriais de Trás-os-Montes • Características de condomínio fechado, com área total relevante e espaços / lotes potencialmente adequados para serviços de apoio e transformação industrial em pequena escala • Centralidade da localização na Terra Quente Transmontana e área de influência potencial na CIM de Terras de Trás-os-Montes e territórios adjacentes nas CIM do Douro e do Alto Tâmega • Proximidade ao IC5 e a nós do IP2 e da A4 • Contiguidade do CAICA face à linha ferroviária do Tua, apeadeiro do Cachão e rio Tua • Disponibilidade de água e de rede de gás natural e proximidade à rede de fibra ótica • Relevância da capacidade instalada do Matadouro Industrial do Cachão em termos de serviços de abate, distribuição e desmancha de bovinos, pequenos ruminantes e suínos 	<ul style="list-style-type: none"> • Imagem atual do CAICA pouco atrativa para investidores • Pessimismo e ceticismo instalado na região sobre a viabilidade de revitalização do CAICA em função do passado da infraestrutura em termos de ciclos de afirmação e declínio • Espaço físico do CAICA (exterior e edificado) com algum grau de degradação, exigindo elevados recursos financeiros para a sua requalificação, pelo menos para um limiar de apresentação e organização • Reduzido nível de ocupação dos lotes e da atividade atual • Matadouro Industrial do Cachão subutilizado e necessitando de investimentos adicionais de manutenção e modernização • Baixa densidade de atividades económicas e declínio demográfico de Trás-os-Montes, com saldos naturais negativos e envelhecimento da população

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial área de influência do CAICA que se estende à região agrária de Trás-os-Montes e, em particular, ao território da CIM Terras de Trás-os-Montes e territórios adjacentes das CIM do Douro e do Alto Tâmega • Centralidade da agricultura e das fileiras agroindústrias para a estruturação dos territórios acima referidos, sendo de destacar a qualidade das paisagens, dos agro-ecossistemas e do ambiente, potenciando uma imagem que qualidade e de genuinidade dos produtos • Elevada representatividade do território envolvente e da região agrária em produções tais como os frutos de casca rija, os frutos frescos e o olival (azeitona e azeite), a criação de ovinos e caprinos, a cunicultura e a apicultura, sendo ainda de considerar a vitivinicultura (mais polarizada no Douro), a criação de bovinos (com particular relevo no Alto Tâmega e no Planalto Mirandês) e a fabricação de produtos à base de carne • Dinamismo recente ao nível da criação de empresas em toda a área de referência do CAICA, nomeadamente nas fileiras agroindustriais • Potencial de articulação do CAICA com o IPB e a UTAD e respetivas unidades de investigação com incidência no conhecimento e tecnologia das fileiras agroindustriais • No panorama das infraestruturas de acolhimento e de dinamização de atividades empresariais, o CAICA tem características únicas, que o distinguem quer das áreas de acolhimento empresarial tipo zona ou parque industrial (por ser um condomínio fechado e pela sua adequação para englobar valências infraestruturais e serviços específicos) quer dos Brigantia Ecopark e Regia Douro Park (pela sua dimensão em termos de capacidade de acolhimento) • Incremento previsível dos fluxos turísticos, associado à concessão e novas condições de exploração da linha do Tua • Prioridade nacional enunciada para a dinamização dos territórios de baixa densidade, com crescente reconhecimento de que a dinamização económica do interior necessita de projetos estruturantes tipo revitalização do CAICA, demonstrada que seja a sua viabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Base institucional e societária da AIN – Agro-Industrial do Nordeste assegurada apenas por dois Municípios (Vila Flor e Mirandela), podendo confrontar-se com a dificuldade em mobilizar outros Municípios para o projeto de dinamização do CAICA • Sobrecapacidade global dos matadouros instalados na Região do Norte e eventual fragmentação de iniciativas na Terras de Trás-os-Montes (ver unidades de abate em Vinhais, Bragança e Miranda do Douro) • Grande distribuição com uma logística própria para aquisição de produtos e centrais de compras com uma lógica nacional / internacional • Aumento do consumo na região de carne importada • Eventuais resistências de deslocalização de atividades para a infraestrutura do CAICA de serviços ou unidades com atividades de I&D orientada para o tipo de funções a localizar na infraestrutura • Dificuldades de mobilização do financiamento necessário para os investimentos necessários para garantir condições de atratividade inicial à infraestrutura • Forte atomização na região de lagares para a extração de azeite • Seletividade acrescida dos apoios de fundos estruturais a este tipo de investimentos, com crescente exigência do seu perfil de diferenciação e competitividade (exemplo da figura de Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia financiados pelos Programas Operacionais Regionais) • Forte dependência das atividades centrais associadas ao perfil recomendado para o CAICA da tutela do Ministério da Agricultura

<ul style="list-style-type: none"> • Espaço para a criação de uma infraestrutura de valorização e transferência de conhecimento e tecnologia na área da produção de azeite e aproveitamentos de derivados, com existência na região de uma ideia adormecida para a criação de um Centro Tecnológico setorial para a produção de azeite 	
---	--

9.2. Análise dinâmica baseada na SWOT inicial

	Oportunidades	Ameaças
Pontos Fortes	<p><i>Vantagens competitivas ou apostas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • O CAICA deve afirmar-se como um parque empresarial temático, focado em atividades das fileiras da produção vegetal e animal, englobando valências infraestruturais específicas e atraindo e disponibilizando serviços avançados. • A AIN deve apostar na gestão condominial e requalificação e dinamização do CAICA, assegurando a disponibilização ou atração de serviços de apoio para as empresas instaladas ou a instalar • A criação de uma infraestrutura de base tecnológica na área do azeite deve ser assumida como prioridade, com valências na intermediação de necessidades de valorização do produto e do aproveitamento de resíduos da sua produção e na mobilização de conhecimento científico existente na região para assegurar uma maior diferenciação competitividade do azeite de Trás-os-Montes e Alto Douro • Nas fileiras agroindustriais, aposta em produtos diferenciados, de alto valor, para grupos de consumidores e utilizadores específicos, com base na valorização da ideia de valor natural e com intensidade de incorporação de conhecimento • Potenciar uma maior valorização e utilização da marca Nordeste, em conjunto com o label DOP 	<p><i>Capacidades de resistência ou avisos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de atrair população jovem, nomeadamente através do empreendedorismo rural, reforçando uma tendência recente de saldos migratórios positivos • Necessidade de sensibilização do potencial de produção de conhecimento existente na região (UTAD e IPB) para a sua valorização económica em atividades localizáveis na nova infraestrutura

	<ul style="list-style-type: none"> • Na atração e disponibilização de serviços tecnológicos, explorar o máximo envolvimento do IPB e da UTAD 	
Pontos Fracos	<p><i>Necessidades de reorientação ou restrições</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de promover uma nova imagem do CAICA, associada à sua vocação temática e ao projeto de redinamização, com base na diferenciação das novas atividades e contrariando o pessimismo/ceticismo predominante em relação à viabilidade da sua revitalização • Integrar na promoção da nova imagem a conceção e operacionalização de um centro interpretativo da região, dos seus recursos endógenos e do projeto CAICA (incluindo a sua história e génese) em articulação com a valorização turística da linha ferroviária em reabilitação • Eventual redefinição do modelo societário e de exploração do MIC, equacionando uma possível concessão a terceiros e a resolução dos passivos 	<p><i>Vulnerabilidades ou riscos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Os recursos financeiros associados à requalificação física são elevados, podendo a sua mobilização revelar-se complicada do ponto de vista de ser atingido um limiar mínimo de revitalização física • Eventual dificuldade em mobilizar um número alargado de atores regionais e sub-regionais para o projeto de redinamização do CAICA, designadamente por força do pessimismo instalado quanto à viabilidade da sua revitalização.

10. PROJETOS A DESENVOLVER

O Programa de Ação para a revitalização do CAICA compreende uma elencagem sucinta de projetos que operacionalizam a referida redinamização.

O trabalho realizado permitiu considerar 3 tipologias de projetos:

- **Projetos base**, aqueles a serem promovidos diretamente pela entidade gestora da infraestrutura e que garantem condições base para a redinamização da mesma.
- **Projetos âncora**, aqueles que se procurará dinamizar / atrair para a infraestrutura. Sendo promovidos por outras entidades, serão considerados prioritários ou âncora pelos efeitos estruturantes e externalidades positivas que produzem, antevendo-se ainda que podem exercer um importantíssimo efeito de demonstração indutor de novas perceções sobre a viabilidade da redinamização da infraestrutura e justificar novas localizações.
- **Outros projetos ou famílias de projetos**, nomeadamente a atração e acolhimento de projetos privados inseridos nas vocações temáticas e setoriais definidas ou serviços de apoio aos mesmos, assumindo a função de aumentar a massa de novas localizações para um limiar crítico e virtuoso.

10.1. Projetos base

1. Master Plan e Requalificação do Espaço Físico

Tendo em conta a atualização da vocação temática do CAICA e a redefinição do programa funcional, este projeto visa planear e executar faseadamente a requalificação dos espaços físicos (espaços exteriores, edifícios), sendo assegurado pela AIN (na componente condominial e nos lotes de sua propriedade) e enquadrando as intervenções feitas por privados.

A elaboração de um Master Plan para a requalificação física do CAICA é uma condição prévia quer para o planeamento das futuras intervenções quer para a quantificação das necessidades de investimento e mobilização dos recursos financeiros necessários.

Pretende-se a elaboração e execução de um programa mínimo e faseado de intervenção física, suprimindo edifícios em ruína não passíveis de renovação, intervenções de fachada em edifícios já implantados, adaptação de espaços a novas funcionalidades previstas, arranjos de áreas comuns, incluindo os espaços exteriores. O faseamento da intervenção constitui um aspeto crucial de modo a não transformar a reabilitação física numa situação de indivisibilidade. É necessário assegurar que, numa primeira fase, a intervenção a realizar permita a divulgação de uma imagem de atratividade, embora o completamento do processo de reabilitação física possa desenvolver-se à medida que a notoriedade do espaço for alterada e a localização de alguns serviços se processar.

2. Gabinete ou Serviço de Dinamização Económica

Este projeto corresponde à redefinição e reapetrechamento da AIN – Agro-Industrial do Nordeste, enquanto entidade gestora do CAICA, devendo assegurar as seguintes valências:

- Gestão corrente do condomínio e do parque imobiliário, incluindo o estabelecimento de critérios para a utilização dos lotes (vendidos ou arrendados a terceiros), em função da vocação temática e funcional do CAICA.
- Requalificação física do CAICA (projeto anterior).
- Dinamização económica do CAICA, procurando atrair projetos âncora ou estruturantes e organizando diretamente atividades de dinamização (ver, p. ex., um plano de marketing ou um programa de empreendedorismo rural).

Desejavelmente, ao Gabinete ou Serviço de Dinamização Económica deve corresponder o recrutamento de um Diretor de Projeto, com mandato estratégico suficientemente claro e atrativo do ponto de vista remuneratório (remuneração fixa e componente variável em função dos resultados conseguidos em matéria de atração de atividades).

3. Plano de Marketing

Este projeto corresponde à elaboração de um Plano de Marketing de médio prazo, visando publicitar as ações de requalificação em curso e promover a imagem do CAICA quer ao nível institucional quer ao nível de potenciais investidores. A elaboração deste Plano deve estar subordinada a um caderno de encargos que defina claramente o tipo de imagem a construir em função do perfil vocacional e funcional que se pretende consolidar com a revitalização do CAICA. É fundamental que na sua construção possam ser trabalhados testemunhos e tomadas de posição de *stakeholders* regionais e exteriores à região que demonstrem confiança no perfil que se pretende consolidar e no caráter estruturante do projeto a nível da estratégia regional para a NUTS III Terras de Trás-os-Montes a rever no quadro do período de programação 2021-2027.

4. Centro Interpretativo Cachão / Tua

Trata-se de um projeto direcionado para preservar a memória do CAICA e da linha ferroviária do Tua, em articulação com outras iniciativas quanto a esta última. Poderia envolver a requalificação do Apeadeiro do Cachão e um corredor de ligação física entre este e o CAICA, em articulação com um espaço de exposição de produtos (ver abaixo). A componente de mostra de produtos regionais, principalmente dos produtos que valorizem a diferenciação em torno do Valor Natural e as tecnologias de processamento que valorizem esta componente do natural. Em função dos resultados que esta mostra expositiva de produtos desta natureza possa alcançar, estima-se que o próprio CAICA possa apostar numa função expositiva desta dimensão da economia regional numa escala mais alargada, seguindo outros exemplos nesta função como por exemplo as infraestruturas expositivas de Silleda na Galiza.

5. Matadouro Industrial do Cachão

A atividade do Matadouro constitui um recurso incontornável na identificação de oportunidades na medida em que constitui um projeto já instalado no CAICA e sobre o qual é necessário compreender as razões do seu subaproveitamento em termos de capacidade instalada, ou seja, se é fruto de insuficiências internas ou, pelo contrário, de insuficiências de procura revelada determinada pela

existência de infraestruturas concorrentes e do processo de atomização observado em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Em função dessa análise, haverá igualmente que equacionar e realizar investimentos incrementais necessários. Este projeto poderá ser realizado pela entidade que, eventualmente, venha a ser concessionária da exploração do Matadouro ou, num cenário alternativo, pela própria AIN.

Não pode ainda ser ignorada a importante dimensão do reaproveitamento de resíduos produzidos pelas atividades de abate, desmanche e embalagem que podem ser articuladas com atividades de I&D a atrair à infraestrutura.

10.2. Projetos âncora

Como projetos âncora, antevemos um conjunto de possibilidades a explorar, competindo à AIN dinamizar a sua emergência e futura instalação no CAICA. Sendo promovidos por outras entidades, em regra de natureza associativa ou pública, serão considerados prioritários ou âncora.

Cabem nesta família de projetos iniciativas que visem a oferta serviços que colmatem falhas de mercado nas dimensões da tecnologia, do empreendedorismo, do marketing e comercialização ou, ainda, no ambiente.

Na dimensão da tecnologia e serviços técnicos, identificamos como oportunidades:

1. Conceção e operacionalização de uma infraestrutura de base tecnológica focada na transferência de conhecimento e na resposta às necessidades de inovação do setor do azeite

A criação do Centro Tecnológico do Azeite corresponde a um projeto “adormecido” que chegou a gerar na região elevadíssimas expectativas com iniciativas geradas a partir de Mirandela. Como sabemos, outras regiões portuguesas apresentam também uma forte notoriedade nesta produção hoje em franco crescimento, com relevo particular para a cultura intensiva do olival no Alentejo e para a emergência de uma empresa global com origem em Portugal (SOVENA) que é hoje um dos grandes *players* do setor com uma estratégia extremamente agressiva de internacionalização e de penetração noutros mercados como o americano.

A criação de um Centro Tecnológico setorial de âmbito nacional para o azeite teria exigido um processo de concertação entre *players* regionais que não foi possível concretizar e que terá explicado o não aprofundamento da criação do Centro a norte. Para além disso, a criação de Centros Tecnológicos setoriais (a única figura de infraestrutura de base tecnológica a que corresponde um quadro legal bem definido e que se mantém em vigor) foi, entretanto, suspensa pela tutela do Ministério da Economia.

Porém, o lugar de proximidade às empresas do setor e às suas necessidades de inovação e de reaproveitamento de bagaços e outros resíduos e a paleta de serviços associados a essa proximidade mantêm-se intactas e não preenchidas no panorama das infraestruturas de base tecnológica em Portugal. Acresce que, em relação ao passado em que tais expectativas se formaram, se observa hoje uma importante alteração em termos da investigação e do conhecimento de suporte que podem ser mobilizados para valorizar a montante essa infraestrutura próxima das necessidades empresarias. Vários Laboratórios Colaborativos foram criados na área agroalimentar, mas uma infraestrutura de proximidade às empresas na área do azeite continua a não existir. Quer isto significar que a falha de

mercado existe e não tem sentido que a rivalidade entre regiões produtoras de azeite inviabilize o seu preenchimento.

No âmbito das políticas de inovação cofinanciadas pelos FEEI em Portugal, com relevo para o apoio relevante que as regiões do Norte, Centro e Alentejo concedem nos seus Programas Operacionais Regionais a projetos nesse âmbito, emergiu, entretanto, a figura dos Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia (CVTT) que foram objeto de algumas *calls* neste período de programação.

Não perdendo de vista que a inexistência de um Centro Tecnológico (CT) setorial para o azeite constitui uma falha de mercado que importa preencher com iniciativa pública viável e coerente, parece-nos que a figura do CVTT constitui uma via a explorar para lançar no terreno a resposta às necessidades de inovação que o CT preencheria. Na região Norte, há que mencionar a recente aprovação do contrato de financiamento do CVTT TECMEAT, uma infraestrutura de base tecnológica para o setor das carnes, a localizar em Famalicão e cuja estratégia de constituição é similar á que poderia ser avançada para o setor do azeite.

Enquanto projeto-âncora para a revitalização do CAICA, ele deveria envolver:

- Identificação de necessidades de inovação do setor na área de influência do CAICA;
- Identificação do potencial de conhecimento e de investigação e dos centros de recursos que o poderiam mobilizar suscetível de ser associado a montante da atividade do CVTT para o setor do azeite;
- Estudo dos modelos de organização e de governação da instituição;
- Identificação das *facilities* e estrutura de prestação de serviços que o CVTT Azeite poderia oferecer ao setor;
- Estudos de *Business Intelligence* destinados a avaliar o potencial de procura de serviços de uma entidade deste tipo;
- Preparação das bases de uma candidatura ao PO Norte no próximo período de programação.

2. Centro de Valorização de Resíduos

As fileiras agroindustriais produzem resíduos que podem ser valorizados economicamente, no quadro daquilo que é hoje a chamada economia circular (resíduos florestais, da produção de azeite ou do abate e transformação de carne). A viabilidade deste projeto implica um levantamento mais aprofundado do que já é feito nas entidades do Sistema Científico e Tecnológico (nomeadamente o IPB e a UTAD), podendo-se considerar que o CAICA teria condições físicas para a transformação em pequena escala.

A articulação com o projeto do CVTT Azeite é desejável e recomenda-se.

3. Programa de Empreendedorismo Rural

Propõe-se que a AIN, no quadro das suas atividades e/ou em colaboração com outras entidades, promova regularmente edições de um programa de empreendedorismo rural, dando assim corpo a uma incubadora / aceleradora no interior do CAICA. Para além da organização do programa em si mesmo, este projeto pressupõe a adaptação / requalificação de um espaço, nomeadamente para acolhimento de empresas na fase *early stage*.

É fundamental que a incubadora/aceleradora mantenha com o forte incremento da investigação científica na área agroalimentar (UTAD e IPB-CIMO) uma relação de cooperação organizada e

permanente, já que nessas áreas existe em torno da valorização do conceito de VALOR NATURAL um elevado potencial de geração de *start-up's*, devendo entre outros esse ser um foco da dimensão do empreendedorismo associada ao CAICA.

4. Espaço de Exposições / Feiras

A partir da experiência iniciática que o Centro Interpretativo associado ao apeadeiro do Cachão pode representar, existe margem de manobra para a criação de um espaço de exposição de produtos alimentares (e eventualmente outros), focando-se em produtos diferenciados e com elevado valor simbólico (produtos gourmet, DOP) e diretamente associados ao território envolvente (azeitonas, azeite, castanhas, nozes, frutos frescos, alheiras, enchidos, etc.). Para além da sua relação com a gestão e valorização da marca Nordeste, que interessaria avaliar se conserva o seu potencial de notoriedade, este espaço expositivo ganharia diferenciação se fosse orientado para atingir uma escala expositiva que não existe neste momento em TTM, dada a atomização existente neste tipo de pequenas infraestruturas.

5. Projetos de investimento intermunicipal na área ambiental

Na dimensão ambiental, a partir do momento em que a revitalização do CAICA seja assumida como projeto estruturante para a região de TTM, é fundamental que a cooperação intermunicipal possa traduzir-se na instalação no CAICA de investimentos de natureza intermunicipal, os quais podem não assumir necessariamente a natureza de infraestruturas. A figura dos centros de recursos de suporte à cooperação intermunicipal pode corresponder a investimentos imateriais de reforço e consolidação dessa cooperação e teria sentido que a localização no CAICA pudesse traduzir a aposta na sua revitalização. Por exemplo, o posicionamento dessa cooperação em termos de valorização de atividades de economia circular pode corresponder a esse modelo atrás sugerido.

10.3. Outros Projetos/Famílias de projetos

Nesta tipologia de projetos, considera-se que a revitalização do CAICA deve integrar uma estratégia de atração e acolhimento de projetos privados inseridos nas vocações temáticas e setoriais do CAICA, seja ao nível da transformação industrial seja ao nível dos serviços.

Dado o estado inicial a partir do qual a revitalização do CAICA arranca, o esforço e dinâmica de investimento público é crucial para vencer as barreiras de pessimismo e ceticismo que a própria ideia de revitalização enfrenta. Porém, esse esforço de iniciativa pública, ao apostar na criação de externalidades bem identificadas e correspondentes a falhas de mercado não preenchidas na região, deve ser acompanhada com uma postura proativa de atração de investimento empresarial privado nas áreas de diferenciação temática e funcional da nova infraestruturas. Sem essa atração bem-sucedida dificilmente poderá falar-se de consolidação do processo de revitalização.



–
Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal
Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

–
Lisboa
Rua Duque de Palmela
N.º 25, 2º piso
Lisboa
Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

–
geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt